

RELATÓRIO

DE GOVERNANÇA

CORPORATIVA

1º TRIMESTRE DE 2025

Belém – PA – 2025

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Washington Costa de Albuquerque

Procurador-Chefe

Elton da Costa Ferreira

Diretor de Administração e Finanças

Arão Abrahão da Silva

Diretora de Previdência

Cintia de Santana Andrade Teixeira

Diretor de Proteção Social dos Militares

Carlos Dória Santos

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS/PA, autarquia estadual com personalidade jurídica de Direito Público, criado pela Lei Complementar nº 44/2003 e alterado pela Lei Complementar nº 142/2021, é responsável pela gestão dos benefícios previdenciários vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará – RPPS, e do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará, bem como do Plano de Custeio Previdenciário, e pela administração e governança dos Fundos Financeiro e Previdenciário, Finanprev, Funprev e Fundo de Proteção Social dos Militares Estaduais (FPSM), respectivamente.

A missão principal do Instituto baseia-se na gestão sustentável, eficaz, atuarial e transparente, priorizando a satisfação dos usuários do serviço público oferecido e garantindo, por meio de seu funcionamento, a realização do princípio constitucional da Dignidade Humana. Nesse contexto, a previdência pública estadual visa garantir aos seus segurados e beneficiários o amplo acesso aos benefícios previdenciários, bem como o custeio da assistência e proteção social dos militares e seus dependentes.

Nessa linha, no presente Relatório de Governança Corporativa, são evidenciadas as atividades realizadas e os principais resultados alcançados no primeiro trimestre de 2025, detalhando as ações desenvolvidas e as metas atingidas pela atuação institucional, movida pelos programas e ações de Governo, ressaltando também o impacto social dos serviços prestados.

Destaca-se, na oportunidade, que se trata de instrumento formal de prestação de contas ao Governo, aos órgãos de controle e à sociedade, na medida em que se demonstram os resultados alcançados pelo IGEPPS ao longo do período de janeiro a março de 2025, apresentando a execução das ações constantes no Plano Plurianual - PPA de 2024-2027, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, priorizando, assim, a “Gestão Pública Eficiente e Presente”, o fortalecimento da instituição e a satisfação progressiva dos anseios da sociedade paraense.

Por último, as informações e dados aqui apresentados foram completamente fornecidos pelas Diretorias, Coordenações e Gerências que fazem parte do organograma institucional, respeitando as competências legais, regimentais e regulamentares de cada área de atuação. Cabe ao Núcleo de Planejamento – NUPLAN do IGEPPS compilar toda a base de elementos informativos coletados, realizar ajustes e formatação, além de selecionar, entre o material coletado, os tópicos que evidenciem de maneira clara e transparente os resultados e avanços da atual gestão.

1.1 ESTRUTURA PATRIMONIAL

O Fundo Financeiro – Finanprev possui natureza contábil, em regime de repartição simples, com a finalidade de prover recursos para o pagamento de aposentadorias e pensões aos beneficiários civis do Regime de Previdência Estadual. Insta salientar que a Lei Complementar nº 112/2016 alterou a data de segregação de massa entre os Fundos, promovendo a migração das contribuições previdenciárias dos segurados e do patronal do Funprev para o Finanprev, de todos os servidores que ingressaram no RPPS até 31 de dezembro de 2016. Por sua vez, no fechamento do 1º trimestre de 2025, o valor investido no Finanprev, a título de Patrimônio Líquido, alçava-se em R\$ 77.256.722,18 (setenta e sete milhões duzentos e cinquenta e seis mil setecentos e vinte e dois reais e dezoito centavos).

De outro modo, o Fundo Previdenciário – Funprev é um fundo de natureza contábil, em regime de capitalização, com a finalidade de prover recursos exclusivamente para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão aos segurados do Regime de Previdência Estadual que ingressaram no Estado a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme disposto na Lei Complementar nº 112/2016. O Funprev encerrou o 1º trimestre de 2025, com Patrimônio Líquido elevado para R\$ 4.447.827.648,20 (quatro bilhões quatrocentos e quarenta e sete milhões oitocentos e vinte e sete mil seiscentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), investidos em Fundos de Investimentos, Títulos Públicos e Título Privado.

Por fim, o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, instituído pela Lei Complementar nº 142/2021, é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações permanentes e interativos, de remuneração, pensão, saúde e assistência, dos militares do Estado do Pará. O fundo do SPSM tem natureza contábil, com a finalidade de prover recursos exclusivamente para o pagamento de benefícios de aposentadoria, reserva remunerada, reforma, inatividade, incapacidade para o serviço e pensão aos dependentes do militar.

2 GESTÃO ESTRATÉGICA

2.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO

O IGEPPS está presente em três programas do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos; Governança Pública; e Manutenção da Gestão, totalizando 11 (onze) ações.

Tabela 1: Programas e Ações do PPA 2024-2027 – 1º trimestre de 2025.

Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos		
Objetivo	Ação	Produto
Promover os direitos humanos	Implementação da Estação Cidadania	Pessoa atendida
Programa Governança Pública		
Objetivo	Ação	Produto
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas	Capacitação de Agentes Públicos	Servidor Capacitado
Prover a Governabilidade do Poder Executivo	Construção de Imóveis Públicos Estaduais	Imóvel Construído
	Educação Previdenciária	Pessoa Capacitada
	Gestão Previdenciária do Estado	Atendimento Realizado
	Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada
Programa Manutenção da Gestão		
Objetivo	Ação	Produto
Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Abastecimento de Unidades Móveis	Unidade Abastecida
	Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado
	Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado
	Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido
	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado

Fonte: PPA 2024-2027/SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Ao analisar a execução orçamentária e financeira dos Programas no período de janeiro a março de 2025, o valor total gasto foi de R\$ 77.944.322,67 (setenta e sete milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, trezentos e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos), cerca de 26% da dotação atual, que corresponde a R\$ 299.844.000,00 (duzentos e noventa e nove milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil).

Tabela 2: Execução orçamentária/financeira – por programa – 1º trimestre de 2025.

Programas	Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	156.000,00	-	-	-
Governança Pública	35.750.000,00	35.750.000,00	8.811.151,41	24,6
Manutenção da Gestão	264.094.000,00	264.094.000,00	69.133.171,26	26,2
Total	300.000.000,00	299.844.000,00	77.944.322,67	26,0

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

No Programa Governança Pública, foi utilizado o valor de R\$ 8.811.151,41 (oito milhões, oitocentos e onze mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e um centavos), representando 24,6% da dotação real no programa no 1º trimestre de 2025.

No Programa Manutenção da Gestão, foi utilizado o valor de R\$ 69.133.171,26 (sessenta e nove milhões, cento e trinta e três mil, cento e setenta e um reais e vinte e seis centavos), representando 26,2% da dotação real no programa no 1º trimestre de 2025, viabilizando a gestão administrativa do Instituto.

No Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, o IGEPPS realizou o destaque orçamentário e financeiro para a Secretaria de Planejamento e Administração (Seplad) no valor de R\$ 33.635,49 (trinta e três mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e nove centavos).

Em relação à análise por grupo de despesa, destaca-se que o Grupo de Outras Despesas Correntes (ODC) representou o maior valor de gastos no 1º trimestre de 2025, seguido pelo Grupo Pessoal e pelos Investimentos. Destaca-se que a fonte utilizada é a taxa de administração do RPPS, exceto para os pagamentos de processos de auxílio-funeral custeados pela fonte do Tesouro Estadual, sendo demonstrada na linha “ODC – Tesouro Estadual”, conforme a tabela abaixo.

Tabela 3: Execução orçamentária/financeira – por Grupo de Despesa– 1º trimestre de 2025.

Execução Orçamentária/Financeira (R\$) - Por Grupo de despesa				
Grupo	Dotação Inicial	Dotação Atual	Despesa Realizada	(%)
ODC	220.000.000,00	219.955.152,68	63.371.815,05	28,8
Investimentos	30.000.000,00	30.000.000,00	8.317.931,21	27,7
Pessoal	50.000.000,00	50.000.000,00	6.254.576,41	12,5
ODC Tesouro Estadual ¹	1.900.000,00	1.900.000,00	-	-
Total	301.900.000,00	301.855.152,68	77.944.322,67	25,8

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Nota:1- ODC tesouro estadual refere-se ao orçamento para processos de auxílio funeral, que por sua vez são provisionados para execução da despesa orçamentária e financeira na UG 840250 – Encargos IGEPPS.

2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

No 1º trimestre de 2025, o Instituto esteve presente em três Estações Cidadania na Região Guajará: duas no município de Belém — Shopping Bosque Grão Pará e Shopping Pátio Belém — e uma no município de Ananindeua, no Shopping Metrópole Ananindeua.

Os serviços ofertados são: abono de permanência, aposentadoria, atualização cadastral, auxílio-funeral, certidão negativa, comunicação de óbito, continuidade de pensão, cópias de processos, Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), declaração de recebimento de benefício previdenciário, emissão de contracheque, inclusão de dependentes, inclusão no rateio de pensão, isenção de imposto de renda, liberação de crédito, pensão por morte, pensão alimentícia, portaria, reativação de benefício, reforma, reserva, restituição de

contribuição previdenciária, retificação de DIRF, reversão ao serviço ativo, revisão de aposentadoria, revisão de pensão, revisão de reserva ou reforma, vantagens pecuniárias, emissão de cédula C, entre outros. Portanto, na tabela abaixo, é possível observar a ação, o produto, a execução física e orçamentária/financeira do objetivo.

Tabela 4: Execução orçamentária/financeira - 1º trimestre de 2025.

Região de Integração	Ação: Implementação da Estação Cidadania			
	Produto: Pessoa Atendida			
	Execução Física (Un)			
Município	Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	
Guajará	Belém	3.640	567	15,6
	Ananindeua	1.040	704	67,7
Total	4.680	1.271	27,2	

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

No período de janeiro a março de 2025, foram realizados 1.271 (mil e duzentos e setenta e um) atendimentos nas estações cidadania, alcançando 27,2% da meta prevista para 2025. Desse total, 567 (quinhentos e sessenta e sete) correspondem às estações cidadania localizadas no município de Belém (shoppings Pátio Belém e Grão Pará) e 704 (setecentos e quatro) em Ananindeua, no shopping Metrópole. Os serviços mais demandados foram: outros, emissão de contracheques, requerimento inicial, isenção, juntada e emissão da Cédula C.

Considerando que a ação de implementação da Estação Cidadania é gerida pela Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD, a participação do IGEPPS se deu por meio da assinatura do termo de Cooperação Técnica nº 01/2022, a qual resultou no destaque orçamentário e financeiro R\$ 33.635,49 (trinta e três mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e nove centavos), referente ao 1º Quadro de Detalhamentos de Quotas Trimestrais (QDQQ).

Dentro desta ação, o IGEPPS contribui para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 10, que diz respeito à redução das desigualdades, sobretudo no tocante a meta 10.2 e 10.3. O Instituto, ao ofertar serviços previdenciários na estação cidadania promove a descentralização do atendimento, permitindo que seus segurados, beneficiários e sociedade em geral acesso aos serviços, garantindo a igualdade de oportunidades.

2.1.2 Programa Governança Pública

O PPA 2024-2027, instituído pela Lei nº 10.260, de 11 de dezembro de 2023, no art. 3º tem como principais diretrizes estratégicas: I – sociedade de direitos; II – crescimento inteligente; III – trabalho com responsabilidade; e IV – gestão pública presente. Nesse sentido, o IGEPPS alinhou ações no programa temático Governança Pública, com o objetivo de contribuir para uma gestão pública eficiente, evidenciando a necessidade de fortalecer a gestão previdenciária do Estado do Pará por meio das boas práticas de gestão.

No programa Governança Pública, este Instituto possui cinco ações: Capacitação de Agentes Públicos, Construção de Imóveis Públicos Estaduais, Educação Previdenciária, Gestão Previdenciária do Estado e Publicidade das Ações de Governo. Nesse contexto, abaixo serão expostos detalhadamente os objetivos e as ações que os compõem, bem como as respectivas execuções orçamentárias e financeiras para o ano de 2024.

Objetivo: Aprimorar o desenvolvimento de pessoas - Ação de Capacitação de Servidores Públicos

Para esse objetivo, o IGEPPS realiza a capacitação de agentes públicos, cujo resultado é um servidor capacitado, com atuação voltada para a Região Guajará. Esta ação permite capacitar seus servidores e conselheiros. Na tabela abaixo, é possível observar a ação, o produto, a execução física e orçamentária/financeira.

Tabela 5: Execução orçamentária/financeira - 1º trimestre de 2025.

Ação: Capacitação de Agentes Públicos						
Produto: Servidor Capacitado						
Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)
250	44	0,1	3.500.000,00	3.500.000,00	416.909,45	11,9

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

No período de janeiro a março de 2025, foram capacitados 44 (quarenta e quatro) servidores, representando 0,1% da meta programada, conforme tabela acima.

Destacam-se, no período supracitado, os cursos de Compreendendo a Nova Lei de Licitações, Semana Contábil e Fiscal para Estado e Municípios (Secofem), Programa Nord Next e Liderança e Gestão de Pessoas.

Ressalta-se que o quantitativo de agentes capacitados aqui citado se refere ao indicado no Manual de Monitoramento do SigPLAN, que registra a quantidade de servidores capacitados apenas uma única vez, não podendo ser computado novamente, mesmo que tenha participado de mais cursos ou eventos no exercício em referência.

A execução orçamentária e financeira totalizou um gasto de R\$ 416.909,45 (quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e nove reais e quarenta e cinco centavos). Isso representa 11,9% do total previsto para a ação em 2025, conforme mostrado na tabela acima.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Construção de Imóveis Públicos Estaduais.

Nesse objetivo, o IGEPPS também atua na construção de imóveis públicos estaduais, cujo produto é imóvel construído. Por meio desta ação, o instituto busca realizar reformas e manutenções prediais na Sede do Instituto, na Região Guajará e nas agências dos Núcleos Regionais – NUREG, como: Castanhal (agências de Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agências de Santarém e Altamira) e Marabá (agências de Marabá e Paragominas).

No 1º trimestre de 2025, na sede do IGEPPS na Região Guajará, foram realizadas atividades de montagens e adequações elétricas e de lógica na edificação central e anexo, sistemas hidrossanitários, trocas de louças e acessórios, hidrossanitários nos banheiros; manutenção e alteração de tubulações de água e esgoto e de captação de águas pluviais; manutenção corretiva da drenagem das splits; manutenção do telhado e impermeabilização de calhas, manutenção do telhado na construção principal e anexo; manutenção preventiva e corretiva e limpeza na pele de vidro do edifício-chave, manutenção preventiva e corretiva nas paredes e revestimento externo no complexo principal, manutenção da passarela de vidro, mudança de layout em salas no segundo andar e no quarto, manutenção corretiva em paredes e pisos com infiltrações; manutenção corretiva das paredes laterais da estrutura primordial; mudança de forro em salas da estrutura predominante, renovação de lâmpadas, tomadas, luminárias e disjuntores; manutenção dos portões de entrada e saída de veículos (Alcindo Cacela e Paulo Maranhão); trabalhos de manutenção e mudança de layout no refeitório principal do Instituto, tarefas de manutenção predial preventiva e corretiva, com mudança de layout na guarita e na entrada de pedestres e veículos da Alcindo Cacela. Assim como nas instalações da Gerência de Suporte Administrativo, Arquivo Geral e Almoxarifado.

Em relação à execução orçamentária/financeira, o valor total gasto foi de R\$ 8.317.931,21 (oito milhões, trezentos e dezessete mil, novecentos e trinta e um reais e vinte e um centavos), representando 30,8% do total previsto para a ação no exercício de 2025.

Em relação à metafísica, considerando que o produto é “imóvel construído, e conforme orientação em reunião com Seplad há uma secretaria específica para atender esse produto, os órgãos habilitados nesta ação não computarão metafísica, somente será alimentada a informação qualitativa.

Na tabela a seguir, é possível observar a ação, o produto, a execução física e a orçamentária/financeira.

Tabela 6: Execução orçamentária/financeira - 1º trimestre de 2025.

Ação: Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais								
Produto: Imóvel Construído								
Região de Integração	Município	Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
		Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Baixo Amazonas	Santarém	1	-	-	2.000.000	2.000.000	-	-
Carajás	Marabá	1	-	-	2.000.000	2.000.000	957.447,73	47,9
Guajará	Belém	1	-	-	13.000.000	13.000.000	4.442.322,03	34,2
Guamá	Castanhal	1	-	-	2.000.000	2.000.000	503.944,42	25,2
Rio Caeté	Capanema	1	-	-	2.000.000	2.000.000	708.344,99	35,4
Tocantins	Abaetetuba	1	-	-	2.000.000	2.000.000	560.565,13	28,0
Rio Capim	Paragominas	1	-	-	2.000.000	2.000.000	516.810,77	25,8
Xingu	Altamira	1	-	-	2.000.000	2.000.000	628.496,14	31,4
Total		8	-	-	27.000.000,00	27.000.000,00	8.317.931,21	30,8

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Esta ação permitiu ao IGEPPS atender ao plano de expansão institucional em diversas regiões, por meio da contratação dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento dos materiais necessários para a execução de atividades de manutenção, reforma e reparos das instalações prediais em geral.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Educação Previdenciária.

Este objetivo visa ampliar a atuação do RPPS, tornando-o seguro e transparente, e fomentando boas práticas de gestão para fortalecer sua governança. Ele atua diretamente na missão e na visão institucionais e subsidia ações de educação previdenciária que consolidem a Previdência Social como política de Estado. Isso é feito por meio da formação e informação dos diversos atores envolvidos na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual.

Conforme o Pró-Gestão RPPS [1], a educação previdenciária tem como objetivo capacitar indivíduos, abrangendo o conjunto de ações que envolvem a capacitação, qualificação, treinamento e formação específica. Estas são oferecidas aos servidores públicos do IGEPPS, segurados, beneficiários, gestores e conselheiros, bem como a diversos profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao instituto (Manual do Pró-Gestão, 2025).

A meta de cumprimento da ação específica sobre Educação Previdenciária é regionalizada por meio das Agências Regionais, alcançando também os beneficiários e segurados de outros municípios.

No período de janeiro a março de 2025, foram capacitados 25 (vinte e cinco) segurados e beneficiários na Região Guajará, no município de Belém, representando 1,7% da meta planejada. O IGEPPS deu início ao seu calendário 2025 do Programa de Educação Previdenciária com a iniciativa "Cine Igepps". Esta atividade incluiu a exibição de uma obra audiovisual que aborda o tema do envelhecimento, direcionada especialmente ao público de aposentados. A equipe psicológica do NAPS conduziu um debate educativo para estudantes sobre o papel do psicólogo na previdência, abordando temas como envelhecimento ativo, preparação psicossocial para aposentadoria, orientação profissional e identidade no trabalho.

Além disso, uma discussão foi organizada na Universidade Federal do Pará (UFPA) com estudantes de graduação em Psicologia. Além disso, foi realizado um atendimento relacionado ao Programa de Assistência em Educação Financeira na sede do IGEPPS.

Assim, na tabela abaixo é possível observar a ação, o produto, a execução física e a orçamentário-financeira do objetivo.

Tabela 7: Execução orçamentária/financeira - 1º trimestre de 2025.

Região de Integração	Município	Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
		Meta prevista	Meta realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)
Baixo Amazonas	Santarém	30	-	-	2.000,00	2.000,00	-	-
Carajás	Marabá	30	-	-	2.000,00	2.000,00	-	-
Guajará	Belém	1500	25	1,7	236.000,00	236.000,00	-	-
Guamá	Castanhal	60	-	-	2.000,00	2.000,00	-	-
Rio Caeté	Capanema	30	-	-	2.000,00	2.000,00	-	-
Tocantins	Abaetetuba	30	-	-	2.000,00	2.000,00	-	-
Rio Capim	Paragominas	40	-	-	2.000,00	2.000,00	-	-
Xingu	Altamira	40	-	-	2.000,00	2.000,00	-	-
Total		1.760	25	1,4	250.000,00	250.000,00	-	-

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Quanto à execução orçamentária e financeira, não houve movimentação financeira referente ao deslocamento de servidores para subsidiar o desenvolvimento das ações, pois estas foram realizadas na Região do Guajará em parceria com órgãos da Administração Pública, e parte delas também foi executada com a infraestrutura já existente e por servidores do Instituto.

Dentro dessa ação, o IGEPPS contribui ao ODS 4 – Educação de qualidade, impactando ao alcance da meta 4.4, pois, ao difundir o conhecimento sobre as mudanças legislativas e instrução processual, formam-se servidores (jovens e adultos) com maiores competências técnicas e profissionais, tanto para a instrução processual quanto para se tornarem disseminadores de conhecimento sobre a matéria previdenciária, promovendo, além do aumento na qualidade do serviço público, oportunidades de aprendizado para os segurados, beneficiários e sociedade em geral.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Gestão Previdenciária do Estado

A ação de Gestão Previdenciária do Estado tem como produto o atendimento realizado, visando garantir e ampliar o acesso aos serviços essenciais da previdência estadual. Nesse sentido, todos os atendimentos do IGEPPS são contabilizados nesta ação.

Os atendimentos são realizados presencialmente na sede do IGEPPS, nas agências dos Núcleos Regionais – NUREG de Castanhal (agências de Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá (agência de Marabá e Paragominas), além das unidades móveis do IGEPPS Itinerante.

No período de janeiro a março de 2025, foram realizados 20.942 (vinte mil e novecentos e quarenta e dois) atendimentos presenciais na sede e nas agências. Já os atendimentos virtuais foram realizados 169 (cento e sessenta e nove) vezes, por meio dos quais inúmeras dúvidas são facilmente sanadas e agendamentos marcados por requerimentos virtuais. Pelo *Call Center* e pelo Chat, foram atendidas 14.524 (quatorze mil quinhentos e vinte e quatro) pessoas, conforme a tabela a seguir. Vale ressaltar que neste primeiro trimestre, não houve atendimentos nos caminhões itinerantes das unidades móveis, programados para começar a partir do segundo trimestre.

Quanto à execução orçamentária/financeira, o valor total gasto foi R\$ 76.310,75 (setenta e seis mil trezentos e dez reais e setenta e cinco centavos), representando 2,5% do total previsto para ação no exercício de 2025.

Quanto à execução orçamentária/financeira, o valor total gasto foi R\$ 76.310,75 (setenta e seis mil trezentos e dez reais e setenta e cinco centavos), representando 2,5% do total previsto para ação no exercício de 2025. Na tabela a seguir, é possível observar as ações, os produtos, a execução física e orçamentária/financeira.

Tabela 8: Execução orçamentária/financeira - 1º trimestre de 2025.

Região de Integração	Ação: Gestão Previdenciária do Estado													
	Produto: Atendimento Realizado													
	Municípios	Unidade de Atendimento	Meta prevista	Execução Física (Un)					Execução Orçamentária/Financeira (R\$)					
				1º	2º	3º	4º	Total	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Acumulada (%)	
Guajará	Belém	Sede	90.000	12.865	-	-	-	12.865	0,3	3.000.000,00	3.000.000,00	76.310,75	76.310,75 2,5	
		Requerimento Virtual		169	-	-	-	169						
		Call Center		13.870	-	-	-	13.870						
		Chat		654	-	-	-	654						
Guamá	Castanhal	Agência	4.500	1.904	-	-	-	1.904						
Baixo Amazonas	Santarém	Agência	2.000	1.748	-	-	-	1.264						
Carajás	Marabá	Agência	1.500	847	-	-	-	847						
Rio Capim	Paragominas	Agência	250	362	-	-	-	214						
Tocantins	Abaetetuba	Agência	7.000	1.036	-	-	-	1.036						
Rio Caeté	Capanema	Agência	6.000	1.598	-	-	-	1.598						
Xingu	Altamira	Agência	1.500	582	-	-	-	582						
Total			112.750	35.635	-	-	-	35.003	0,3	3.000.000,00	3.000.000,00	76.310,75	76.310,75	2,5

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

A ação gestão previdenciária contribui para o ODS 10 e sua meta 10.4, pois as iniciativas voltadas ao alcance da missão institucional assegurando projetos que ampliam o acesso aos serviços previdenciários, difundem conhecimento e fomentam a responsabilidade corporativa, garantindo maior acesso do IGEPPS a segurados, beneficiários e sociedade em geral, promovendo a redução gradual das desigualdades na proteção social, conforme preconiza a referida meta ODS.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Publicidade das Ações de Governo

Neste objetivo o IGEPPS tem como ação a Publicidade das Ações de Governo, cujo produto é campanha realizada e sua atuação está voltada para a Região Guajará. No período de janeiro a março de 2024, não foram realizadas ações de publicidade das ações de governo.

2.1.3 Programa Manutenção da Gestão

Este programa tem por objetivo viabilizar a gestão administrativa do Estado por meio das seguintes ações: abastecimento de unidades móveis, concessão de auxílio alimentação, concessão de auxílio transporte, operacionalização das ações administrativas e operacionalização das ações de recursos humanos, o que possibilitou a melhoria da qualidade da gestão administrativa, envolvendo diretamente a área de suporte administrativo.

Tabela 9: Execução orçamentária/financeira - 1º trimestre de 2025.

Ação	Produto	Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
		Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	100	106	106,0	207.594.000,00	207.594.000,00	61.686.720,12	29,7
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	320	277	86,6	50.800.000,00	50.800.000,00	6.385.866,23	12,6
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	260	228	87,7	5.000.000,00	5.000.000,00	1.019.912,42	20,4
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	100	85	85,0	200.000,00	200.000,00	20.837,06	10,4
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	13	7	53,8	500.000,00	500.000,00	19.835,43	4,0

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

De janeiro a março de 2025, para execução das ações administrativas e melhoria da gestão, foram celebrados 106 (cento e seis) contratos administrativos, com o escopo de atender as diversas demandas originadas pelas Unidades Administrativas. O valor total gasto na ação foi de R\$ 61.686.720,12 (sessenta e um milhões e seiscentos e oitenta e seis mil e setecentos e vinte reais e doze centavos), representando 29,7% do total previsto para a ação no ano de 2025, conforme demonstrado na acima.

De janeiro a março de 2025, a ação de operacionalização das ações de recursos humanos que tem como produto servidor remunerado, contemplando o quadro de pessoal do IGEPPS contabilizou em média 277 (duzentos e setenta e sete) servidores, incluindo os cedidos, comissionados, temporários, efetivos e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 6.385.866,23 (seis milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos), representando 12,6% do total previsto para a ação no ano de 2025, conforme demonstrado na acima.

De janeiro a março de 2025, a ação de concessão do auxílio-alimentação, cujo produto é o servidor beneficiado, contemplou em média 228 (duzentos e vinte e oito) servidores efetivos e temporários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 1.019.912,42 (um milhão, dezenove mil, novecentos e doze e quarenta e dois centavos), representando 20,4% do total previsto para a ação no ano de 2025, conforme demonstrado na acima.

De janeiro a março de 2025, a ação de concessão de auxílio transporte, que também tem como produto o servidor beneficiado, contemplou em média 85 (oitenta e cinco) servidores efetivos, temporários e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 20.837,06 (vinte mil, oitocentos e trinta e sete reais e seis centavos), representando 10,4% do total previsto para a ação no ano de 2025, conforme demonstrado na acima.

De janeiro a março de 2025, foram abastecidos, em média, sete veículos por mês. O valor total gasto na ação foi de R\$ 19.835,43 (dezenove mil e oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e três centavos), representando 4% do total previsto para ação no ano de 2025, conforme demonstrado na acima.

3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

3.1 QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

No 1º trimestre de 2025, o quantitativo de segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, na condição de ativos, inativos e pensionistas civis, abrangendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, é de 108.188 (cento e oito mil e cento e oitenta e oito) vinculados no Finanprev e Funprev, conforme a tabela abaixo.

Tabela 10: Quantitativo de servidores no Finanprev e Funprev – 1º trimestre de 2025.

Poder Executivo							
Finanprev				Funprev			
Segurado	Janeiro	Fevereiro	Março	Segurado	Janeiro	Fevereiro	Março
Ativo	50.038	49.282	49.524	Ativo	8.887	8.994	8.955
Inativo	31.868	30.940	31.324	Inativo	-	-	-
Pensionista	8.560	8.008	8.172	Pensionista	53	38	48
Total	90.466	88.230	89.020	Total	8.940	9.032	9.003
Poder Legislativo e Judiciário							
Finanprev				Funprev			
Segurado	Janeiro	Fevereiro	Março	Segurado	Janeiro	Fevereiro	Março
Ativo	5.527	5.516	5.514	Ativo	2.197	2.198	2.339
Inativo	1.543	1.561	1.561	Inativo	-	-	-
Pensionista	769	718	745	Pensionista	6	6	6
Total	7.839	7.795	7.820	Total	2.203	2.204	2.345

Fonte: COAF/IGEPPS.

Impende frisar que a categoria militar representa um quantitativo de 32.008 (trinta e dois mil e oito) segurados incluídos os ativos, inativos e pensionistas, os quais continuam geridos pelo IGEPPS, muito embora sejam custeados pelo Sistema de Proteção Social dos Militares e não mais integrem o RPPS Estadual. A tabela abaixo mostra quantitativamente a massa de militares vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares.

Tabela 11: Quantitativo de militares no SPSM – 1º trimestre 2025.

Segurado	Janeiro	Fevereiro	Março
Ativo	17.464	17.372	17.277
Inativo	10.962	10.588	11.039
Pensionista	3.755	3.517	3.692
Total	32.181	31.477	32.008

Fonte: COAF/IGEPPS.

Ressalte-se que os quantitativos contidos nas tabelas da Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização – COAF são dinâmicos, variando mensalmente devido à concessão contínua de novos benefícios previdenciários, ao falecimento de ativos, inativos e pensionistas, à criação de cargos seguida da nomeação de novos servidores públicos ou militares, às exonerações, demissões e outras hipóteses legais de extinção do vínculo previdenciário ou funcional.

Portanto, o instituto assiste 140.196 (cento e quarenta mil, cento e noventa e seis)

segurados, entre inativos e pensionistas, civis e militares, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, somando os quantitativos do Finanprev, Funprev e SPSM.

3.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO

Os registros contábeis das receitas previdenciárias são efetuados de forma segregada nas Unidades Gestoras (UG): IGEPPREV (840201), Finanprev (840202) e Funprev (840203). A partir de janeiro de 2021, foi criada a UG específica para o grupo de servidores militares (840240), com conta corrente de arrecadação e fonte específicas vinculadas ao BANPARÁ.

3.2.1 Finanprev

No que se refere ao Finanprev, em relação ao 1º trimestre de 2025, constata-se significativo decréscimo na arrecadação previdenciária, principalmente devido à adesão ao PREVCOM, ao aderir o servidor contribui até o teto do INSS para Estado e o aumento das concessões de benefícios previdenciários e consumo da receita corrente da contribuição segurado e patronal para bancar a taxa de administração do órgão, conforme a portaria 1467/2022. A tabela abaixo apresenta dados referentes ao primeiro trimestre de 2025.

Tabela 12: Receitas utilizadas do Poder Executivo – Finanprev - 1º trimestre de 2025.

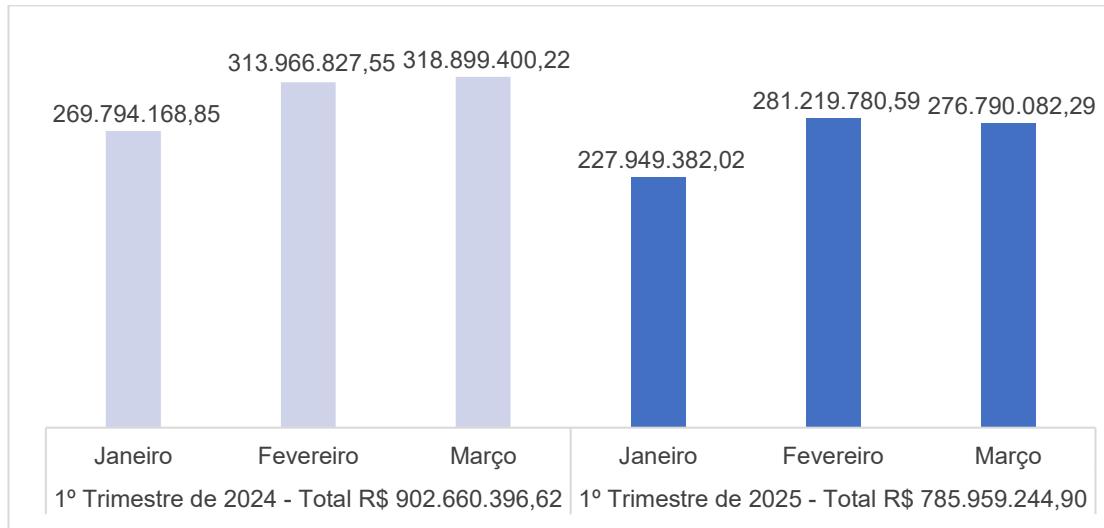
Poder Executivo – Finanprev (R\$)				Repasses Financeiros (R\$)	
Mês	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Subtotal 1	Aporte Complementar (0101)*	Subtotal 1 + Subtotal 2
Janeiro	54.931.605,87	119.335.178,86	174.266.784,73	53.682.597,29	227.949.382,02
Fevereiro	73.108.011,53	91.551.530,63	164.659.542,16	116.560.238,43	281.219.780,59
Março	63.031.431,49	102.932.408,79	165.963.840,28	110.826.242,01	276.790.082,29
Total	191.071.048,89	313.819.118,28	504.890.167,17	281.069.077,73	785.959.244,90

Fonte: Siafem/Nuplan/COAF/IGEPPS.

Nota: *Receita complementar repassada pelo Tesouro Estadual.

No gráfico a seguir, apresenta-se uma análise comparativa das receitas utilizadas pelo Poder Executivo do Estado do Pará. No primeiro trimestre de 2025, as receitas utilizadas pelo Poder Executivo totalizaram R\$ 785.959.244,90 (setecentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos), representando uma diminuição de 12,93% em relação ao mesmo período de 2024.

Gráfico 1: Comparativo da Receita do Poder Executivo – Finanprev (R\$) – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre 2025.



Fonte: COAF/IGEPPS.

3.2.2 Funprev

A receita com a arrecadação de contribuição do Segurado e do Patronal, relativo ao Fundo Previdenciário, foi alavancada pelo ingresso gradativo de novos servidores concursados de órgãos do Poder Executivo Estadual (SEPLAD, PGE, SEFA, JUCEPA, AGE, PC/PA e SEAP), conforme a tabela abaixo.

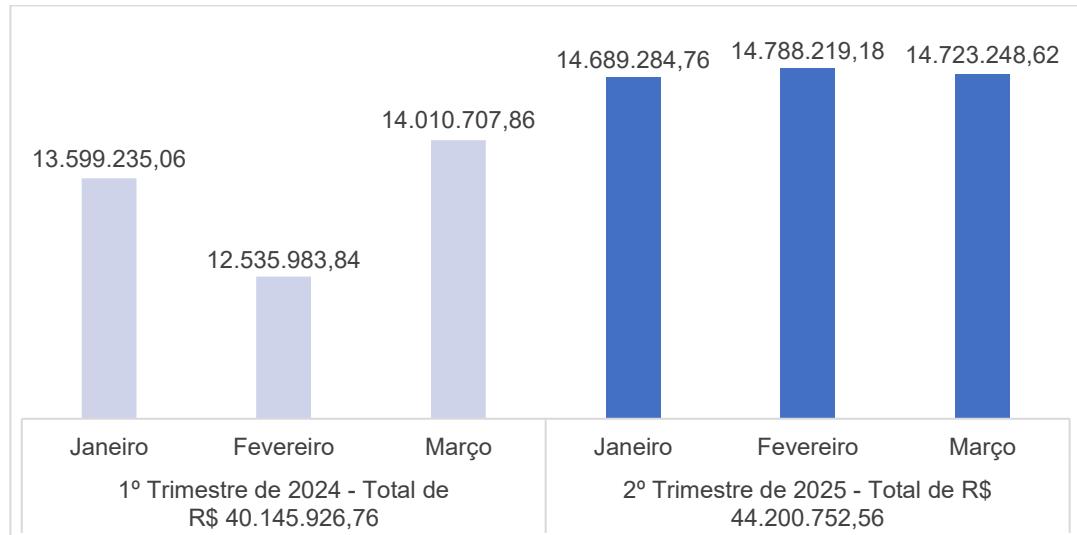
Tabela 13: Receitas utilizadas do Poder Executivo – Funprev - 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas (R\$)		
	Segurado	Patronal	Total
Janeiro	7.294.642,38	7.394.642,38	14.689.284,76
Fevereiro	7.394.109,59	7.394.109,59	14.788.219,18
Março	7.361.624,31	7.361.624,31	14.723.248,62
Total	22.050.376,28	22.150.376,28	44.200.752,56

Fonte: COAF/IGEPPS.

No gráfico a seguir, apresenta-se uma análise comparativa das receitas utilizadas pelo Poder Executivo do Estado do Pará. No primeiro trimestre de 2025, as receitas utilizadas pelo Poder Executivo totalizaram R\$ 44.200.752,56 (quarenta e quatro milhões e duzentos mil e setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), representando um aumento de 10,1% em relação às receitas utilizadas em 2025 em comparação com 2024.

Gráfico 2: Comparativo da Receita utilizadas do Poder Executivo – Funprev (R\$) – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre 2025.



Fonte: COAF/IGEPPS.

3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

3.3.1 Requerimentos da COMPREV

Na tabela abaixo, é possível ver a situação atual dos pedidos, os pedidos em processamento no INSS e no RPPS, e o trabalho para resolvê-los deve continuar em 2025.

Tabela 14: Requerimentos de COMPREV – 1º trimestre de 2025.

Estado do Requerimento	Solicitante RPPS/PA	Solicitante RGPS	Total
Em compensação	4.441	41	4.482
Aguardando análise	1.422	1.734	3.156
Em exigência	1.057	1.519	2.576
Compensado/Cessado	1.585	14	1.599
Rejeitado	1.099	237	1.336
Aguardando análise médica	776	-	776
Exigência / Indeferido	46	283	329
Indeferido	231	50	281
Indeferido Ratificado	159	58	217
Aguardando compensação de aposentadoria	5	105	110
Análise suspensa	35	56	91
Em conflito	9	30	39
Em análise	3	-	3
Deferido	3	-	3
Em compensação	4.441	41	4.482
Aguardando análise	1.422	1.734	3.156
Total de Requerimentos	10.871	4.127	14.998
Em Compensação + Deferido	51	388	439
Em Processamento	7.485	1.712	9.197

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

3.3.2 Valores da Compensação Financeira

Ante as ações colocadas em práticas, o RPPS/PA ocupa o 12º entre as maiores arrecadações nacionais. Nesse contexto, a tabela abaixo demonstra o ranking dos primeiros RPPS, em compensação financeira, no 1º trimestre de 2025.

Tabela 15: Ranking da Compensação Financeira – 1º trimestre de 2025.

Mês	Colocação UF	Entre RPPS	Valor (R\$)	%
Janeiro	12º	39ª	2.796.767,31	-
Fevereiro	12º	46ª	4.249.426,67	34,18
Março	Ainda Não Divulgado pelo MPS		5.280.120,46	-12,97
Geral	16ª	30ª	10.807.860,65	-

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

A tabela mostra os valores recuperados do COMPREV no primeiro trimestre de 2025, com valores altos prescritos. Assim, o RPPS/PA está em boa situação, mostrando o esforço da administração para recuperar receitas e reduzir o déficit.

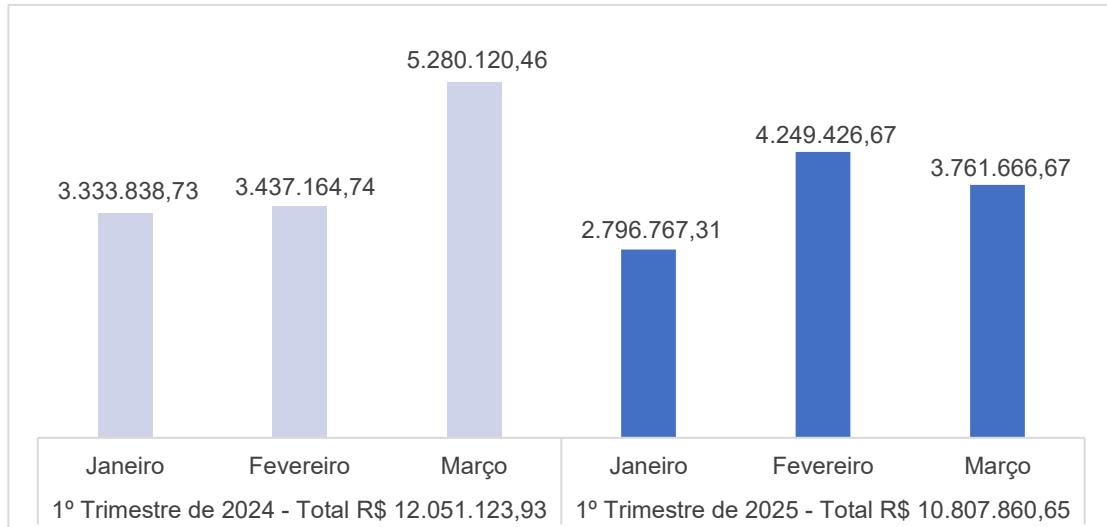
Tabela 16: Valores Recuperados de COMPREV – 1º trimestre de 2025.

Mês	Aprovados	Bruto Recuperado (R\$)	Perdido (R\$)	Com Prescrição (R\$)	Líquido Recuperado (R\$)
Janeiro	25	2.985.396,06	188.628,75	2	2.796.767,31
Fevereiro	25	4.481.721,71	232.295,04	3	4.249.426,67
Março	25	3.782.075,81	20.409,14	1	3.761.666,67
Total	75	11.249.193,58	441.332,93	6	10.807.860,65

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

No primeiro trimestre de 2025, os Valores Recuperados de COMPREV totalizaram R\$ 10.807.860,65 (dez milhões e oitocentos e sete mil e oitocentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos), representando uma redução de 10,32% em comparação com 2024.

Gráfico 3: Comparativo dos Valores Líquidos Recuperados de COMPREV (R\$) – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre 2025.



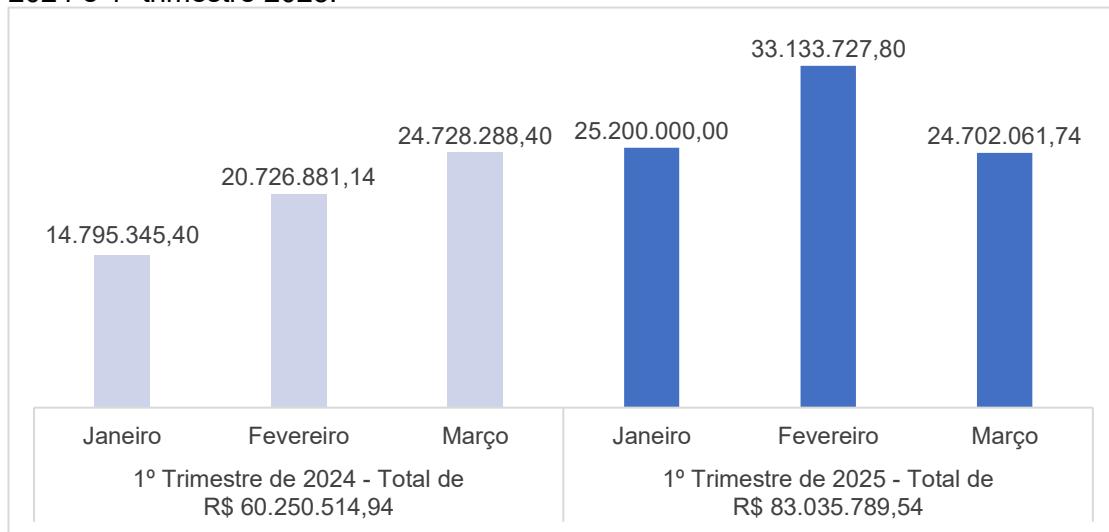
Fonte: COAF/IGEPPS.

3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Taxa de Administração foi instituída pela Lei Complementar n.º 039, de 9 de janeiro de 2002, artigo 74, inciso IV, e regulamentada pelo Decreto n.º 2.022, de 4 de dezembro de 2009. A partir de março de 2010, o Instituto passou a custear suas despesas administrativas com os recursos da Taxa de Administração, 802 - Recursos Próprios, desonerando os cofres do Tesouro Estadual.

No 1º trimestre de 2025, a Taxa de Administração contribuiu com R\$ 83.035.789,54 (oitenta e três milhões e trinta e cinco mil e setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), representando um aumento de 37,82% em relação ao mesmo período de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 4: Comparativo dos Valores da Taxa de Administração (R\$) – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre 2025.



Fonte: COAF/IGEPPS.

3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

3.5.1 Dívidas das Prefeituras

No 1º trimestre de 2025, a COAF impulsionou as diligências de acompanhamento, atualização e cobrança de pendências financeiras dos municípios, com significativa melhora na eficiência da arrecadação, através do sistema SISPREV. Foi criada uma rotina diária para acompanhar as conciliações bancárias do IGEPPS, atualizando os valores pendentes de pagamento. Essas cobranças são revistas toda semana e enviadas novamente aos representantes dos municípios..

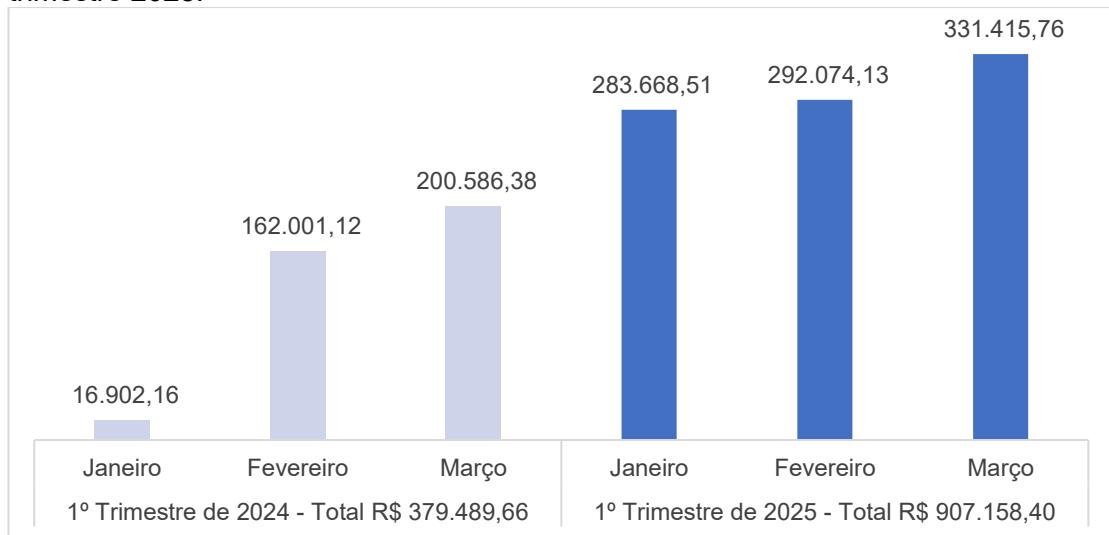
Tabela 17: Dívidas das Prefeituras – 1º trimestre de 2025.

Mês	Saldo Devedor (R\$)
Janeiro	283.668,51
Fevereiro	292.074,13
Março	331.415,76
Total	907.158,40

Fonte: COAF/IGEPPS.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa do saldo devedor das dívidas das prefeituras. Entre o 1º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2024 houve um aumento de 139% no saldo em 2025 em comparação com o mesmo período de 2024.

Gráfico 5: Comparativo das Dívidas das Prefeituras (R\$) – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre 2025.



Fonte: COAF/IGEPPS.

3.5.2 Rentabilidade dos Fundos

No tocante à rentabilidade dos fundos de investimento, apresenta-se o desempenho obtido no 1º trimestre de 2025, conforme a tabela abaixo. O método até março de 2025 usou políticas em Renda Fixa, Variável e Globais.

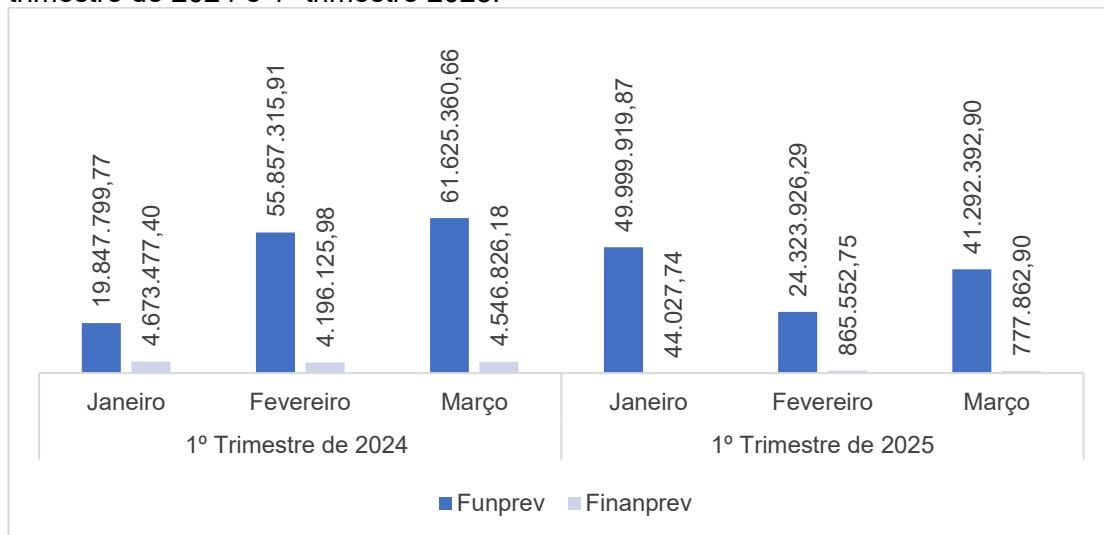
Tabela 18: Rentabilidade dos Fundos – 1º trimestre de 2025.

Mês	Funprev (R\$)	Finanprev (R\$)
Janeiro	49.999.919,87	44.027,74
Fevereiro	24.323.926,29	865.552,75
Março	41.292.392,90	777.862,90
Total	115.616.239,06	1.687.443,39

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa da rentabilidade dos fundos de investimento. No 1º primeiro trimestre de 2025, a rentabilidade do Funprev atingiu R\$ 115.616.239,06 (cento e quinze milhões e seiscentos e dezesseis mil e duzentos e trinta e nove reais e seis centavos), representando uma redução de 15,81% em comparação ao mesmo período de 2024. O fundo Finanprev atingiu R\$ 1.687.443,39 (um milhão e seiscentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e nove centavos), representando uma redução de 87,42% em comparação ao mesmo período de 2024.

Gráfico 6: Comparativo da Rentabilidade dos Fundos de Investimento (R\$) – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre 2025.



Fonte: COAF/IGEPS.

3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO

3.6.1 Finanprev e Funprev

Analizando especificamente o Finanprev no 1º trimestre de 2025, verifica-se um aumento nas despesas realizadas na manutenção dos benefícios, ocasionado, principalmente, pela concessão de novos benefícios previdenciários e pagamento de valores retroativos advindos da revisão de benefícios em âmbito administrativo (demanda reprimida).

Após análise dos dados assinalados na tabela abaixo constata-se o aumento nas despesas com folhas de inativos e pensionistas, fato que se deve diretamente à implantação de novos benefícios, haja vista a política da atual gestão em alavancar a concessão de aposentadorias e pensões. Portanto, a análise dos dados indica aumento do total das despesas do Funprev no 1º trimestre de 2025, em razão da concessão de novos benefícios previdenciários vinculados ao citado Fundo.

Figura 19: Despesas folhas de inativos e pensionistas – 1º trimestre de 2025.

Despesas Previdenciárias (R\$) – Poder Executivo								
Mês	Folha Bruta Inativo			Finanprev	Folha Bruta Pensionista		Total das Despesas	Funprev
	Civil	Saúde	Educação		Civil	Militar		
								Civil
Janeiro	85.833.131,96	6.138.343,62	194.678.595,77	145.902.523,43	51.514.469,84	29.132.576,78	513.199.641,40	95.238,75
Fevereiro	86.221.269,02	6.040.095,05	189.367.570,12	142.379.798,55	49.596.604,08	28.040.907,88	501.646.244,70	77.674,22
Março	87.991.483,84	6.265.296,81	193.120.956,51	148.483.514,91	50.883.395,11	29.638.336,88	516.382.984,06	122.393,15
Total	260.045.884,82	18.443.735,48	577.167.122,40	436.765.836,89	151.994.469,03	86.811.821,54	1.531.228.870,16	295.306,12

Fonte: COAF/IGEPPS.

3.7 RECEITAS E DESPESAS – SPSM

Apesar do Sistema de Proteção Social dos Militares criado em 2019, somente a partir de 2021 foi criada uma fonte própria de recursos. Sendo importante ressaltar que o SPSM é fortemente custeado com aporte do Tesouro Estadual, diante da insuficiência de receitas decorrentes da arrecadação contributiva dos militares ativos, inativos e pensionistas.

Com relação às despesas vinculadas ao SPSM, no 1º trimestre de 2025, observa-se um aumento em decorrência da política de atual gestão do IGEPPS de conceder novos benefícios, reservas, reformas e pensões militares, conforme a tabela abaixo.

Tabela 20: Receitas e Despesas SPSM – 1º trimestre de 2025.

Receitas (R\$) – SPSM			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Janeiro	13.547.756,10	2.718.517,22	16.266.273,32
Fevereiro	13.637.966,56	2.819.388,22	16.457.354,78
Março	13.328.283,05	2.713.537,97	16.041.821,02
Total	40.514.005,71	8.251.443,41	48.765.449,12
Despesas (R\$) – SPSM			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Janeiro	145.902.523,43	29.132.576,78	175.035.100,21
Fevereiro	142.379.798,55	28.040.907,88	170.420.706,43
Março	148.483.514,91	29.638.336,88	178.121.851,79
Total	436.765.836,89	86.811.821,54	523.577.658,43

Fonte: COAF/IGEPPS.

3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES

No âmbito do RPPS do Estado do Pará é relevante dar transparência nas receitas e despesas previdenciárias realizadas pelos demais poderes, segmentadas por Fundos (Finanprev e Funprev), incluindo Defensoria Pública do Estado – DPE/PA, Assembleia Legislativa do Estado – Alepa, Tribunal de Contas do Estado – TCE, Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, Tribunal de Justiça do Estado – TJE/PA e Justiça Militar – JME, Ministério Público do Estado – MPE, Ministério Público de Contas MPC/PA e Ministério Público de Contas dos Municípios MPC/M, demonstrada nas tabelas a seguir.

3.8.1 Finanprev

Tabela 21: Receitas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE – 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Janeiro	1.843.242,95	3.028.008,81	4.871.251,76
Fevereiro	1.814.105,19	2.980.315,67	4.794.420,86
Março	1.654.148,63	3.018.819,54	4.672.968,17
Total	5.311.496,77	9.027.144,02	14.338.640,79

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 22: Despesas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE – 1º trimestre de 2025.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Janeiro	4.458.197,86	794.683,45	5.252.881,31
Fevereiro	4.448.510,76	724.227,44	5.172.738,20
Março	4.447.359,05	750.473,09	5.197.832,14
Total	13.354.067,67	2.269.383,98	15.623.451,65

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 23: Receitas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará – ALEPA – 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Janeiro	2.507.987,08	4.120.264,49	6.628.251,57
Fevereiro	2.518.025,85	4.136.756,75	6.654.782,60
Março	2.507.325,39	4.154.508,65	6.661.834,04
Total	7.533.338,32	12.411.529,89	19.944.868,21

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 24: Despesas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará – ALEPA – 1º trimestre de 2025.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Janeiro	5.541.403,97	1.488.704,40	7.030.108,37
Fevereiro	5.041.481,87	1.447.154,01	6.488.635,88
Março	4.966.052,00	1.484.497,90	6.450.549,90
Total	15.548.937,84	4.420.356,31	19.969.294,15

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 25: Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará – TCE – 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Janeiro	1.312.458,82	2.156.182,35	3.468.641,17
Fevereiro	1.229.633,21	2.020.111,70	3.249.744,91
Março	1.310.037,10	2.152.203,81	3.462.240,91
Total	3.852.129,13	6.328.497,86	10.180.626,99

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 26: Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará – TCE - 1º trimestre de 2025.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Janeiro	4.513.943,54	961.715,35	5.475.658,89
Fevereiro	4.886.131,39	1.365.277,65	6.251.409,04
Março	4.657.460,58	1.844.559,03	6.502.019,61
Total	14.057.535,51	4.171.552,03	18.229.087,54

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 27: Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará – TCM – 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Janeiro	840.890,10	1.381.462,65	2.222.352,75
Fevereiro	815.593,26	1.339.903,21	2.155.496,47
Março	826.156,70	1.357.257,44	2.183.414,14
Total	2.482.640,06	4.078.623,30	6.561.263,36

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 28: Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará – TCM – 1º trimestre de 2025.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Janeiro	2.203.576,33	527.644,49	2.731.220,82
Fevereiro	2.158.713,63	527.624,28	2.686.337,91
Março	2.166.068,26	515.070,63	2.681.138,89
Total	6.528.358,22	1.570.339,40	8.098.697,62

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 29: Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado - TJ/JME – 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Janeiro	11.501.613,11	18.896.491,08	30.398.104,19
Fevereiro	10.037.749,37	16.490.588,25	26.528.337,62
Março	9.661.330,07	15.951.135,57	25.612.465,64
Total	31.200.692,55	51.338.214,90	82.538.907,45

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 30: Despesas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado - TJ/JME – 1º trimestre de 2025.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Janeiro	17.285.702,09	4.523.888,78	21.809.590,87
Fevereiro	15.581.629,98	4.119.663,76	19.701.293,74
Março	15.541.083,14	4.526.988,24	20.068.071,38
Total	48.408.415,21	13.170.540,78	61.578.955,99

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 31: Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE – 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Janeiro	5.014.731,34	8.238.487,20	13.253.218,54
Fevereiro	3.775.818,51	6.203.130,41	9.978.948,92
Março	3.919.402,95	6.439.019,13	10.358.422,08
Total	12.709.952,80	20.880.636,74	33.590.589,54

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 32: Despesas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE – 1º trimestre de 2025.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Janeiro	5.469.170,49	1.758.432,28	7.227.602,77
Fevereiro	5.694.356,26	1.824.547,16	7.518.903,42
Março	5.695.939,81	1.820.008,01	7.515.947,82
Total	16.859.466,56	5.402.987,45	22.262.454,01

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 33: Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas – MPC/PA – 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Janeiro	147.969,69	243.093,21	391.062,90
Fevereiro	147.464,34	242.262,84	389.727,18
Março	148.893,17	244.610,21	393.503,38
Total	444.327,20	729.966,26	1.174.293,46

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 34: Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas – MPC/PA – 1º trimestre de 2025.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Janeiro	463.536,46	140.791,56	604.328,02
Fevereiro	521.194,75	140.791,56	661.986,31
Março	521.194,75	140.791,56	661.986,31
Total	1.505.925,96	422.374,68	1.928.300,64

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 35: Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios – MPCM – 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Janeiro	67.175,92	110.360,44	177.536,36
Fevereiro	64.685,61	106.269,22	170.954,83
Março	65.877,77	108.227,77	174.105,54
Total	197.739,30	324.857,43	522.596,73

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 36: Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios – MPCM – 1º trimestre de 2025.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Janeiro	126.815,23	61.974,63	188.789,86
Fevereiro	128.944,09	61.974,63	190.918,72
Março	128.944,09	61.974,63	190.918,72
Total	384.703,41	185.923,89	570.627,30

Fonte: COAF/IGEPPS.

3.8.2 Funprev

Tabela 37: Receitas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE – 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Janeiro	234.266,17	234.266,17	468.532,34
Fevereiro	231.132,20	231.132,20	462.264,40
Março	225.488,18	225.488,18	450.976,36
Total	690.886,55	690.886,55	1.381.773,10

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 38: Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCE/PA – 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Janeiro	237.361,58	237.361,58	474.723,16
Fevereiro	251.470,26	251.470,26	502.940,52
Março	248.105,20	248.105,20	496.210,40
Total	736.937,04	736.937,04	1.473.874,08

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 39: Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado - TJ/JME – 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Janeiro	2.115.461,31	2.115.461,31	4.230.922,62
Fevereiro	2.124.362,27	2.124.362,31	4.248.724,58
Março	2.126.024,67	2.126.024,67	4.252.049,34
Total	6.365.848,25	6.365.848,29	12.731.696,54

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 40: Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE – 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Janeiro	438.023,12	438.023,12	876.046,24
Fevereiro	446.625,29	446.625,29	893.250,58
Março	448.380,63	448.380,63	896.761,26
Total	1.333.029,04	1.333.029,04	2.666.058,08

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 41: Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas – MPC/PA – 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Janeiro	90.807,94	90.807,94	181.615,88
Fevereiro	89.712,17	89.712,17	179.424,34
Março	87.745,56	87.745,56	175.491,12
Total	268.265,67	268.265,67	536.531,34

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 42: Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios – MPCM/PA – 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Janeiro	67.482,57	67.482,57	134.965,14
Fevereiro	74.398,64	74.398,64	148.797,28
Março	76.569,89	76.569,89	153.139,78
Total	218.451,10	218.451,10	436.902,20

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 43: Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios – TCM/PA – 1º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Janeiro	3.426,09	3.426,09	6.852,18
Fevereiro	3.426,09	3.426,09	6.852,18
Março	3.426,09	3.426,09	6.852,18
Total	10.278,27	10.278,27	20.556,54

Fonte: COAF/IGEPPS

4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

As avaliações atuariais têm o objetivo de dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, que deverão ser elaborados tendo os parâmetros técnicos estabelecidos nas Normas aplicáveis aos RPPS definidas pelas EC. N° 103/2019, Lei n.º 9.717/98 e Portaria MTP n.º 1467/2022.

A Avaliação Atuarial é um estudo técnico. Ele se baseia nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada. O objetivo principal é estabelecer os recursos necessários para garantir os pagamentos dos benefícios previstos pelo plano, de maneira suficiente e adequada.

Na elaboração das Avaliações Atuariais, do plano financeiro denominado Finanprev e do plano previdenciário denominado Funprev foram utilizados os dados cadastrais e financeiros dos servidores dos seguintes Poderes e Órgãos Autônomos: Executivo, Tribunal de Justiça do Estado, Justiça Militar do Estado, Assembleia Legislativa Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará.

4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS

A Lei Complementar nº 039/2002 e suas alterações, através da LC nº 044/2003, LC nº 049/2005, LC nº 051/2006 e LC nº 128/2020 organiza o Sistema Previdenciário do Estado do Pará em dois regimes distintos integrantes do RPPS, Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev) e Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev). A Lei Complementar nº 142/2021 criou o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM.

4.1.1 Massa de segurados – Finanprev

O Regime Orçamentário em extinção destinado aos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2016, conforme a tabela abaixo.

Tabela 44: Quantitativo Finanprev – 2023 a 2025 - 1º trimestre 2025.

Finanprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativos	59.527	58.083	55.168
Inativos	31.209	31.684	33.228
Pensionistas	8.323	8.990	9.292
Total	99.059	98.757	97.688

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial.

Nota-se que o quantitativo total de servidores do Finanprev é decrescente no período de 2023 a 2025, confirmando a expectativa de extinção do Fundo.

4.1.2 Massa de segurados – Funprev

O Regime Capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram após janeiro de 2017, conforme a tabela abaixo.

Tabela 45: Quantitativo Funprev – 2023 a 2025 - 1º trimestre 2025.

Funprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativos	6.915	9.174	10.658
Inativos	2	2	6
Pensionistas	65	72	89
Total	6.982	9.248	10.753

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial.

4.1.3 Massa de segurados – SPSM

Com o advento da Lei Complementar nº 142/2021 os militares foram retirados do Finanprev e Funprev, conforme a tabela abaixo.

Tabela 46: Quantitativo SPSM – 2023 a 2025 - 1º trimestre 2025.

SPSM	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativos	18.683	18.683	17.376
Inativos	9.645	9.645	10.809
Pensionistas	3.973	3.973	4.256
Total	32.301	32.301	32.441

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial.

Com o advento da Lei Complementar nº 142/2021 os militares foram retirados do Finanprev e Funprev.

4.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVA AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS - COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS

Os valores referentes as receitas e despesas 2025 referem-se ao acumulado de janeiro a fevereiro publicados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) disponibilizado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, conforme a tabela abaixo.

Tabela 47: Comparativo Finanprev – 2023 a 2025 - 1º bimestre 2025.

Finanprev	2023	2024	2025
Receita Estimada	1.708.034	1.908.777	2.641.083
Receita Realizada	3.101.146	973.461	390.241
Variação %	81,56	-49,00	-85,22

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: Receitas acumuladas de janeiro a fevereiro de 2025.

No acumulado de janeiro a março de 2025, as receitas realizadas no Finanprev estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 85,22%, conforme a tabela acima.

Tabela 48: Comparativo Funprev – 2023 a 2025 - 1º bimestre 2025.

Funprev	2023	2024	2025
Receita Estimada	539.001	587.488	505.275
Receita Realizada	221.002	245.249	32.120
Variação %	-59,00	-58,25	-93,64

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: Receitas acumuladas de janeiro a fevereiro de 2025.

No acumulado de janeiro a fevereiro de 2025, as receitas realizadas no Funprev estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 93,64%, conforme a tabela acima.

Tabela 49: Comparativo SPSM – 2023 a 2025 - 1º bimestre 2025.

SPSM	2023	2024	2025
Receita Estimada	840.784	963.685	1.036.482
Receita Realizada	881.310	931.031	143.746
Variação %	4,82	-3,39	-86,13

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: Receitas acumuladas de janeiro a fevereiro de 2025.

No acumulado de janeiro a fevereiro de 2025, as receitas realizadas no SPSM estão menores que às receitas estimadas atuarialmente em 86,13%, conforme a tabela acima.

Tabela 50: Comparativo Finanprev– 2023 a 2025 - 1º bimestre 2025.

Finanprev	2023	2024	2025
Despesa Estimada	5.393.535	6.079.737	7.283.124
Despesa Realizada	4.416.837	4.892.260	772.887
Variação %	-18,11	-19,53	-89,39

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: Receitas acumuladas de janeiro a fevereiro de 2025.

No acumulado de janeiro a fevereiro de 2025, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 89,39%, conforme a tabela acima.

Tabela 51: Comparativo Funprev– 2023 a 2025 - 1º bimestre 2025.

Funprev	2023	2024	2025
Despesa Estimada	7.162	7.870	28.151
Despesa Realizada	884	1.096	205
Variação %	-87,66	-86,07	-99,27

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: Receitas acumuladas de janeiro a fevereiro de 2025.

No acumulado de janeiro a fevereiro de 2025, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 99,27%, conforme a tabela acima.

Tabela 52: Comparativo SPSM – 2023 a 2025 - 1º bimestre 2025.

SPSM	2023	2024	2025
Despesa Estimada	1.753.431	2.060.384	2.285.651
Despesa Realizada	1.941.544	2.201.135	345.457
Variação %	10,73	6,83	-84,89

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: Receitas acumuladas de janeiro a fevereiro de 2025.

No acumulado de janeiro a fevereiro de 2025, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 84,89%, conforme a tabela acima.

4.3 HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais são parâmetros que avaliam a probabilidade de eventos biométricos, demográficos e econômico-financeiros, conforme ilustrado nas tabelas subsequentes.

4.3.1 Hipóteses biométricas

As hipóteses biométricas relacionam-se com as probabilidades de ocorrências de eventos tais como: mortalidade, entrada em invalidez, conforme a tabela abaixo.

Tabela 53: Hipóteses biométricas – 2023 a 2025- 1º trimestre de 2025.

Hipóteses Biométricas	2023	2024	2025
Mortalidade de válidos	RP2000 masculina	RP2000 masculina	IPEA -NS
Mortalidade de inválidos	IBGE 2021	IBGE 2022	IPEA -NS
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

Fonte: Nugin/IGEPPS.

4.3.2 Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas relacionam-se ao comportamento da população, conforme a tabela abaixo.

Tabela 54: Hipóteses demográficas - 2023 a 2025- 1º trimestre de 2025.

Hipóteses Demográficas	2023	2024	2025
Novos entrados	Grupo Fechado	Grupo Fechado	Grupo Fechado
Família média	Cônjugue feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjugue feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjugue mulher 3 anos mais nova ou cônjuge homem 3 anos mais velho
Idade de início da fase de contribuição	25 anos	25 anos	25 anos

Fonte: Nugin/IGEPPS.

4.3.3 Hipóteses econômico-financeiras

As hipóteses econômico-financeiras são fatores que servem para quantificar as reservas matemáticas, ou seja, as obrigações do Regime Próprio de Previdência Social, conforme as tabelas abaixo.

Tabela 55: Hipóteses Financeiras Finanprev - 2023 a 2025 - 1º trimestre de 2025.

Finanprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	4,82% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 56: Hipóteses Financeiras Funprev- 2023 a 2025 - 1º trimestre de 2025.

Funprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	6,51% a.a
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 57: Hipóteses Financeiras Funprev- 2023 a 2025 - 1º trimestre de 2025.

SPSM	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	6,51% a.a
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/IGEPPS.

4.4 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO

As alíquotas indicam o percentual que deverá ser aplicado no cálculo das contribuições dos servidores e do Ente Público, conforme a tabela abaixo.

Tabela 58: Custeio Previdenciário Finanprev– 2023 a 2025 - 1º trimestre de 2025.

Finanprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo	14%	14%	14%
Inativo	14%	14%	14%
Pensionista	14%	14%	14%
Ente Público	23%	23%	23%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

As alíquotas das contribuições dos servidores e do Ente Público sofreram modificação em 2021 por conta da reforma da previdência ocorrida em 2019, conforme a tabela abaixo.

Tabela 59: Custeio Previdenciário Funprev – 2023 a 2025 - 1º trimestre de 2025.

Funprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo	14%	14%	14%
Inativo	14%	14%	14%
Pensionista	14%	14%	14%
Ente Público	14%	14%	14%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

As alíquotas das contribuições dos servidores e do Ente Público sofreram modificação em 2021 por conta da reforma da previdência ocorrida em 2019, conforme a tabela abaixo.

Tabela 60: Custeio Previdenciário SPSM – 2023 a 2025 - 1º trimestre de 2025.

SPSM	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo	10,5%	10,5%	10,5%
Inativo	10,5%	10,5%	10,5%
Pensionista	10,5%	10,5%	10,5%
Ente Público	18,0%	18,0%	18,0%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

As avaliações atuariais de 2023, 2024 e 2025 indicam que as alíquotas de Custeos Previdenciários permaneçam constantes e que os déficits dos fundos Finanprev e SPSM sejam garantidos pelo tesouro estadual.

4.4.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício

A reforma previdenciária de 2019 estabeleceu que o conjunto de benefícios dos regimes próprios de previdência social será restrito às aposentadorias e à pensão por morte. As tabelas subsequentes apresentam o histórico do custeio, calculado atuarialmente, das taxas por benefícios.

Tabela 61: Custos % por benefícios - Finanprev – 2023 a 2025 - 1º trimestre de 2025.

Tipo de Benefício	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Aposentadoria Programada	28,76%	28,75%	34,06%
Aposentadoria por Invalidez	2,19%	2,17%	0,65%
Pensões	4,05%	4,08%	0,29%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%
Custo Normal Anual Total	37,00%	37,00%	37,00%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 62: Custos % por benefícios Funprev– 2023 a 2025 - 1º trimestre de 2025.

Tipo de Benefício	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Aposentadoria Programada	17,60%	17,93%	22,76%
Aposentadoria por Invalidez	4,36%	3,93%	2,26%
Pensões	3,47%	3,57%	0,98%
Despesas Administrativas*	2,57%	2,57%	2,00%
Custo Normal Anual Total	28,00%	28,00%	28,00%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 63: Custos % por benefícios SPSM– 2023 a 2025 - 1º trimestre de 2025.

Tipo de Benefício	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Aposentadoria Programada	19,79%	19,92%	25,52%
Aposentadoria por Invalidez	2,39%	2,30%	0,71%
Pensões	4,32%	4,28%	0,27%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%
Custo Normal Anual Total	28,50%	28,50%	28,50%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

4.5 EVOLUÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS CUSTOS POR TIPO DE BENEFÍCIO

Para verificar se o Regime Próprio está em equilíbrio financeiro e atuarial é realizado o cálculo Atuarial que contemplará os valores dos seguintes termos:

- **Ativo do Plano:** Valor aplicado no mercado financeiro e seus respectivos rendimentos em 31 de dezembro do ano corrente.
- **Prov. Matemática BC:** Provisão Matemática dos Benefícios Concedido que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que se encontram em gozo de benefícios.
- **Prov. Matemática BaC:** Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que ainda estão em atividade.
- **Prov. Matemática Total:** Provisão Matemática Total que representa a soma da Prov. Matemática BC com a Prov. Matemática BC.
- **Superávit (+) / Déficit (-):** Representa a diferença entre o Ativo do Plano e a Prov. Matemática Total, quando o valor for positivo temos superávit, quando for negativo temos déficit e quando for igual a zero temos o equilíbrio financeiro e atuarial;
- **Civil:** Representa o valor do Superávit (+) / Déficit (-) dos servidores civis.

As evoluções dos resultados são reflexos das hipóteses atuariais adotadas no Cálculo Atuarial, do salário de contribuição dos servidores e das informações cadastrais, conforme as tabelas abaixo.

Tabela 64: Evolução Finanprev– 2023 a 2025 - 1º trimestre de 2025.

Tipo de Benefício: Finanprev	Valores (R\$)		
	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo do Plano	604.796.627,40	439.072.034,89	-
Prov. Matemát. BC	43.325.948.862,91	47.351.577.347,36	49.647.728.490,75
Prov. Matemát. BaC	38.486.055.469,35	41.294.277.498,20	41.337.989.165,08
Prov. Matemát. Total	81.812.004.332,26	88.645.854.845,56	90.985.717.655,83
Superávit(+)/Déficit(-)	-81.207.207.704,86	-88.206.782.810,67	-90.985.717.655,83

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 65: Evolução Funprev– 2023 a 2025 - 1º trimestre de 2025.

Tipo de Benefício: Funprev	Valores (R\$)		
	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo do Plano	4.186.590.041,16	4.264.686.028,14	4.342.922.859,38
Prov. Matemát. BC	49.076.908,86	52.034.404,83	66.206.900,11
Prov. Matemát. BaC	15.016.127,33	369.586.017,47	-404.667.064,54
Prov. Matemát. Total	64.093.036,19	421.620.422,30	-338.460.164,43
Superávit(+)/Déficit(-)	4.122.497.004,97	3.843.065.605,84	4.681.383.023,81

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 66: Evolução SPSM– 2023 a 2025 - 1º trimestre de 2025.

Tipo de Benefício: SPSM	Valores (R\$)		
	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo do Plano	21.489.805,01	-	
Prov. Matemát. BC	20.262.491.577,48	23.656.707.540,55	23.396.105.428,80
Prov. Matemát. BaC	-262.090.862,97	2.206.965.586,56	4.055.780.468,18
Prov. Matemát. Total	20.000.400.714,51	25.863.673.127,11	27.451.885.896,98
Superávit(+)/Déficit(-)	-19.978.910.909,50	-25.863.673.127,11	-27.451.885.896,98

Fonte: Nugin/Igeprev.

As provisões matemáticas podem ter alterações com o tempo. Em geral, devido alterações no perfil etário, de aposentadoria, salarial ou familiar dos beneficiários do regime de seguridade. Por fim, enfatizamos a importância dos modelos de pensão, projetados para um longo período de amadurecimento. Portanto, a manutenção do equilíbrio do fundo previdenciário exige monitoramento das obrigações do ente federativo referente à sua fundação.

5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPPS realiza a gestão própria dos investimentos, por meio do Núcleo Gestor de Investimentos (Nugin), setor interno do Instituto, responsável por monitorar os riscos, executar os investimentos e propor as estratégias de movimentações da carteira visando a busca da meta atuarial.

Os investimentos realizados ao longo do primeiro trimestre de 2025 foram norteados pela Política Anual de Investimento 2025, aprovada pelo Conselho Estadual de Previdência, além de observarem as disposições da Resolução CMN nº 4.963 de 25/11/2021 e da Portaria MTP nº 1.467/2022 e alterações.

5.1 CARTEIRA GLOBAL

A carteira de investimentos do IGEPPS Pará finalizou o primeiro trimestre de 2025 com 71 ativos na carteira. Entre esses ativos, há 45 fundos de investimentos distribuídos entre 18 gestoras, além de 25 Títulos Públicos emitidos pelo Tesouro Nacional e 1 Letra Financeira emitida pelo banco BTG Pactual, que estão vinculados ao seu respectivo plano, quais sejam: Fundo Previdenciário (FUNPREV), Fundo Financeiro (FINANPREV) e Sistema Social de Proteção dos Militares (SPSM), além das operações compromissadas (LFT) intermediadas por meio do Banpará, conforme a tabela abaixo.

Tabela 67: Carteira Global do IGEPPS – 1º trimestre de 2025.

Carteira	Receita Acumulada (R\$)				Patrimônio Líquido (28/03/2025)
	Aplicação	Resgate	Amortização	Rendimento Acumulado	
Funprev	106.122.630,35	70.389.857,95	22.073.424,81	115.616.239,15	4.447.827.648,21
Finanprev	519.388.557,14	446.255.036,61	-	1.687.458,31	77.256.722,18
SPSM	153.008.526,60	144.596.423,54	-	490.196,38	8.902.294,98
Disponibilidade Financeira	-	-	-	-	299.473.325,65
Total	778.519.714,09	661.241.318,10	22.073.424,81	117.793.893,83	4.833.459.991,02

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Nota: Disponibilidade Financeira é o recurso financeiro disponível em conta corrente de titularidade do IGEPPS.

O rendimento acumulado dos três fundos foi de R\$ 117.793.893,83 (cento e dezessete milhões setecentos e noventa e três mil oitocentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos), cerca de 28% menor que o primeiro trimestre de 2024 em razão das oscilações da conjuntura econômica brasileira e global.

Os ativos e seus respectivos recursos estão distribuídos entre as classes de renda fixa, renda variável, exterior e investimentos estruturados, enquadrados de acordo com a política de investimentos 2025. A equipe técnica do Nugin realiza o monitoramento da carteira visando atender aos limites da Resolução CMN 4.963/2021 e às estratégias definidas na Política de Investimentos.

Tabela 68: Enquadramento do IGEPPS de acordo com a Política de Investimentos – 1º trimestre de 2025.

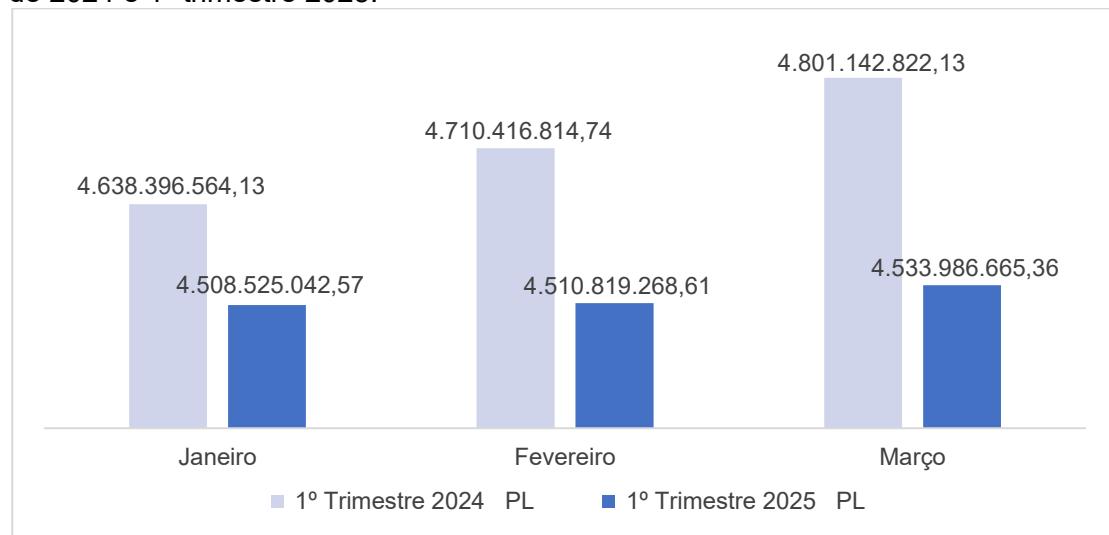
Artigo	Tipo de Ativo	Valor (R\$)	Carteira %	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa		3.620.154.322,41	79,84%	0,00%	82,50%		100,00%
Art. 7º, I, "a"	Títulos Públicos de Emissão do TN (Selic)	2.068.113.924,47	45,61%	0,00%	55,00%	100,00%	100,00%
Art. 7º, I, "b"	Fundos RF 100% Títulos Públicos	143.284.812,78	3,16%	0,00%	10,00%	55,00%	100,00%
Art. 7º, II	Operações Compromissadas	85.862.467,13	1,89%	0,00%	0,00%	5,00%	5,00%
Art. 7º, III "a"	Fundos de Renda Fixa conforme CVM	1.210.600.386,40	26,70%	0,00%	10,00%	40,00%	70,00%
Art. 7º, III "b"	ETF - Renda Fixa CVM		0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	
Art. 7º, IV	Ativos Privados de Instituições Financeiras (Lista Exaustiva BACEN)	53.767.449,27	1,19%	0,00%	2,50%	5,00%	20,00%
Art. 7º, V "a"	FIDC Cota Sênior	2.636.827,08	0,06%	0,00%	0,00%	0,50%	10,00%
Art. 7º, V "b"	Fundos de Crédito Privado	55.888.455,27	1,23%	0,00%	5,00%	5,00%	10,00%
Art. 7º, V "c"	Debêntures Incentivadas		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Renda Variável		447.447.726,41	9,87%		5,00%		40%
Art. 8º	Fundos de Ações CVM	447.447.726,41	9,87%	0,00%	2,50%	15,00%	40,00%
Art. 8º, I "b"	FI ETF RV CVM		0,00%	0,00%	2,50%	15,00%	40,00%
Exterior		218.222.889,22	4,81%		6,00%		10%
Art. 9º, I "a"	Fundos de Renda Fixa - Dívida Externa	-	0,00%	0,00%	1,50%	10,00%	10,00%
Art. 9º, II	Fic - Aberto- Investimento no Exterior	104.117.187,05	2,30%	0,00%	2,50%	10,00%	10,00%
Art. 9º, III	Fundos de Ações - BDR Nível I	114.105.702,17	2,52%	0,00%	2,00%	10,00%	10,00%
Estruturados		248.161.727,32	5,47%		6,50%		20%
Art. 10º, I	Fundos Multimercados	79.011.351,52	1,74%	0,0%	2,00%	10,00%	10,0%
Art. 10º, II	Fundos de Participações (FIP)	169.150.375,81	3,73%	0,0%	4,50%	5,00%	5,0%
Total da Carteira		4.533.986.665,37	100,00%			100,00%	
Disponibilidade Financeira							
Total Geral		4.533.986.665,37					

Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.1.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Global

No primeiro trimestre de 2025, o patrimônio líquido foi de R\$ 4.533.986.665,36 (quatro bilhões quinhentos e trinta e três milhões novecentos e oitenta e seis mil seiscents e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos). Isso representa 6% menor que no mesmo período do ano passado, conforme o gráfico abaixo.

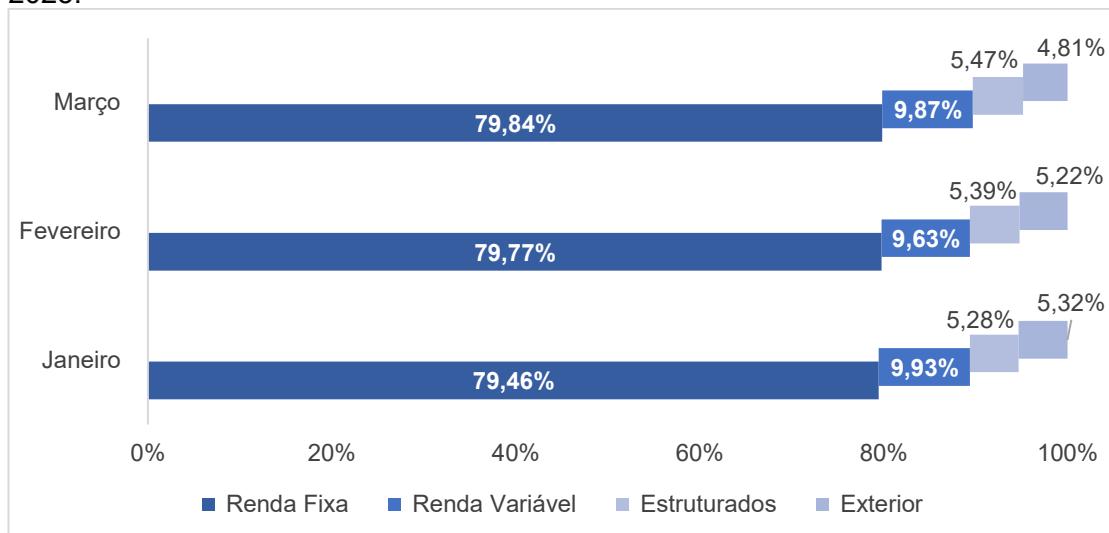
Gráfico 7: Comparativo da Evolução do Patrimônio Líquido Aplicado (R\$) – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre 2025.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

No segmento, a renda fixa detém a maior parcela da carteira de investimentos, representando 79,84% ao final do primeiro trimestre. Meta é 82,5% em renda fixa no RPPS até 2025.

Gráfico 8: Distribuição do Patrimônio Líquido Aplicado por segmento – 1º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 69: Patrimônio Líquido por Instituição Financeira – 1º trimestre de 2025.

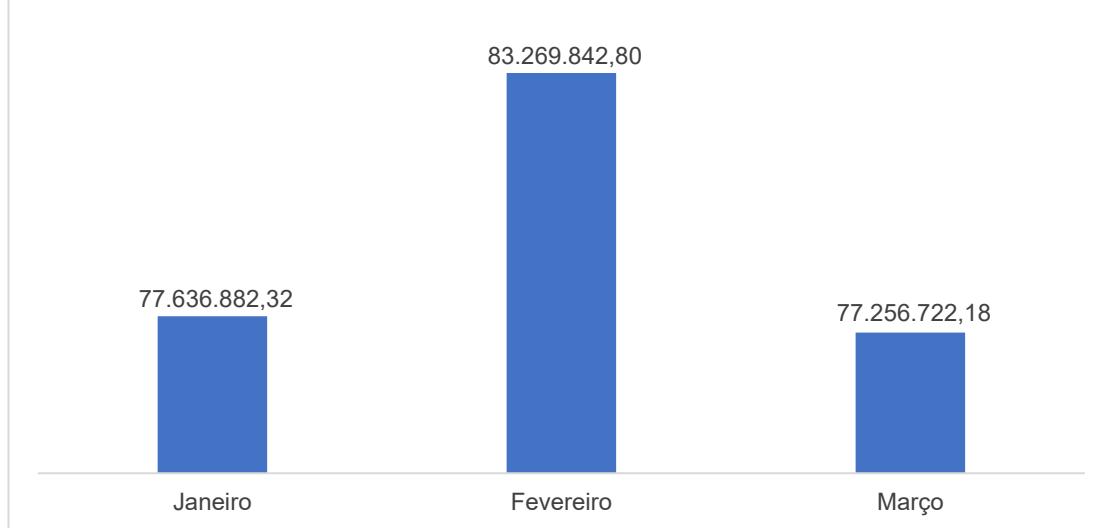
INSTITUIÇÕES	31/01/2025		28/02/2025		31/03/2025	
	PL	%	PL	%	PL	%
Tesouro Nacional	2.033.928.092,94	45,11%	2.040.207.150,79	45,23%	2.068.113.924,47	45,61%
BB Asset Management	725.338.174,54	16,09%	696.510.264,32	15,44%	703.336.715,95	15,51%
Itaú	440.262.545,84	9,77%	440.409.132,71	9,76%	445.804.875,33	9,83%
Bradesco	355.447.122,25	7,88%	378.493.265,72	8,39%	373.117.880,81	8,23%
Santander	20.004.908,76	0,44%	20.334.970,19	0,45%	269.351.675,17	5,94%
BTG Pactual	275.016.479,27	6,10%	271.578.910,36	6,02%	120.058.268,20	2,65%
Caixa Econômico Asset	80.122.192,94	1,78%	77.961.380,66	1,73%	109.690.156,44	2,42%
Safra Asset Management	50.068.790,47	1,11%	48.443.565,53	1,07%	85.862.467,13	1,89%
Vinci Partners	109.029.086,88	2,42%	108.329.816,08	2,40%	70.462.124,63	1,55%
Kinea Investimentos	109.534.914,26	2,43%	116.183.164,51	2,58%	51.875.729,71	1,14%
Western Asset	49.786.164,17	1,10%	48.418.045,51	1,07%	44.768.060,34	0,99%
Bahia Asset	43.384.257,93	0,96%	42.435.586,05	0,94%	43.643.577,54	0,96%
XP Asset Management	39.959.013,94	0,89%	38.669.911,72	0,86%	37.016.773,02	0,82%
AZ Quest Investimentos	35.239.496,72	0,78%	33.759.514,82	0,75%	34.594.412,35	0,76%
Occam Brasil	22.971.717,74	0,51%	22.565.231,01	0,50%	25.890.132,49	0,57%
Pátria Investimentos	25.549.990,63	0,57%	25.448.616,76	0,56%	23.544.357,89	0,52%
BNP Paribas Asset	3.574.239,68	0,08%	3.474.550,23	0,08%	20.395.553,01	0,45%
Genial Banco	2.657.292,69	0,06%	2.652.118,91	0,06%	3.689.468,16	0,08%
Porto Seguro Investimentos	131.300,53	0,00%	132.879,47	0,00%	2.636.827,08	0,06%
Banpará (LFT)	86.519.260,37	1,92%	94.811.193,22	2,10%	133.685,63	0,00%
Total Aplicado	4.508.525.042,55	100%	4.510.819.268,57	100%	4.533.986.665,37	100%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.2 CARTEIRA FINANPREV

5.2.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira - Finanprev

Gráfico 9: Evolução do Patrimônio Líquido Finanprev (R\$) – 1º trimestre 2025.

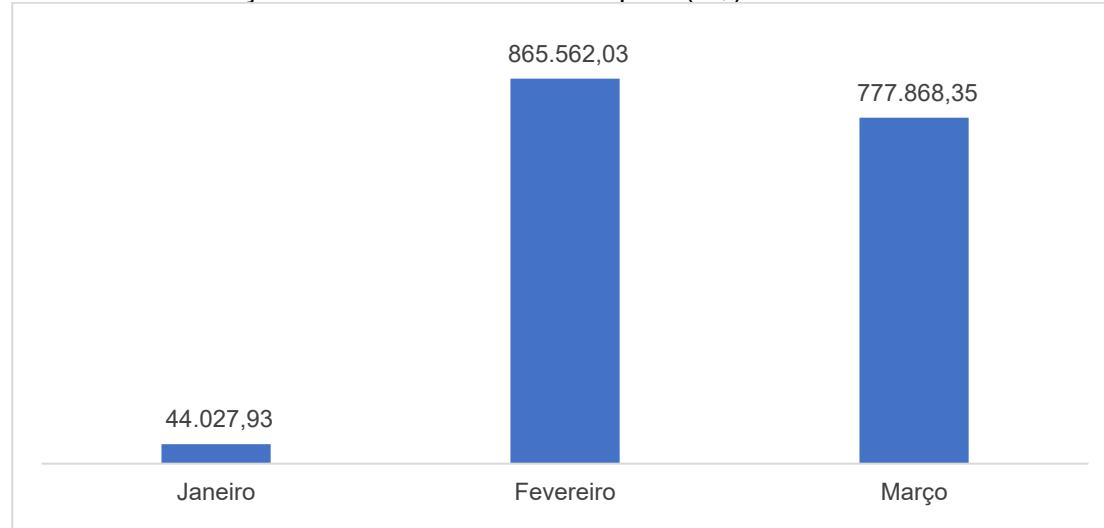


Fonte: Nugin/IGEPPS.

A partir de outubro de 2024, de acordo com a Nota Técnica 72/2024 (PGE) e o Ofício nº 465/2024/GS/SEFA, houve a confirmação da interpretação de que o saldo existente no Finanprev constitui um crédito destinado a cumprir suas obrigações, especificamente o pagamento de benefícios previdenciários. Isso significa que, enquanto houvesse saldo suficiente para cobrir as despesas do referido fundo, este seria empregado até seu esgotamento. Tal situação explica a diminuição progressiva do patrimônio líquido do Finanprev.

5.2.2 Resultado do Finanprev

Gráfico 10: Evolução do Rendimento do Finanprev (R\$) – 1º trimestre 2025.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.2.3 Movimentação do Finanprev

Tabela 70: Movimentações Financeiras – Finanprev - 1º trimestre 2025.

Mês	Finanprev (R\$)	
	Aplicação	Resgate
Janeiro	75.157.097,04	-
Fevereiro	229.527.285,35	224.759.878,89
Março	214.704.174,45	219.326.136,39
Total	519.388.556,84	444.086.015,28

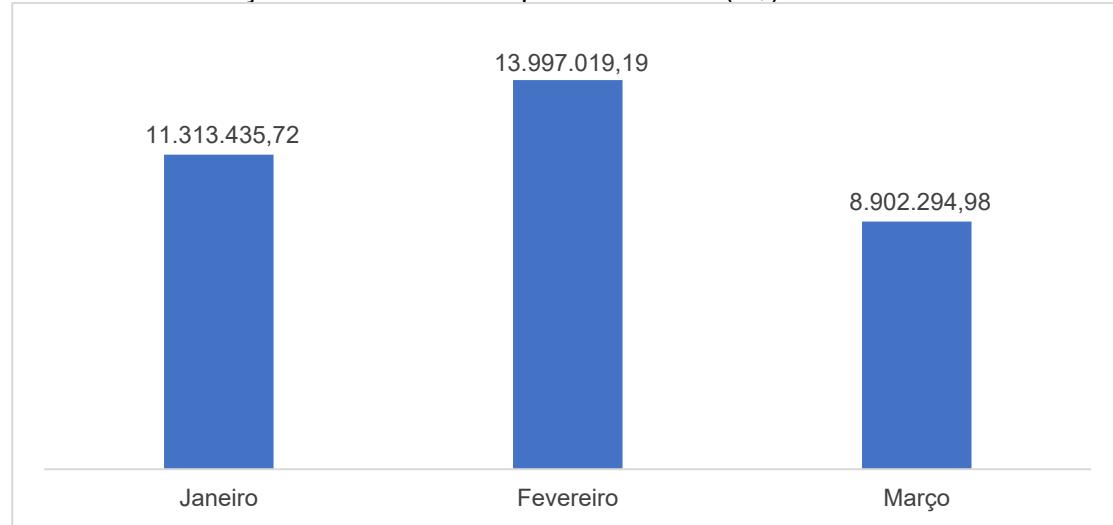
Fonte: Nugin/IGEPPS.

No primeiro trimestre de 2025, o Finanprev realizou operações compromissadas, as quais foram destinadas ao pagamento da folha salarial de pensionistas, beneficiários inativos e do fundo.

5.3 CARTEIRA DO SPSM

5.3.1 Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM

Gráfico 11: Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM (R\$) – 1º trimestre de 2025.

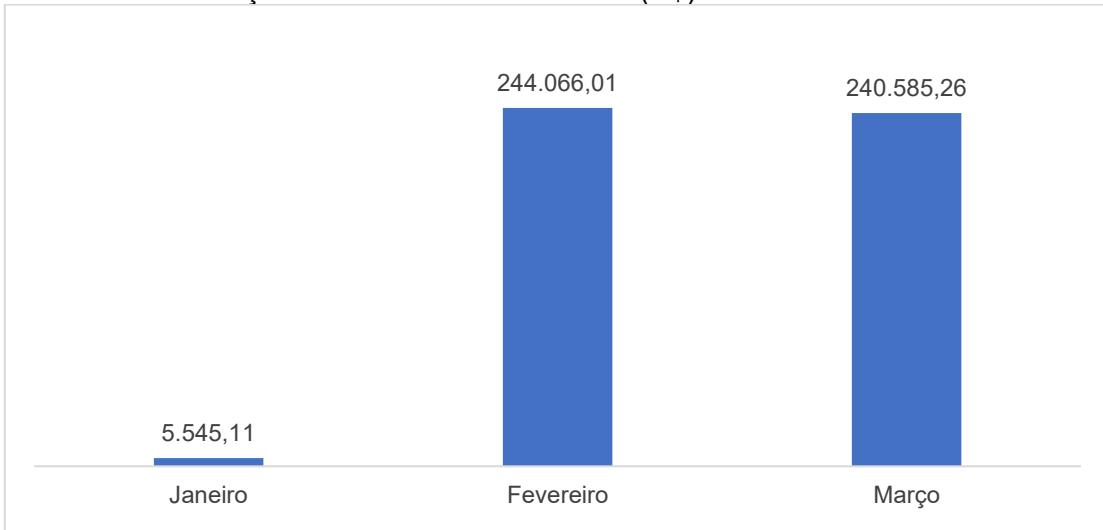


Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.3.2 Evolução do Rendimento do SPSM

No primeiro trimestre do ano, os recursos arrecadados foram aplicados em operações comprometidas. Dessa forma, o rendimento do fundo militar totalizou R\$ 490.196,38 (quatrocentos e noventa mil cento e noventa e seis reais e trinta e oito centavos).

Gráfico 12: Evolução do Rendimento do SPSM (R\$) – 1º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.3.3 Movimentação do SPSM

Tabela 71: Movimentações Financeiras – SPSM - 1º trimestre 2025.

Mês	SPSM (R\$)	
	Aplicação	Resgate
Janeiro	11.307.890,61	-
Fevereiro	75.322.134,76	72.882.615,08
Março	66.378.501,23	71.713.808,46
Total	153.008.526,60	144.596.423,54

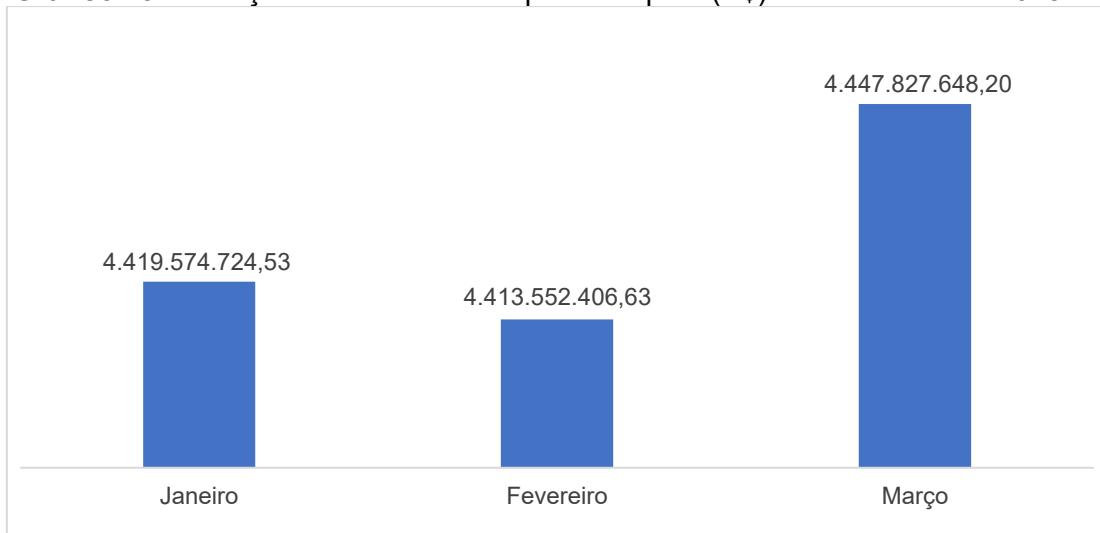
Fonte: Nugin/IGEPPS.

No 1º trimestre de 2025, operações de aplicação movimentaram cerca de R\$153.008.526,60 (cento e cinquenta e três milhões oito mil quinhentos e vinte e seis reais e sessenta centavos), enquanto os resgates do referido fundo movimentaram cerca de R\$144.596.423,54 (cento e quarenta e quatro milhões quinhentos e noventa e seis mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos). Os recursos do SPSM foram aplicados em Operações Compromissadas, que visaram o pagamento da folha de inativos, pensionistas e beneficiários.

5.4 CARTEIRA DO FUNPREV

5.4.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira -Funprev

Gráfico 13: Evolução do Patrimônio Líquido Funprev (R\$) – 1º trimestre de 2025.

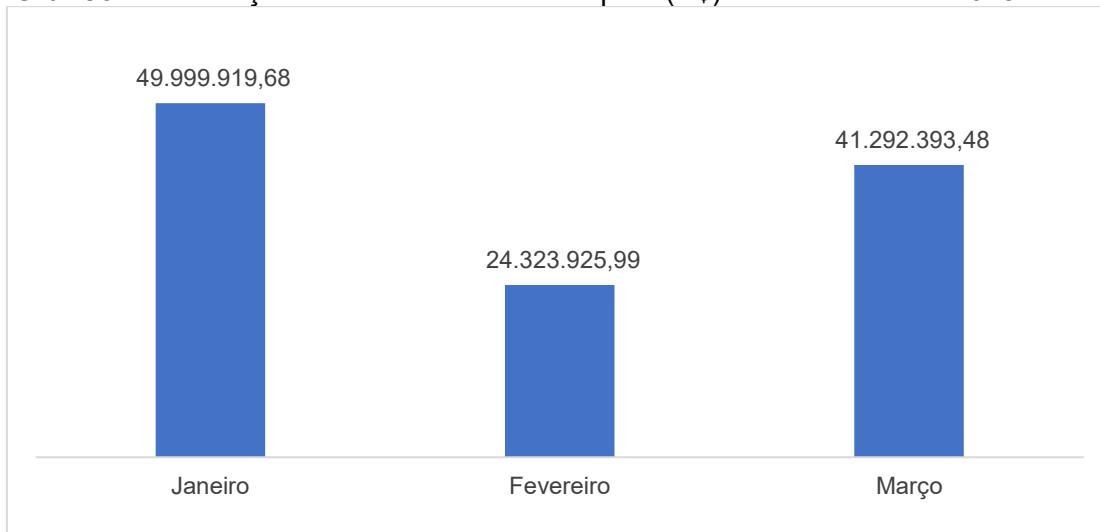


Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.4.2 Evolução do Rendimento do Funprev

No primeiro trimestre do ano, o rendimento do FUNPREV totalizou R\$ 115.616.239,15 (cento e quinze milhões seiscentos e dezesseis mil duzentos e trinta e nove reais e quinze centavos), representando uma diminuição em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 14: Evolução do Rendimento do Funprev (R\$) – 1º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.4.3 Movimentações do Funprev

No início de 2025, o FUNPREV recebeu cerca de R\$ 106.123.503,22 (cento e seis milhões cento e vinte e três mil quinhentos e três reais e vinte e dois centavos) de desbloqueios judiciais e arrecadação. Além disso, houve um ganho de aproximadamente R\$ 22.073.424,81 (vinte e dois milhões setenta e três mil quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e um centavos), de cupons de títulos públicos. A quantia de R\$ 70.389.857,95 (setenta

milhões trezentos e oitenta e nove mil oitocentos e cinquenta e sete reais e noventa e cinco centavos) foi retirada para atender as Chamadas de Capital e as demandas da Lei 125/2019.

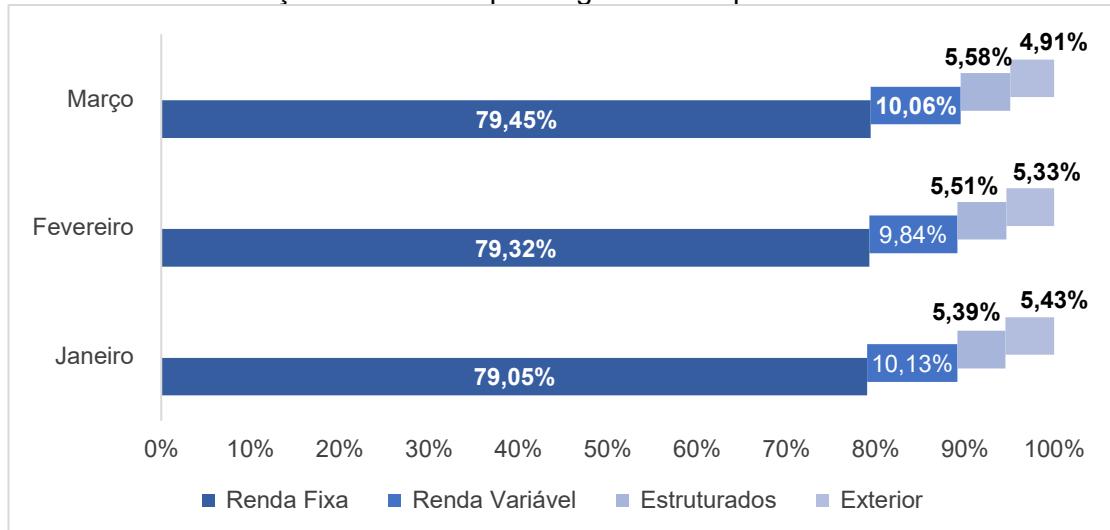
Tabela 72: Movimentações Financeiras Funprev – 1º trimestre de 2025.

Mês	Funprev (R\$)		
	Aplicação	Resgate	Amortização
Janeiro	42.133.233,18	10.248.978,99	5.232.308,71
Fevereiro	20.471.554,60	33.976.682,37	16.841.116,10
Março	43.518.715,44	26.164.196,59	-
Total	106.123.503,22	70.389.857,95	22.073.424,81

Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.4.4 Distribuição de Recurso por Segmento do Funprev

Gráfico 15: Distribuição de Recurso por Segmento Funprev – 1º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.4.5 Arrecadação Previdenciária do FUNPREV

Os fundos provenientes da arrecadação previdenciária aplicados no FUNPREV no primeiro trimestre, totalizaram em R\$ 52.379.681,93. Este valor foi aplicado com liquidez imediata e retorno CDI, para garantir fundos para futuras obrigações, como Chamadas de Capital e resgates, de acordo com a Lei Complementar 125/2019.

Tabela 73: Arrecadação para aplicação Funprev – 1º trimestre de 2025.

Mês	Arrecadação para aplicação Funprev
Janeiro	15.500.000,00
Fevereiro	19.500.000,00
Março	17.379.681,93
1º Trimestre	52.379.681,93

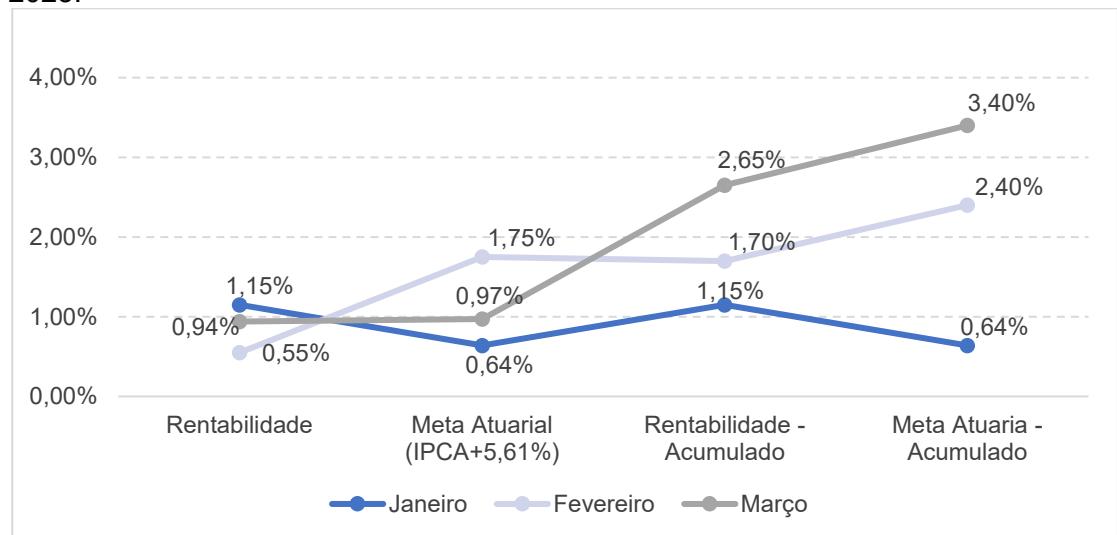
Fonte: Nugin/IGEPPS.

Além disso, o Nugin se reorganizou para ajustar suas estratégias à Política de Investimentos 2025 e aproveitar oportunidades de lucro no cenário econômico atual..

5.4.6 Rentabilidade e Meta Atuarial do FUNPREV

A meta atuarial do Funprev para 2025 é IPCA+5,61%. Janeiro foi o mês em que a meta foi atingida, com resultado real de 1,15% em comparação a 0,64%, conforme o gráfico abaixo.

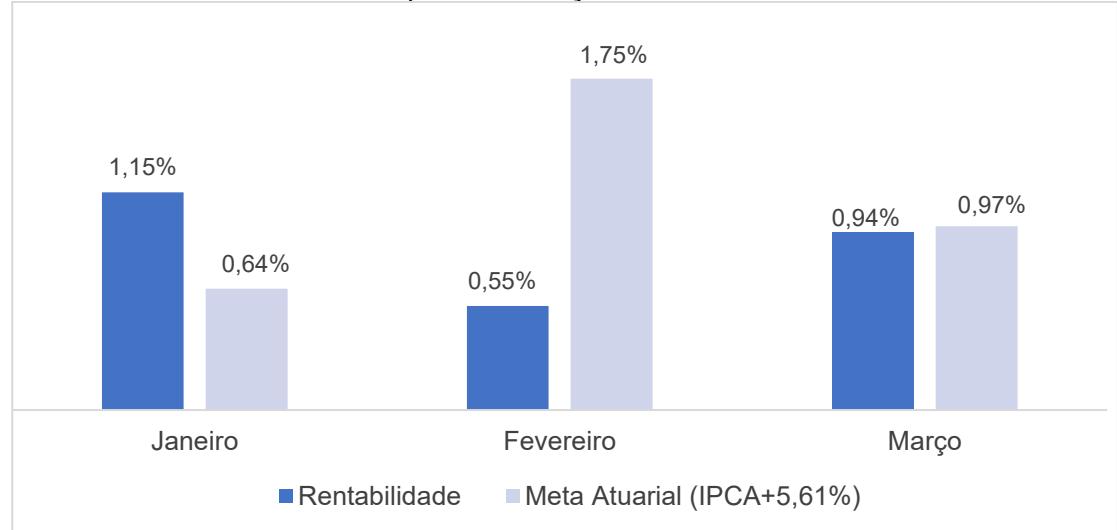
Gráfico 16: Rentabilidade em relação a Meta Atuarial do Funprev – 1º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

Em fevereiro, o rendimento positivo do mês anterior foi contrabalançado negativamente, resultando em desempenho abaixo do esperado. Em março, o rendimento esteve quase em paridade com a meta, ficando apenas 0,03% abaixo. No primeiro trimestre de 2025, o desempenho da carteira Funprev alcançou 2,65%, ficando ligeiramente abaixo da meta de 3,40%, com uma diferença de -0,75%.

Gráfico 17: Rentabilidade Funprev em relação a Meta Atuarial – 1º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

Soma-se a isso, o cenário econômico e político no início do ano de 2025 que se apresentou conturbado e incerto, o que impactou no resultado do FUNPREV, conforme detalhado no quadro de cenário econômico abaixo:

Quadro 1: Cenário Global Econômico e Político Cenário Econômico e Político – 1º trimestre 2025.

(continua)

Economia
<p>• Global: O ciclo econômico global caminha dessincronizado. Os EUA enfrentam dificuldades para acomodar o mercado de trabalho; o PIB voltou a registrar performance sólida e, com a inflação a meta, o FED deve manter os cortes de juros de menor magnitude. A Europa segue com dinâmica econômica fraca. A China ainda busca atingir a meta de crescimento anual de 5%. Apesar das políticas financeiras, o mercado espera medidas para estimular a economia.</p> <p>• Brasil: A economia continua forte. As previsões positivas para o PIB de 2024 e as perspectivas para 2025 se mantêm. O desemprego alcança o menor índice da história, 6,2%. Embora o governo reafirme seu compromisso fiscal, o crescimento das despesas e os desafios de arrecadação preocupam o mercado, que aguarda medidas para conter esses gastos. A agência de Rating Moody's elevou o rating soberano do Brasil de Ba2 para Ba1, o nível abaixo do Investimento (o melhor).</p>
Inflação
<p>• Global: A inflação nos EUA está alinhada com a meta estabelecida. No quarto trimestre, o índice de preços dos EUA correspondeu às expectativas do mercado, facilitando o corte de juros pelo Federal Reserve. No entanto, a inflação na Zona do Euro, de 2%, ainda está acima da meta de menos de 2%. O ambiente externo é caracterizado pela persistência da economia e pelo lento avanço na redução da inflação. Preocupações principais envolvem questões políticas e geopolíticas que afetam a inflação, incluindo as propostas inflacionárias de Trump.</p> <p>• Brasil: O IPCA está acima da meta (3%). Em 12 meses, o IPCA acumula 4,76%, já acima da meta (4,5%). Além disso, o que mais preocupa o BC são as expectativas de inflação des ancoradas. A ancoragem das expectativas de inflação depende da estabilização do câmbio, desaceleração do PIB e pacote fiscal crível. Para 2025, o Boletim Focus projeta que o IPCA termine o período com alta de 4,96%.</p>
Juros
<p>• Global: O relaxamento monetário dos principais bancos centrais. A ata de reunião do FED optou por cortes, mesmo com dados da economia resiliente e do mercado de trabalho pujante, mostrando o compromisso em levar a inflação à meta. O BCE tende a elevar a frequência dos cortes de juros, em razão do fraco desempenho econômico. O Banco Central Chinês reduziu a taxa de juros visando reaquecer a economia, principalmente no setor imobiliário. O ambiente externo mantém-se pela resistência da atividade e pela desinflação. Os principais bancos centrais mantêm expectativas de flexibilização na política monetária, e aguardam dados da inflação com a meta estabelecida.</p> <p>• Brasil: O Banco Central mantém postura rigorosa contra a inflação. Atualmente, a inflação ultrapassa a meta estabelecida. O Copom optou por aumentar a taxa básica de juros em 1,00 ponto percentual, atingindo um novo patamar de 12,25%. Além disso, indicou que haverá dois aumentos, elevando a taxa para 14,25% para atender às expectativas econômicas. Segundo a ata divulgada, a decisão foi unânime, como nos outros dois aumentos. O aumento da SELIC, motivado por incertezas fiscais e o fortalecimento do dólar, está acelerando e pode impactar a inflação, especialmente o preço dos alimentos.</p>
Mercado
<p>• Global: Nos Estados Unidos, a vitória de Trump instigou o mercado a exercer cautela em relação às economias emergentes, com planos de taxá-las. Além disso, o "Trump Trade" fortaleceu o dólar, mantendo o mercado de ações em um patamar recorde histórico. Na China, as bolsas de valores fecharam em alta após o Banco Central chinês (PBoC) anunciar um corte na taxa básica de juros. Na Europa, o mercado antecipa um possível corte na mesma taxa. Com a indicação do FED de reduzir o ritmo do corte de juros até 2025, os principais mercados - asiático e europeu - registraram quedas.</p>

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Quadro 1: Cenário Global Econômico e Político Cenário Econômico e Político – 1º trimestre 2025.

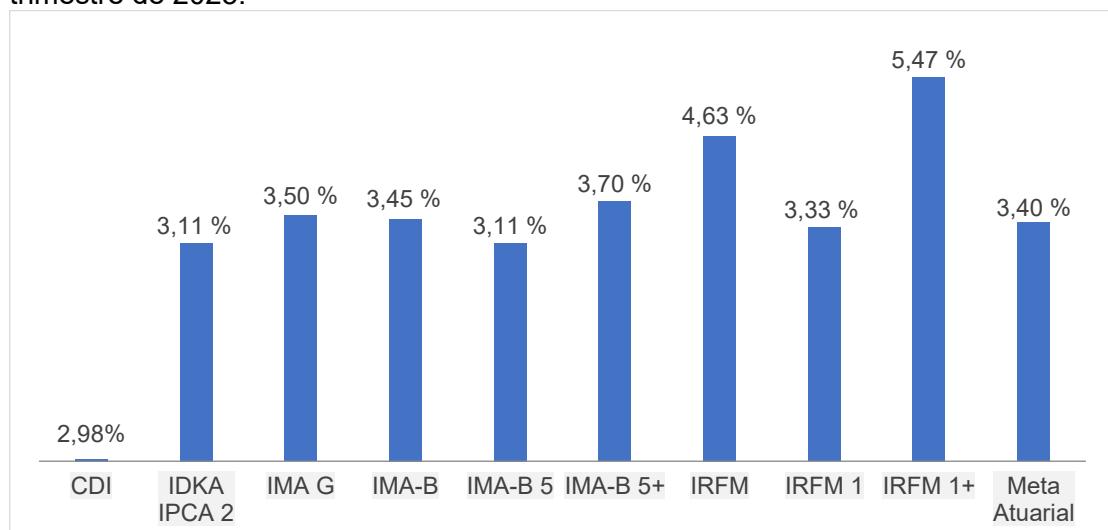
(conclusão)

Mercado
● Brasil: O Ibovespa acumula perda de 10% no ano, apesar da elevação da nota do país pela Moody's. Ativos de alto risco do Brasil enfrentaram desafios ao longo do mês. O Real desvalorizou, a bolsa caiu e os juros de curto prazo aumentaram. Isso indica que o mercado tem dúvidas sobre a estabilidade financeira do país. O Ibovespa continua a divergir da tendência global. Embora as empresas tenham divulgado resultados, isso não afetou o preço. O mercado considera o pacote de cortes do governo insuficiente para a estabilidade fiscal. Além disso, a regulamentação da reforma tributária será votada na última semana de trabalho no congresso. A confiança no governo está profundamente abalada e, ao final de 2024, o dólar atingiu o valor de 6,30, a maior cotação desde a implementação do Plano Real.
Fato Relevante
● Global: As eleições nos Estados Unidos agitaram as expectativas do mercado, com o retorno de Trump à Casa Branca. A tensão do conflito no Oriente Médio continua com ataques e contra-ataques entre Israel, Hezbollah e Irã. Há instabilidade política na França. O regime do presidente Bashar al-Assad na Síria foi derrubado pelos rebeldes. Contudo, é incerto quem irá assumir o controle do país e quais serão as implicações para o Oriente Médio. Já nos Estados Unidos, Trump estendeu um convite ao presidente chinês para a sua cerimônia de posse em janeiro. ● Brasil: As eleições municipais mostraram avanço dos partidos de centro-direita, ganharam diversas prefeituras. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou o pacote de gastos, que inclui medidas como isenção de IR para trabalhadores que recebem até R\$ 5.000. O presidente Lula passou por cirurgias em função de um acidente doméstico.

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Dado o atual cenário econômico e político, alcançar a meta atuarial IPCA+5,61% têm se mostrado desafiador. Isso é válido mesmo quando comparado com os principais mercados, incluindo renda fixa, renda variável e nos mercados internacionais.

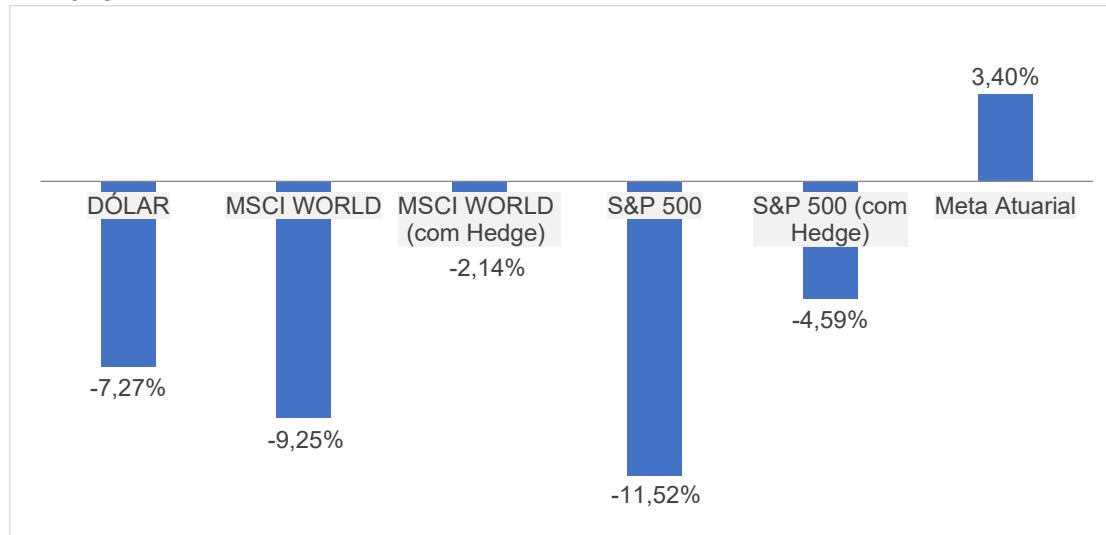
Gráfico 18: Índices de Mercado de Renda Fixa em Relação a Meta Atuarial – 1º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

A meta atuarial acumulada de 3,40% no 1º trimestre excedeu o CDI e outros índices de referência. Contudo, esses indicadores positivos estão vinculados à marcação a mercado, ou seja, estão sujeitos ao risco de volatilidade, conforme o gráfico abaixo. É importante destacar que os investimentos do IGEPPS não estão mais vinculados a esse risco.

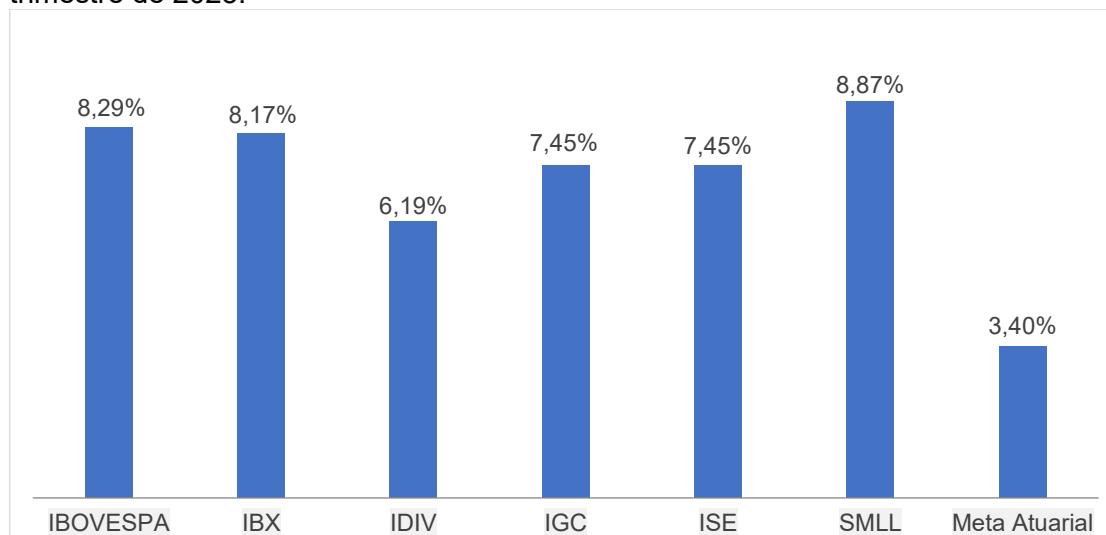
Gráfico 19: Índices de Mercado do Exterior em Relação a Meta Atuarial – 1º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

Comparando a meta atuarial com os indicadores de renda variável estrangeira, é maior, o que mostra um cenário difícil no primeiro trimestre. Os ganhos na renda variável foram bons, devido ao bom desempenho dos ativos brasileiros e ao crescimento da bolsa do Brasil. O Ibovespa aumentou 6,08%, chegando a 8,29% no ano, um resultado que superou bastante a meta definida.

Gráfico 20: Índices de Mercado da Renda Variável em Relação a Meta Atuarial – 1º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

Em suma, a tabela abaixo ilustra o desempenho de cada estratégia adotada pelo FUNPREV, bem como sua contribuição para o retorno no período analisado:

Tabela 74 - Contribuição ao retorno por estratégia – Funprev – 1º Trimestre de 2025.

FUNPREV	%	Alvo PI	Retorno	Contribuição
			1T/2025	1T/2025
Renda Fixa	79,45%	 82,50%	3,26%	2,58%
Alocação Dinâmica	7,91%	 10,00%	2,80%	0,22%
Crédito Privado	2,53%	 5,00%	3,58%	0,09%
Juro Pós-Fixado	27,16%	 25,00%	3,11%	0,85%
Juro Nominal	2,19%	 2,50%	3,35%	0,07%
Juro Real	39,66%	 40,00%	3,44%	1,35%
Renda Variável	10,06%	 5,00%	4,47%	0,44%
Bolsa Brasil	10,06%	 5,00%	4,47%	0,44%
Exterior	6,68%	 8,00%	-8,87%	-0,66%
Alocação Dólar	3,54%	 4,00%	-13,56%	-0,50%
Alocação Hedge	3,15%	 4,00%	-4,25%	-0,16%
Estruturado	3,80%	 4,50%	8,51%	0,30%
Economia Real	3,80%	 4,50%	8,51%	0,30%
FUNPREV	100,00%	100,00%	2,65%	2,65%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Portanto, diante do atual cenário econômico e político incerto, o NUGIN tem como objetivo principal a defesa da meta atuarial. Para isso, vem priorizando a consolidação da renda fixa por meio de investimentos indexados ao CDI. Isso é justificado pela previsão de uma taxa SELIC de 15% ao final de 2025. Esta situação também favorece investimentos indexados ao IPCA, proporcionando um juro real.

A Renda Fixa é a principal posição do fundo, representando 79,84% da carteira global, composto majoritariamente por títulos públicos atrelados à inflação e, neste primeiro trimestre, a estratégia contribuiu com 2,58% do retorno do total de 2,65% da carteira FUNPREV.

A Estratégia Juro Real (Títulos Públicos Inflação) correspondeu a 38,56% da carteira, com prêmio médio de IPCA + 6,20%, mitigando a volatilidade e provendo liquidez recorrente via o pagamento de cupons de juros semestrais. Em seguida, a estratégia de Juros Pós-Fixado

possui ativos referenciados no CDI e posição de 28,86%, com captura da SELIC neste contexto econômico. As demais estratégias de renda fixa são a Alocação Dinâmica (7,75%), com gestão ativa do CDI, o Crédito Privado (2,46%), com captura do prêmio de crédito privado e o Juro Nominal (2,14%), com carregamento de taxas pré-fixadas atrativas para diversos ciclos de mercado.

A Renda Variável, representada pela estratégia de Bolsa Brasil, fechou a posição trimestral em 9,63% do Funprev, com alvo em 5%, conforme previsão da PI 2025. A estratégia performou no positivo neste primeiro trimestre do ano, em 4,47%, contribuindo com 0,44% para o resultado da carteira. O resultado positivo decorreu da melhora da bolsa brasileira no primeiro mês do ano, beneficiada de melhora da bolsa brasileira no primeiro mês do ano, que superou ligeiramente peso no índice, como Vale, impulsionada pelo seu relatório de produção e vendas, que veio ligeiramente acima das expectativas. No entanto, o cenário de Bolsa Brasil permanece desafiador, sobretudo para países emergentes, devido às incertezas impostas pela guerra comercial em curso.

No Exterior obtivemos resultados negativos neste início de ano, com retorno de -8,87% no acumulado do trimestre. Essa classe representa 6,68% do FUNPREV e contribuiu negativamente para o desempenho da carteira, com -0,66%. A explicação para este resultado foi a queda acentuada das ações de tecnologia americanas (efeito DeepSeek), além das incertezas sobre as políticas tarifárias nos EUA e a postura mais cautelosa do FED sobre o corte nos juros. Além disso, a incerteza sobre o comércio global, em função da guerra comercial iniciada no primeiro trimestre, causou desvalorização do dólar, prejudicando fortemente a estratégia de alocação em dólar.

Em Estruturados, distribuídas em Fundo em participação na Economia Real e ativos Multimercados, fechou o primeiro trimestre de 2025 foi de 3,80%, para um alvo de 4,5% da PI 2025. Os ativos performaram positivamente, com retorno de 8,51% e contribuição de 0,30% do resultado do FUNPREV. Isto decorre da performance positiva, da qualidade das empresas investidas na economia real e da diversificação em diversos mercados.

Assim, diante do resultado do FUNPREV, dos índices de mercado e da atribuição de resultado de cada estratégia da carteira, concluímos que a dificuldade no cumprir a meta atuarial no 1º trimestre de 2025 decorre dos seguintes fatores:

1) Comportamento da inflação no período surpreendeu o mercado e atingiu 2,04%. Assim, obtivemos uma meta atuarial desafiadora de 3,40%.

O desempenho inferior da estratégia de exterior resultante do contexto político e econômico mundial desfavorável, sendo parcialmente compensado pelo desempenho positivo da renda variável no Brasil.

3) Analisando os índices de mercado, observamos que nem mesmo o CDI, projetado a atingir o patamar de 15%, conseguiu, em três meses, atingir o suficiente para cumprir a meta

de 3,40%, fechando o período em 2,98%.

O NUGIN permanece atento a gestão dos investimentos, visando o cumprimento da meta atuarial a recomendando estratégias para atingi-la meta atuarial no período.

5.5 ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 - TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO FUNPREV PARA O FINANPREV

Para atendimento à Lei Complementar 115/2017, alterada pela 125/2019, já foi transferido do Funprev para o Finanprev o valor de R\$ 3.747.562.510,62 (três bilhões setecentos e quarenta e sete milhões quinhentos e sessenta e dois mil quinhentos e dez reais e sessenta e dois centavos), no período de 2016 até março de 2025.

Tabela 75: Transferências do Funprev para o Finanprev – 1º trimestre 2025.

Mês	Rendimento mensal (R\$)	Compensação (R\$)	Saldo a transferir* (R\$)
Janeiro	49.999.919,68	-	49.999.919,68
Fevereiro	24.323.925,99	-	24.323.925,99
Março	41.292.393,48	-	41.292.393,48
Total	115.616.239,15	-	115.616.239,15

Fonte: Nugin/IGEPPS. *O saldo é transferido no mês subsequente.

Tabela 76: Transferências do Funprev para o Finanprev – 1º trimestre 2025.

Ano	Descrição	Valor (R\$)
2016	Transferência Rendimento Ano de 2016	652.065.924,15
2017	Transferência Rendimento Ano de 2017	576.435.802,81
2018	Transferência Rendimento Ano de 2018	411.344.663,66
2019	Transferência Rendimento Ano de 2019	629.863.135,36
2020	Transferência Rendimento Ano de 2020	209.416.677,77
2021	Transferência Rendimento Ano de 2021	80.224.987,67
2022	Transferência Rendimento Ano de 2022	181.288.571,28
2023	Transferência Rendimento Ano de 2023	502.287.572,90
2024	Transferência Rendimento Ano de 2024	389.018.935,87
2025 (1º trimestre)	Transferência Rendimento Ano de 2025	115.616.239,15
Total		3.747.562.510,62

Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.6 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A taxa de administração é o custo de manutenção para atender às despesas administrativas do IGEPPS/PA. A partir de abril de 2024, a taxa de administração passou a ser financiada de forma rateada pelos recursos dos fundos Funprev, Finanprev e SPSM. Para 2025, o percentual de taxa de administração será 1,3% da folha bruta de 2024, conforme metodologia determinada MPS 1.467/2022. Portanto, o valor total de taxa de administração prevista para o ano de 2025 é de R\$ 297.168.904,85 (duzentos e noventa e sete milhões cento e sessenta e oito mil novecentos e quatro reais e oitenta e cinco centavos), rateado entre os três fundos na seguinte proporção.

Tabela 77: Rateio da Taxa de administração – 1º trimestre 2025.

Taxa de Administração	RPPS	Rateio	2025
Finanprev	16.730.303.173,32	0,95%	217.493.941,25
Funprev	1.650.514.336,09	0,09%	21.456.686,37
SPSM	4.478.329.017,66	0,25%	58.218.277,23
TOTAL	22.859.146.527,07	1,30%	297.168.904,85

Fonte: Nugin/IGEPPS.

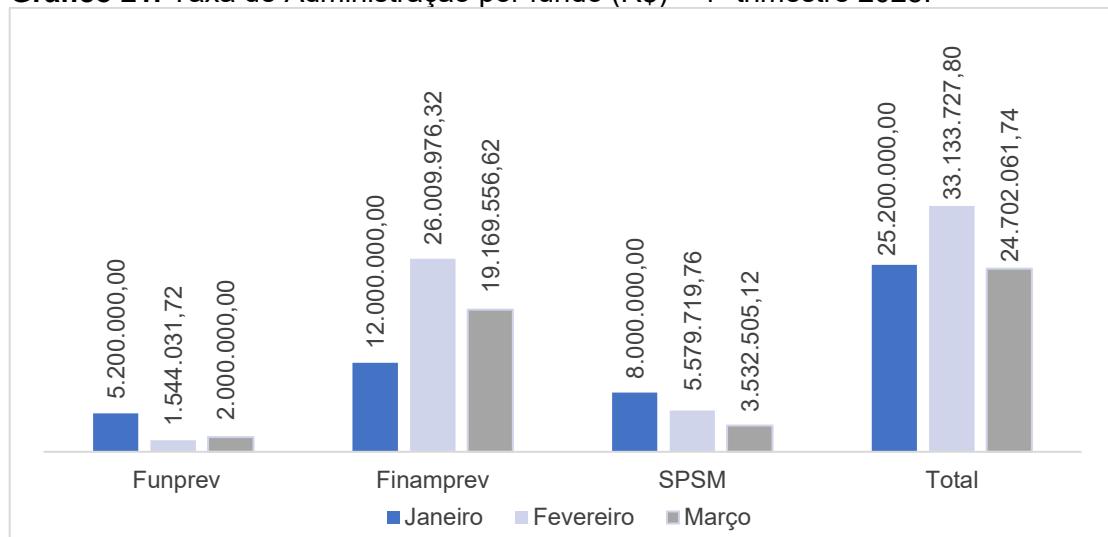
Tabela 78: Utilização da Taxa de administração – 1º trimestre 2025.

Mês	Taxa de Administração			
	Funprev	Finanprev	SPSM	Total
Janeiro	5.200.000,00	12.000.000,00	8.000.000,00	25.200.000,00
Fevereiro	1.544.031,72	26.009.976,32	5.579.719,76	33.133.727,80
Março	2.000.000,00	19.169.556,62	3.532.505,12	24.702.061,74
Total	8.744.031,72	57.179.532,94	17.112.224,88	83.035.789,54
Limite por fundo	21.456.686,37	217.493.941,25	58.218.277,23	297.168.904,85
% Utilizado	41%	26%	29%	28%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Do montante total previsto para taxa de administração de 2025, até o primeiro trimestre foi utilizado 28%, o que corresponde ao valor de R\$ 83.035.789,54 (oitenta e três milhões trinta e cinco mil setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), sendo 26% custeado pelo FINANPREV, 41% custeado pelo FUNPREV e 29% custeado pelo SPSM.

Gráfico 21: Taxa de Administração por fundo (R\$) – 1º trimestre 2025.



Fonte: Nugin/Coaf/IGEPPS.

6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS

Os órgãos colegiados exercem papel fundamental na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social como instrumentos de fiscalização e acompanhamento das atividades e decisões tomadas pelos gestores da Entidade. No Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Pará, o Conselho Estadual de Previdência – CEP, o Conselho Fiscal, o Conselho Estadual do Sistema de Proteção Social dos Militares - CEPSM e o Comitê de Investimentos exercem as atribuições atinentes aos órgãos colegiados, cada um deles em sua esfera de atribuição contribuindo para a consolidação do modelo de gestão pautado na transparência e eficiência de suas ações.

Vale enfatizar que através desses conselhos é exercido o controle social do regime, já que eles contam com a participação de grupo representativo da sociedade no âmbito da gestão e fiscalização da Instituição responsável por gerir do Fundo Estadual de Previdência.

6.1 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA - CEP

No primeiro trimestre de 2025, o Conselho Estadual de Previdência – CEP realizou quatro reuniões ordinárias. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas, decisões e participantes.

Quadro 2: Reunião e principais decisões do CEP no 1º trimestre de 2025.

(continuação)

Data	Classificação	Principais pautas e decisões	Membros participantes
14/01/2025	Extraordinária	• Minuta da Política de Investimentos 2025	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS (Membro Titular); Franklin José Neves Contente - Diretor de Administração e Finanças do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS (Membro Suplente); René de Oliveira e Sousa e Júnior – Secretário da Fazenda – SEFA (Membro Titular); Ricardo Araújo Moura - Representante do Ministério Público do Estado do Pará - MPPA (Membro Titular) Robina Dias Pimentel Viana - Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará - PGE (Membro Suplente); Massoud Tufi Salim Filho - Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes - Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ASAL P (Membro Titular); Marcelo Amaral Teixeira - Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Pedro Fernandes de Souza Filho - Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Titular); Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).
31/01/2025	Ordinária	• Relatório Anual de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS 2024	Franklin José Neves Contente – Diretor de Administração e Finanças do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS (Membro Suplente); René de Oliveira e Sousa e Júnior – Secretário da Fazenda – SEFA (Membro Titular); Ricardo Araújo Moura – Representante do Ministério Público do Estado do Pará – MPPA (Membro Titular); Roland Raad Massoud – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – PGE (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ASALP (Membro Titular); Marcelo Amaral Teixeira – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Laura Maria de Oliveira Souto – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Suplente); Terezinha de Jesus Moraes Cordeiro – Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Suplente); Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).

Fonte: GAPRE/IGEPPS.

Quadro 2: Reunião e principais decisões do CEP no 1º trimestre de 2025.

(conclusão)

27/02/2025	Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS Janeiro/2025 – 	Ilton Giuseppe Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva – Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS (Membro Suplente); Thainna Magalhães de Alencar Vieira – Representante da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD (Membro Suplente); René de Oliveira e Sousa e Júnior – Secretário da Fazenda – SEFA (Membro Titular); Ricardo Araújo Moura – Representante do Ministério Público do Estado do Pará – MPPA (Membro Titular); Roland Raad Massoud – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – PGE (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ASALP (Membro Titular); Marcelo Amaral Teixeira – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Pedro Fernandes de Souza Filho – Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Titular); Dilson Barbosa Soares Junior – Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Titular); Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).
07/04/2025	Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de Avaliação Atuarial do IGEPPS 2025 	Washington Costa de Albuquerque – Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS (Membro Titular); Thainná Magalhães de Alencar Vieira – Representante da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD (Membro Suplente); René de Oliveira e Sousa e Júnior – Secretário da Fazenda – SEFA (Membro Titular); Iran Ataíde Lima Nascimento – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA (Membro Titular); Roland Raad Massoud – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – PGE (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ASALP (Membro Titular); Marcelo Amaral Teixeira – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).

Fonte: GAPRE/IGEPPS.

6.2 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO FISCAL DO RPPS/PA

No primeiro trimestre de 2025, o Conselho Fiscal de Previdência (CF) realizou três reuniões ordinárias. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas, decisões e participantes.

Quadro 3: Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal no 1º trimestre de 2025.

Data	Classificação	Principais pautas e decisões	Membros participantes
06/03/2025	Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Anual de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS 2024. 	Henrique Pereira Mascarenhas - Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular); Fabricio Pereira Medeiros - Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente); Ingrid da Silva Alencar Lima - Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Jefferson Rosa Coelho - Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda - Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Alessandro Cezar Capistrano Neves - Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente); Ten. Cel. QOPM Ronaldo César Perdigão de Moraes - Representante dos Servidores Militares Aposentados do Estado do Pará (Membro Titular).
16/04/2025	Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS Janeiro e Fevereiro/2025. 	Utan Dias de Lima – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda da Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Alex Mota de Souza – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Suplente); Joselito Cardoso Carvalho – Representante dos Servidores Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Cel. QOPM Sérvio Túlio Gonçalves Estácio – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente); Ten. Cel. QOPM Raimundo Nonato de Araújo Miranda Junior – Representante dos Servidores Militares Inativos do Estado do Pará (Membro Titular).
07/05/2025	Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS Março/2025 	Utan Dias de Lima – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda da Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Alex Mota de Souza – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Suplente); Marcus Vinícius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Cel. QOPM Sérvio Túlio Gonçalves Estácio – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente); Ten. Cel. QOPM Raimundo Nonato de Araújo Miranda Junior – Representante dos Servidores Militares Inativos do Estado do Pará (Membro Titular).

Fonte: GAPRE/IGEPPS.

6.3 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

No primeiro trimestre de 2025, o Comitê de Investimentos (COINV) realizou duas reuniões ordinárias. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas, decisões e participantes.

Quadro 4: Reuniões e principais decisões do Comitê de Investimentos no 1º trimestre de 2025.

Data	Classificação	Principais pautas e decisões	Membros participantes
29/01/2025	Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Anual de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS 2024 	Ilton Giuseppe Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Comitê de Investimentos; Henrique Pereira Mascarenhas - Membro do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Gomes da Silva - Membro do Comitê de Investimentos; Utan Dias de Lima - Membro do Comitê de Investimentos.
19/02/2024	Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS – Janeiro/2025 	Ilton Giuseppe Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Comitê de Investimentos; Henrique Pereira Mascarenhas - Membro do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Gomes da Silva - Membro do Comitê de Investimentos; Utan Dias de Lima - Membro do Comitê de Investimentos.

Fonte: GAPRE/IGEPPS

7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

7.1 GESTÃO DE PESSOAL

O investimento e a valorização do capital humano são os pilares fundamentais para a gestão efetiva de pessoas. No entanto, é essencial salientar os componentes que contribuem para uma atuação estratégica e eficiente. Estes incluem: Motivação, Comunicação, Trabalho em Equipe, Conhecimento e Competência, e Treinamento e Desenvolvimento. Estes cinco elementos orientam as atividades da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas - a CODP.

A Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas é responsável por gerenciar e avaliar as ações de desenvolvimento de pessoal, alinhadas à estratégia da Instituição. Além disso, seleciona um representante institucional da área de recursos humanos para agir como Agente de Desenvolvimento e Capacitação na aplicação de programas de treinamento no Instituto e na Escola de Governança Pública do Pará – EGPA, e coordena projetos de gestão de pessoas com outras entidades.

Assim, no 1º trimestre de 2025, as atividades da CODP desempenharam um papel crucial no aprimoramento das habilidades e competências dos colaboradores. Para tanto, a gestão de pessoal do IGEPPS subdivide-se em: movimentação e registro, capacitação e treinamento e qualidade de vida.

7.1.1 Movimentação e registro do quadro funcional

Trata da gestão dos servidores efetivos, cedidos, temporários e estagiários. Como admissão, férias, folha de pagamento entre outros relacionados com a vida funcional. Abaixo é demonstrado o quantitativo de servidores por vínculo.

Tabela 79: Quadro Funcional por Tipo de Vínculo – 1º trimestre de 2025.

Vínculo	Quantitativo		
	Janeiro	Fevereiro	Março
Efetivo	88	86	86
Temporários	95	92	90
Cedidos	11	11	11
Comissionados	35	35	35
Disposição DPSM	3	3	3
Estagiários	43	53	53
Total	276	280	278

Fonte: CODP/IGEPPS.

Observou-se uma diminuição no número de servidores efetivos e temporários devido a aprovações em outros concursos públicos.

7.1.2 Desenvolvimento de Habilidades e Capacitação dos servidores

No mês de janeiro, não foram realizadas ações de capacitação devido à não liberação do orçamento anual, o que impossibilitou o planejamento e a execução de atividades formativas

nesse período. Essa ausência de ações reflete uma realidade comum no início de exercício fiscal, impactando diretamente o início das estratégias de desenvolvimento institucional.

Em fevereiro, observou-se um avanço significativo, com a capacitação de 41 servidores, dos quais 39 participaram da palestra "Compreendendo os Novos Rumos da Licitação", promovida por meio de parceria com o Instituto Protege. Essa ação demonstrou a eficácia das colaborações externas como alternativa viável para suprir demandas de formação, mesmo em contextos orçamentários restritivos. A escolha do tema também foi estratégica, dado o cenário de mudanças legais e normativas no campo das licitações.

Já no mês de março, houve uma redução no número de capacitações, ocasionada pela transição na gestão institucional. Esse processo levou à paralisação temporária de algumas iniciativas, em razão da necessidade de reavaliação de processos e diretrizes por parte da nova administração.

Em síntese, o trimestre foi marcado por variáveis administrativas e estratégicas que impactaram diretamente a oferta de capacitações, evidenciando a importância do alinhamento entre planejamento orçamentário, gestão e parcerias para garantir a continuidade das ações formativas.

7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de vida

Uma das responsabilidades da CODP, incluindo a área de Desenvolvimento de Pessoas e Qualidade de Vida, é planejar e implementar ações voltadas para a saúde e qualidade de vida no ambiente de trabalho. Isso engloba medicina preventiva, segurança no trabalho, educação ambiental, responsabilidade social e a democratização das relações de trabalho. Estas ações, consequentemente, promovem uma maior integração entre os servidores.

Uma das responsabilidades da CODP, incluindo a área de Desenvolvimento de Pessoas e Qualidade de Vida, é planejar e implementar ações voltadas para a saúde e qualidade de vida no ambiente de trabalho. Isso engloba a medicina preventiva, a segurança no trabalho, a educação ambiental, a responsabilidade social e a democratização das relações de trabalho. Estas ações, consequentemente, promovem a maioria da integração entre os servidores.

a) Ginástica Laboral e Meditação: Iniciativa para aprimorar a saúde física e mental do funcionário, preparando-o melhor para o trabalho e prevenindo lesões e desconfortos relacionados ao ambiente laboral.

Figura 1: Ginástica Laboral – 1º trimestre 2025.



Fonte: CODP/IGEPPS.

b) Feira do Produtor: desde 2015, o Instituto realiza uma ação mensal para que pequenos produtores apresentem seus produtos naturais e artesanais, visando incentivar e promover pequenos negócios autônomos.

Figura 2: Feira do Produtor– 1º trimestre 2025.



Fonte: CODP/IGEPPS.

c) Projeto “Você é Capaz!”: Campanha de Vacinação - como parte do compromisso com a qualidade de vida e o bem-estar de todos, realizou-se dia 27 de fevereiro de 2025 a Campanha de Vacinação contra a Gripe, voltada para Servidores, colaboradores e Estagiários. A ação, promovida em parceria com a SESPA (Secretaria de Saúde do Estado do Pará), teve como tema “*Cuidar da sua saúde é se prevenir contra a gripe*” e ocorreu em um momento estratégico, considerando o aumento dos casos de doenças respiratórias no período chuvoso da região.

A vacinação é uma medida essencial de prevenção, especialmente nesta época do ano, que a umidade favorece a circulação de vírus respiratórios. A iniciativa reforça a

importância de atitudes simples que fazem a diferença no dia a dia e contribuem para ambientes de trabalho mais saudáveis e produtivos.

Com essa ação, reafirmamos o nosso compromisso com a promoção da saúde, prevenção de doenças e cuidado coletivo. Proteger-se é um ato de responsabilidade consigo mesmo e com o próximo.

Figura 3: Campanha de Vacinação - 1º trimestre 2025.



Fonte: CODP/ IGEPPS.

d) Saúde Mental na Vida e no Trabalho – a palestra sobre saúde mental, realizada em 03/02/2025, reuniu funcionários do Instituto. para um diálogo profundo sobre saúde mental sob uma perspectiva integral.

Figura 4: Saúde Mental na Vida e no Trabalho - 1º trimestre 2025.



Fonte: CODP/IGEPPS.

O objetivo era expandir o conceito de “janeiro branco”, incentivando a reflexão constante sobre o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. Discutiram-se desafios no trabalho, como alta demanda, pressão por resultados e dificuldade em definir limites, e seu impacto na saúde emocional.

A atividade destacou a importância de um ambiente organizacional acolhedor, com práticas institucionais que promovam escuta, empatia e prevenção do adoecimento psíquico. Também foram apresentadas estratégias de fortalecimento da resiliência, como o autocuidado, a gestão emocional e a construção de rotinas saudáveis. Ao final, os participantes foram convidados a repensar seu papel — como indivíduos e como parte da instituição — na promoção de uma cultura de saúde mental. O encontro foi um convite à ação contínua e à valorização da vida em todas as suas dimensões.

e) Dia da Mulher - realizado no auditório, com o objetivo de informar as mulheres sobre a relevância do autocuidado na promoção da saúde mental, física e emocional.

O evento tem como objetivo promover a conscientização das mulheres sobre a importância do autocuidado como elemento fundamental para o equilíbrio da saúde mental, física e emocional. Observado por uma servidora do Instituto, buscando vivenciar o empoderamento feminino, fortalecendo a autoconfiança e incentivando práticas que promovam bem-estar e qualidade de vida. Além disso, o evento propõe refletir sobre a singularidade de cada mulher, reconhecendo que o autocuidado é um processo individual, que deve respeitar as necessidades, os ritmos e as particularidades de cada uma.

Como forma de tornar o momento ainda mais acolhedor e especial, foram realizados sorteios de brindes, incentivando a participação e proporcionando experiências positivas às participantes.

Figura 5:Dia da Mulher - 1º trimestre 2025.



Fonte: CODP/IGEPPS

7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

7.2.1 Poder Executivo

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), além de realizar sua própria gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizada, efetua a gestão do Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV), do Fundo Previdenciário do Estado do Pará (FUNPREV) e do Fundo do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará (SPSM).

O valor das despesas executadas em cada uma das Unidades Gestoras do Poder Executivo, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas realizadas, relativamente ao 1º trimestre de 2025, descrito na tabela abaixo.

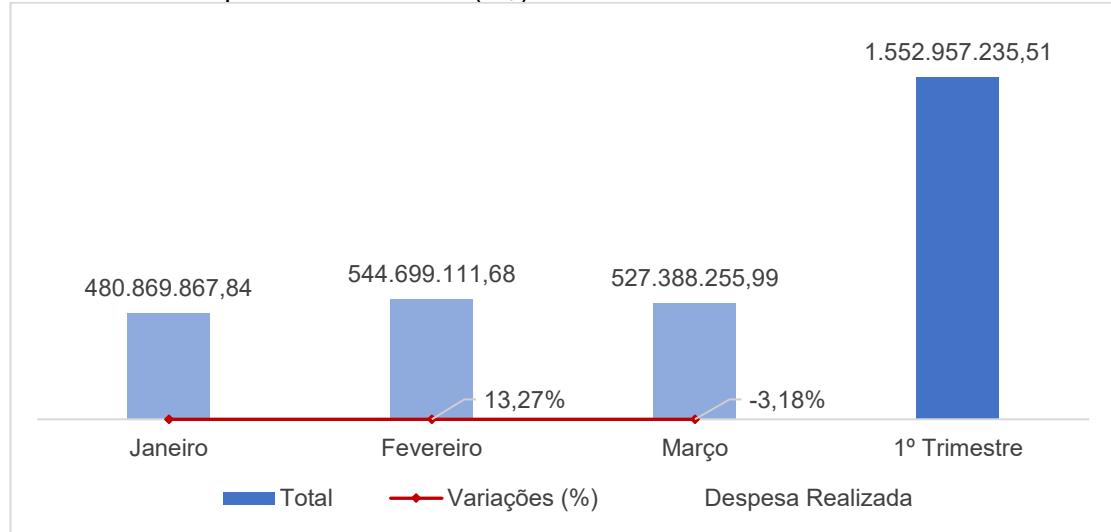
Tabela 80: Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 1º trimestre de 2025.

UG	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
840202	Finanprev	287.769.019,67	278.758.264,22	287.873.677,94	854.400.961,83
840240	SPSM	178.335.148,80	173.405.802,68	185.143.375,12	536.884.326,60
840203	Funprev	95.238,75	58.925.618,71	24.446.797,55	83.467.655,01
840201	IGEPPS	14.664.389,10	33.540.822,18	29.739.111,39	77.944.322,67
840250	Encargos IGEPPS	6.071,52	68.603,89	185.293,99	259.969,40
Total		480.869.867,84	544.699.111,68	527.388.255,99	1.552.957.235,51
Variações (%)		-	13,27%	-3,18%	

Fonte: SIAFE/COFIN/IGEPPS.

Agora em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima. Assim, tivemos um decréscimo de 3,18% de março em relação a fevereiro no 1º Trimestre do ano; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais. Dessa forma, valor das despesas executadas no 1º trimestre de 2025, totalizou em R\$ 1.552.957.235,51 (um bilhão e quinhentos e cinquenta e dois milhões e novecentos e cinquenta e sete mil e duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta e um centavos), conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 22: Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 1º trimestre de 2025.



7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário

O valor das despesas realizadas em cada uma das supracitadas Unidades Gestoras dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados do 1º trimestre de 2025, conforme a tabela abaixo.

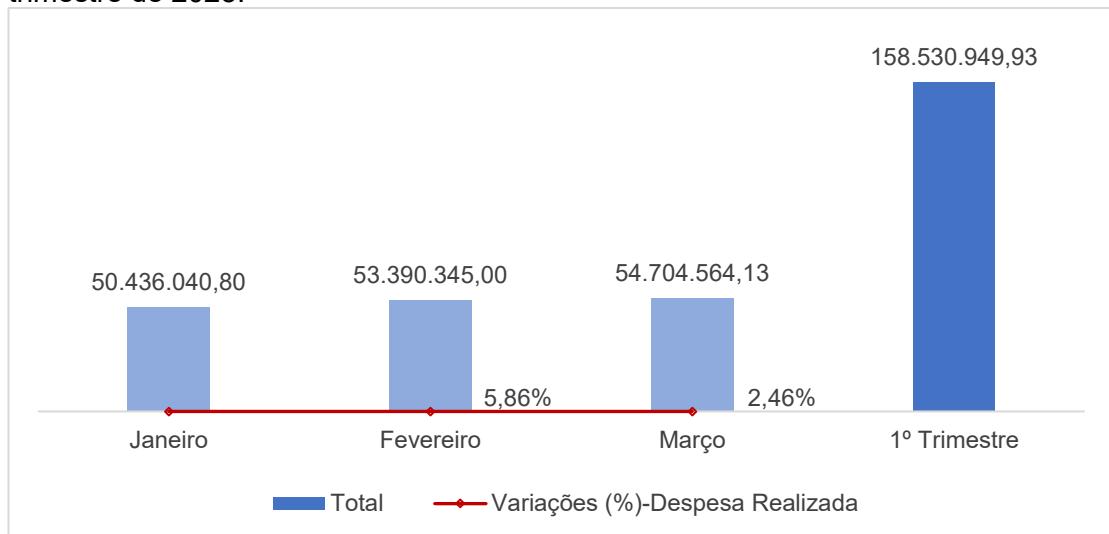
Tabela 81: Despesas Executadas (R\$) – Outros Poderes – 1º trimestre de 2025.

UG	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
840224	TJE Fundo Financeiro	23.269.557,14	23.614.821,38	24.844.846,46	71.729.224,98
840226	M.P Fundo Financeiro	7.227.602,77	7.518.903,42	7.515.947,82	22.262.454,01
840221	ALEPA Fundo Financeiro	6.271.133,89	6.970.535,23	6.503.057,60	19.744.726,72
840222	TCE Fundo Financeiro	4.835.757,81	6.936.135,41	6.553.562,17	18.325.455,39
840220	Defensoria Fundo Financeiro	5.291.364,73	4.794.420,86	5.713.459,22	15.799.244,81
840223	TCM Fundo Financeiro	2731220,82	2.686.337,91	2.702.061,64	8.119.620,37
840227	MPC Fundo Financeiro	604328,02	661.986,31	661.986,31	1.928.300,64
840228	MPTCM Fundo Financeiro	188.789,86	190.918,72	190.918,72	570.627,30
840234	TJE Fundo Previdenciário	7.609,52	7.609,52	7.609,52	22.828,56
840232	TCE Fundo Previdenciário	4876,84	4.876,84	7.315,27	17.068,95
840237	MPC Fundo Previdenciário	3799,4	3799,4	3.799,40	11.398,20
Total		50.436.040,80	53.390.345,00	54.704.564,13	158.530.949,93
Variações (%)		-	5,86%	2,46%	-

Fonte: SIAFE/IGEPPS.

No ano 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima. Assim, tivemos um acréscimo de 2,46% de março em relação a fevereiro no 1º Trimestre do ano; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais. Assim, o valor das despesas executadas pelos outros poderes no 1º trimestre de 2025, foi de R\$ 158.530.949,93 (cento e cinquenta e oito milhões e quinhentos e trinta mil e novecentos e quarenta e nove reais e noventa e três centavos).

Gráfico 23: Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário – 1º trimestre de 2025.



7.2.3 Todos os Poderes

A Tabela 82, apresenta o total das despesas executadas nas Unidades Gestoras relacionadas ao Poder Executivo em comparação com as Unidades Gestoras relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário (outros), discriminadas relativamente ao 1º trimestre de 2025; bem como o percentual de variação do período discriminado.

Tabela 82: Despesas Executadas (R\$) – Todos os Poderes – 1º trimestre de 2025.

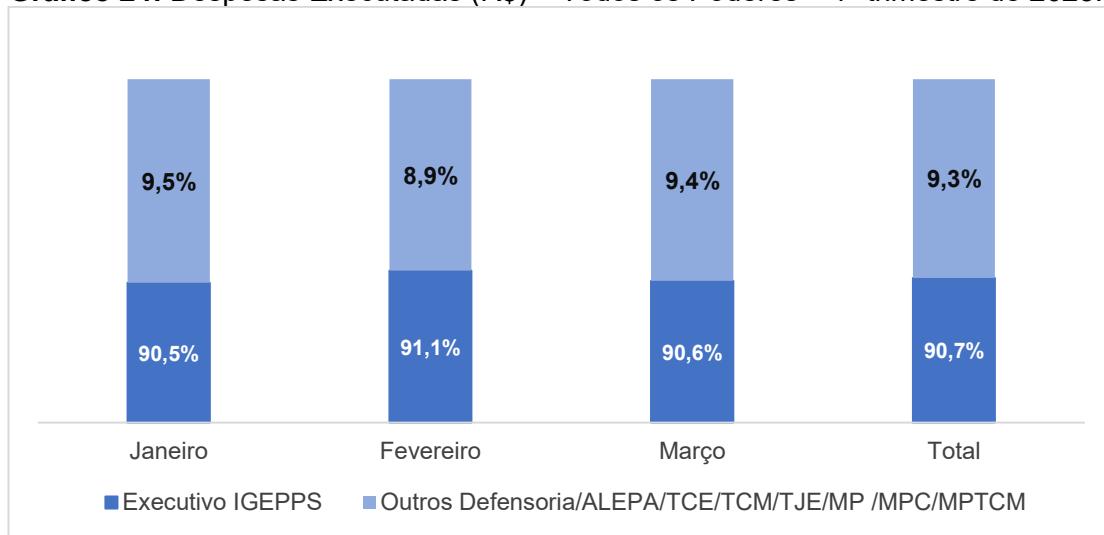
UG	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Executivo	IGEPPS/Finanprev/Funprev/SPSM/ENC. IGEPPS	480.869.867,84	544.699.111,68	527.388.255,99	1.552.957.235,51
Outros	Defensoria/ALEPA/TCE/TCM/TJE/MP MPC/MP/TCM	50.436.040,80	53.390.345,00	54.704.564,13	158.530.949,93
Total		531.305.908,64	598.089.456,68	582.092.820,12	1.711.488.185,44
Variações (%)		-	12,57%	-2,67%	-

Fonte: SIAFE - Despesa Realizada/IGEPPS.

No ano de 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima e entre o montante realizado no 1º Trimestre. Assim, tivemos um decréscimo de 2,67%; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

No final do 1º trimestre 2025, as despesas executadas totalizaram R\$ 1.711.488.185,44 (um bilhão e setecentos e onze milhões e quatrocentos e oitenta e oito mil e cento e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos). Deste total, 91% referem-se às despesas de outros poderes como Defensoria, ALEPA, TCE, TCM, TJE, MP, MPC, MPTCM.

Gráfico 24: Despesas Executadas (R\$) – Todos os Poderes – 1º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

7.2.4 FINANPREV, PODER EXECUTIVO, SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL MILITAR E DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

Os valores executados abaixo descritos abrangem as Fontes das Despesas, das UG's **840202** (FINANPREV - Poder Executivo), **840240** (SPSM), **840250** (Encargos IGEPPS) e daquelas relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente ao 1º trimestre de 2025, conforme a tabela abaixo.

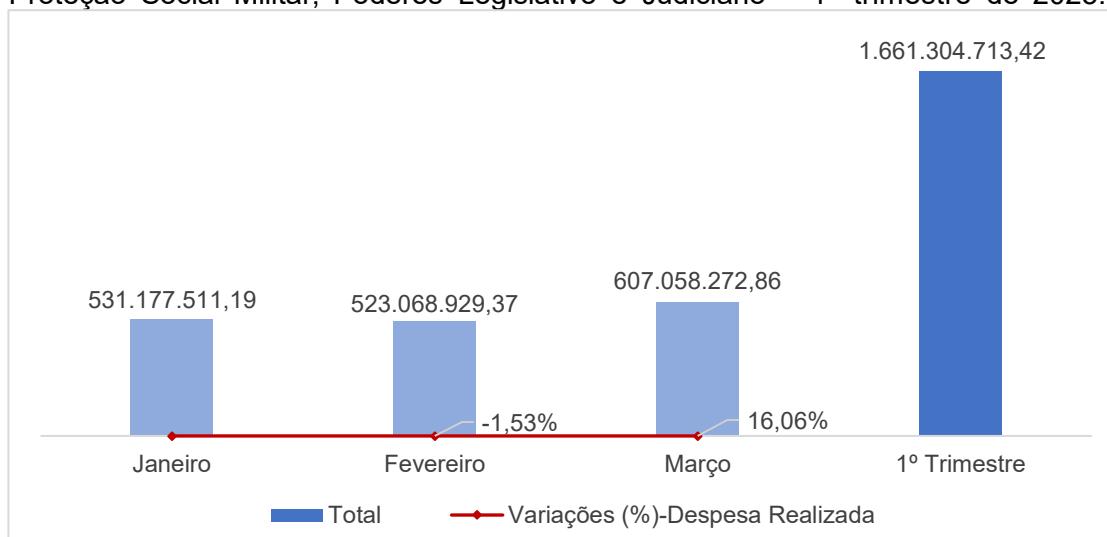
Tabela 83: Despesas Executadas (R\$) – FINANPREV, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário – 1º trimestre de 2025.

Fonte	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
1500	Recursos Ordinários	162.971.777,13	222.321.094,98	229.533.681,03	614.826.553,14
1801	Rec. Prop. Fundo Financ. Prev. Est. Para-Patronal	63.476.347,89	228.119.634,87	246.876.653,36	538.472.636,12
2801	Rec. Prop. Fundo Financ. Prev. Est. Para-patronal	233.153.060,71	834.597,31	34.685.773,88	268.673.431,90
1803	Rec. do Sist.Prot.Soc.Mil. - SPSM	43.779.846,58	71.793.602,21	71.496.642,85	187.070.091,64
2803	Rec. do Sist.Prot.Soc.Mil. - SPSM	27.796.478,88	-	-	27.796.478,88
1800	Rec Vinc RPPS-Fundo Capital. (Plano Previdenciário)	-	-	24.465.521,74	24.465.521,74
Total		531.177.511,19	523.068.929,37	607.058.272,86	1.661.304.713,42
Variações (%)		-	-1,53%	16,06%	

Fonte: SIAFE/IGEPPS.

No ano de 2025, houveram variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima e entre o montante realizado no 1º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 16,06%; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais. Portanto, os valores executados nas Fontes das Despesas, das UG's **840202** (FINANPREV - Poder Executivo), **840240** (SPSM), **840250** (Encargos IGEPPS) e daquelas relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário no final do 1º trimestre 2025, totalizaram em R\$ 1.661.304.713,42 (um bilhão e seiscentos e sessenta e um milhões e trezentos e quatro mil e setecentos e treze reais e quarenta e dois centavos).

Gráfico 25: Despesas Executadas (R\$) – FINANPREV, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário – 1º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

7.2.5 IGEPPS

As tabelas abaixo, apresentam os demonstrativos de despesas internas do IGEPPS/PA (UG 840201), discriminadas por Elemento da Despesa. Assim, passamos a demonstrar as Despesas com Pessoal, Outras Despesas Correntes (ODC) e Investimentos; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados do 1º trimestre de 2025.

Tabela 84: Demonstrativos de Valores Executados por Despesas com Investimentos (R\$) - 1º trimestre de 2025.

Investimento	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
449039 Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	-	4.950.192,63	3.367.738,58	8.317.931,21
Total	-	4.950.192,63	3.367.738,58	8.317.931,21
Variações (%)	-	100,00%	-31,97%	-

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

Tabela 85: Demonstrativos de Valores Executados por Despesa com Pessoal (R\$) - 1º trimestre de 2025.

Despesa Pessoal		Janeiro	Fevereiro	Março	Total
319004	Contratação por tempo determinado	1.024.112,05	1.072.372,22	1.001.901,40	3.098.385,67
319007	Contribui a entidades fechadas de previdência	799.236,00	808.948,24	755.229,02	2.363.413,26
319011	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	-	190.576,77	178.600,30	369.177,07
319012	Vencimentos e vantagens fixas - pes. militar	-	120.601,93	239.266,90	359.868,83
319013	Obrigações Patronais	13.220,62	15.026,54	14.094,55	42.341,71
319016	Outras despesas variáveis - pessoal civil	-	5.646,24	11.408,15	17.054,39
319091	Sentenças Judiciais	1.481,40	1.435,61	1.418,47	4.335,48
Total		1.838.050,07	2.214.607,55	2.201.918,79	6.254.576,41
Variações (%)		-	20,49%	-0,57%	-

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS

Tabela 86: Demonstrativos de Valores Executados por Outras Despesas Correntes (R\$) - 1º trimestre de 2025.

Outras Despesas Correntes		Janeiro	Fevereiro	Março	Total
339008	Outros benef.assist.do servidor ou do militar	9.594.938,26	15.932.025,45	15.774.438,92	41.301.402,63
339014	Diárias - civil	1.775.419,71	3.860.506,15	2.292.384,78	7.928.310,64
339015	Diárias - militar	-	3.208.843,55	3.335.506,58	6.544.350,13
339030	Material de consumo	1.039.162,00	2.533.925,10	1.983.070,55	5.556.157,65
339031	Premia culturaa artist. Cientif. desporte outras	358.198,13	326.625,01	335.089,28	1.019.912,42
339033	Passagens e despesas com locomoção	-	376.533,90	42.553,61	419.087,51
339035	Serviços de consultoria	-	-	269.563,08	269.563,08
339036	Outros serviços de terceiros - pessoa física	29.627,71	37.041,45	41.107,18	107.776,34
339037	Locação de mão-de-obra	3.574,35	43.100,75	44.251,51	90.926,61
339039	Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0,00	13.280,06	27.017,73	40.297,79
339040	Serv.de tecno.da infor.e comun.-pess juridica	15.046,02	10.045,79	12.285,78	37.377,59
339046	Auxílio-alimentação	4.000,00	22.825,43	0,00	26.825,43
339047	Obrigações tributarias e contributivas	5.630,46	8.209,36	6.997,24	20.837,06
339049	Auxílio-transporte	612,39	-	5.057,78	5.670,17
339092	Despesas de exercícios anteriores	130,00	3.060,00	130,00	3.320,00
Total		12.826.339,03	26.376.022,00	24.169.454,02	63.371.815,05
Variações (%)		-	105,64%	-8,37%	-

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.6 Encargos IGEPPS - Requisições de Pequeno Valor (RPV'S), Auxílio Funeral e Salário Família

Os valores realizados descritos abrangem a UG 840250 (Encargo IGEPPS); bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados do 1º trimestre de 2025, discriminados na Tabela 87.

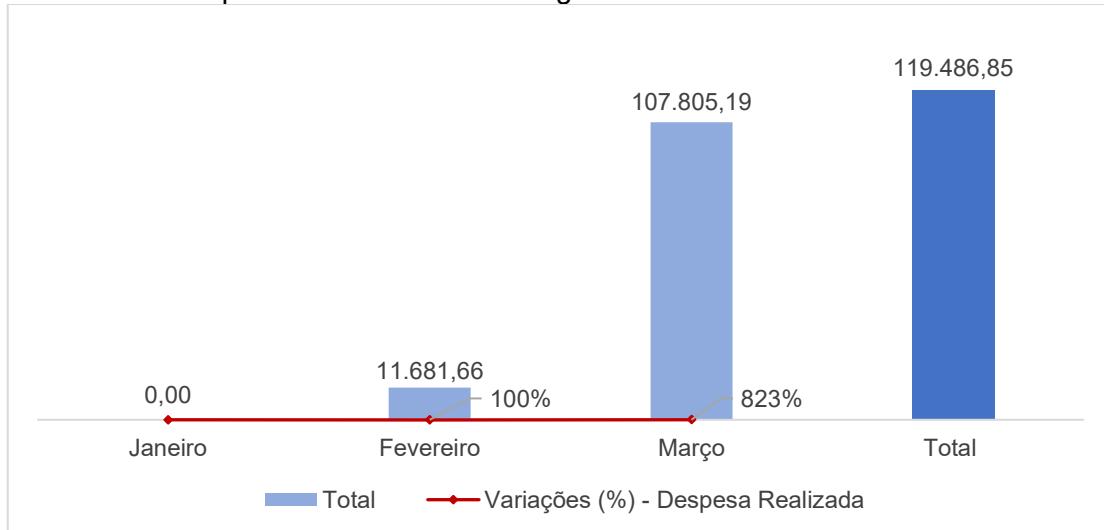
Tabela 87: Demostrativo Despesas Realizadas (R\$) - Encargos IGEPPS - 1º trimestre de 2025.

Projeto Atividade	Sub-Elemento da Despesa	Nome	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
9010	31909109	Sentenças judicial de pequeno valor-inativo/pensionistas civis	-	11.681,66	68.275,24	79.956,90
9010	31909110	Sentenças judicial de pequeno valor-inativo/pens. militar	-	-	39.529,95	39.529,95
8338	33900854	Auxilio Funeral	-	51.084,23	-	51.084,23
8338	33909208	Outros Benefícios Assistenciais - DEA	-	-	71.650,80	71.650,80
9026	33900807	Salário Família Seg.Inativos/Pensionistas - div. áreas	5.526,64	5.293,12	5.293,12	16.112,88
9027	33900807	Salário Família Seg.Inativos/Pensionistas - área educação	77,84	77,84	77,84	233,52
9040	33900807	Salário Família Seg.Inativos/Pensionistas- - área saúde	467,04	467,04	467,04	1.401,12

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com RPV's deste IGEPPS e entre o montante realizado no 1º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 823%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 26: Despesas Realizadas - Encargos IGEPPS – 1º trimestre de 2025.

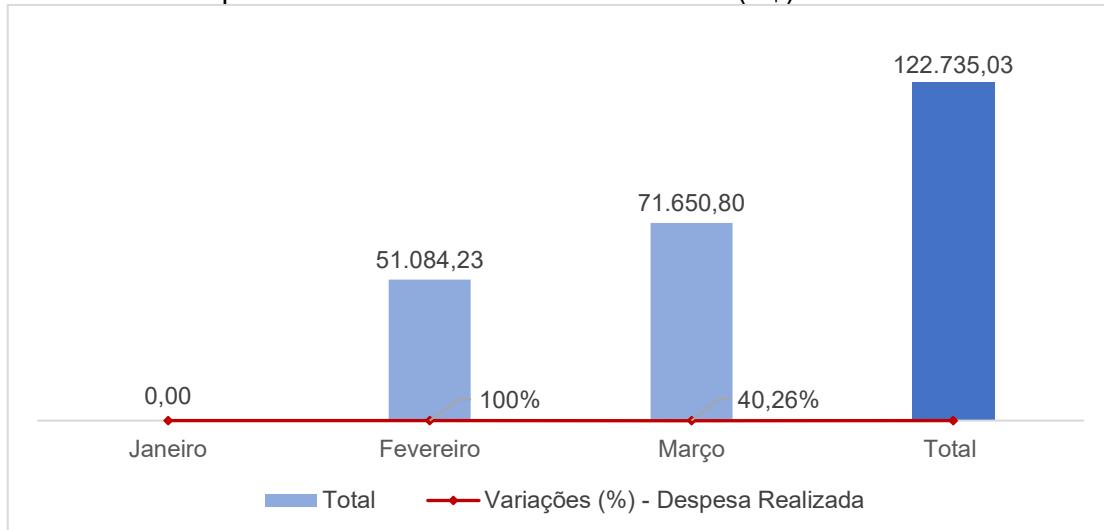


Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

Os valores realizados descritos abrangem a UG 840250 (Encargo IGEPPS); bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados do 1º trimestre de 2025, estão discriminados na Tabela 82.

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com Auxílio Funeral deste IGEPPS e entre o montante realizado no 1º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 40,26%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 27: Despesas Executadas com Auxílio Funeral (R\$) - 1º trimestre de 2025.



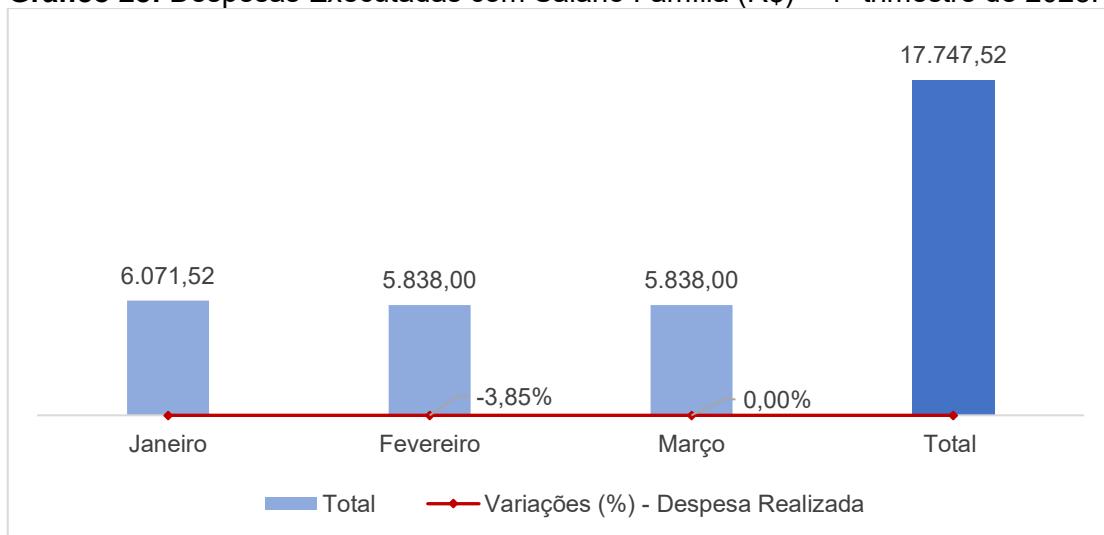
Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

Os valores realizados descritos abrangem a **UG 840250** (Encargo IGEPPS), bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos aos meses do 1º trimestre de 2025, estão descrevidos na Tabela 89.

As oscilações relativas aos valores realizados a título de salário família acompanham, principalmente, as variações de manutenções nas Folhas de Pagamentos deste RPPS/PA.

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com Salário Família deste IGEPPS e entre o montante realizado no 1º Trimestre. Assim, tivemos uma estabilidade na execução da despesa; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 28: Despesas Executadas com Salário Família (R\$) – 1º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.2 Folhas de Pagamentos

7.2.2.1 Inativos - Pensão por morte e pensão especial - SPSM

No que tange à execução de valores referentes às Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos aos meses do 1º trimestre de 2025, está abaixo descrito na Tabela 90.

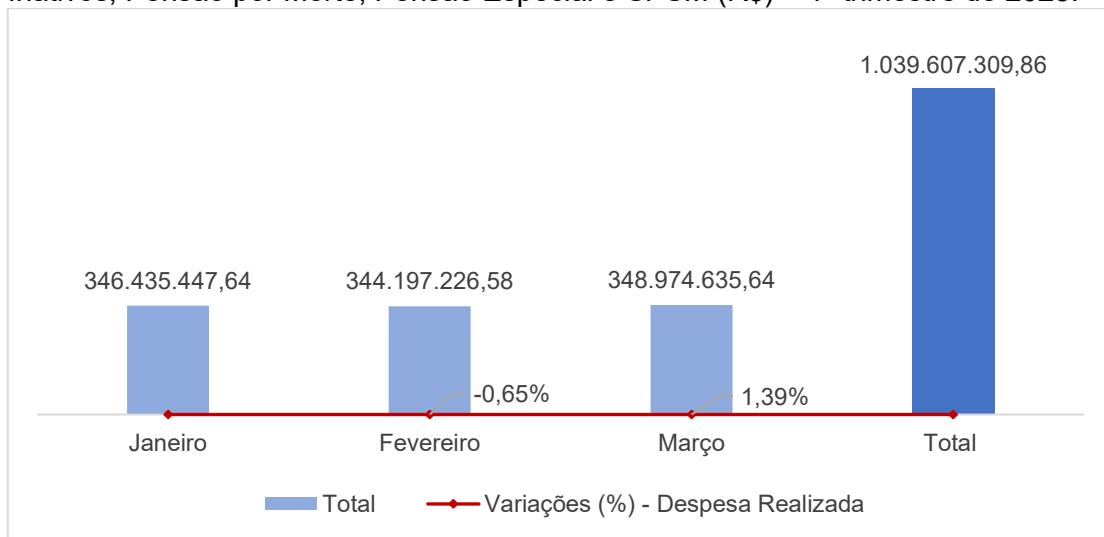
Tabela 88: Demonstrativo de Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$) – 1º trimestre de 2025.

UG	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
840202	Inativo Civil Educação	128.840.392,03	126.910.594,55	127.669.083,41	383.420.069,99
840240	Inativo - Militar	83.871.855,41	84.153.337,94	85.716.261,66	253.741.455,01
840202	Inativos Civil Outros	60.447.401,95	61.320.056,58	62.191.281,69	183.958.740,22
840202	Pensão Civil - Finanprev	38.507.417,31	37.846.326,13	38.074.110,30	114.427.853,74
840240	Pensão Militar	19.270.017,83	19.079.369,12	19.660.444,10	58.009.831,05
840202	Inativo Civil Saúde	4.990.643,69	4.975.954,73	5.110.270,83	15.076.869,25
840224	Pensão. TJ – Pa - Finanprev	3.333.038,13	3.062.628,27	3.320.059,79	9.715.726,19
840220	Inativo - Defensoria	2.956.334,48	2.977.930,08	2.951.401,27	8.885.665,83
840240	Pensão Especial Militar	2.505.669,78	2.217.699,41	2.556.762,69	7.280.131,88
840221	Pensão - Alepa	1.088.145,38	1.091.346,30	1.104.908,95	3.284.400,63
840220	Pensão - Defensoria	532.671,22	485.892,66	500.476,78	1.519.040,66
840203	Pensão. Civil - Funprev	91.860,43	76.090,81	119.574,17	287.525,41
840234	Pensão TJ – PA - Funprev	7.400,42	7.400,42	7.400,42	22.201,26
Total		346.435.447,64	344.197.226,58	348.974.635,64	1.039.607.309,86
Variações (%)		-	-0,65%	1,39%	-

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Folhas deste IGEPPS e entre o montante realizado no 1º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 1,39%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 29: Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$) – 1º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.2.2 Consignações - Inativos civis e pensionistas civis, SPSM e outros poderes

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas em Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 1º trimestre de 2025, está abaixo descrito.

Tabela 89: Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/IGEPPS (R\$) – 1º trimestre de 2025.

(continua)

Consignatária	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
ADEPOL	280.864,86	279.766,57	279.037,96	839.669,39
SINDPOL	250.164,39	249.221,09	249.174,74	748.560,22
ASFEPAP	168.641,65	161.862,59	167.251,55	497.755,79
SINTEP	130.375,64	126.467,98	127.250,23	384.093,85
SINDIFISCO	114.380,48	112.197,05	112.804,55	339.382,08
UPASP	92.548,97	89.981,37	85.576,27	268.106,61
CAPEMI	31.833,38	31.307,29	30.818,90	93.959,57
FASUEPA	28.650,67	28.112,79	28.442,38	85.205,84
SINDELP/PA	25.133,26	26.254,15	25.799,13	77.186,54
ADPEP	18.154,72	19.079,52	19.062,48	56.296,72
BANCLUB	16.201,34	15.655,48	15.907,34	47.764,16
FEMPA	15.667,73	15.469,61	15.667,73	46.805,07

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

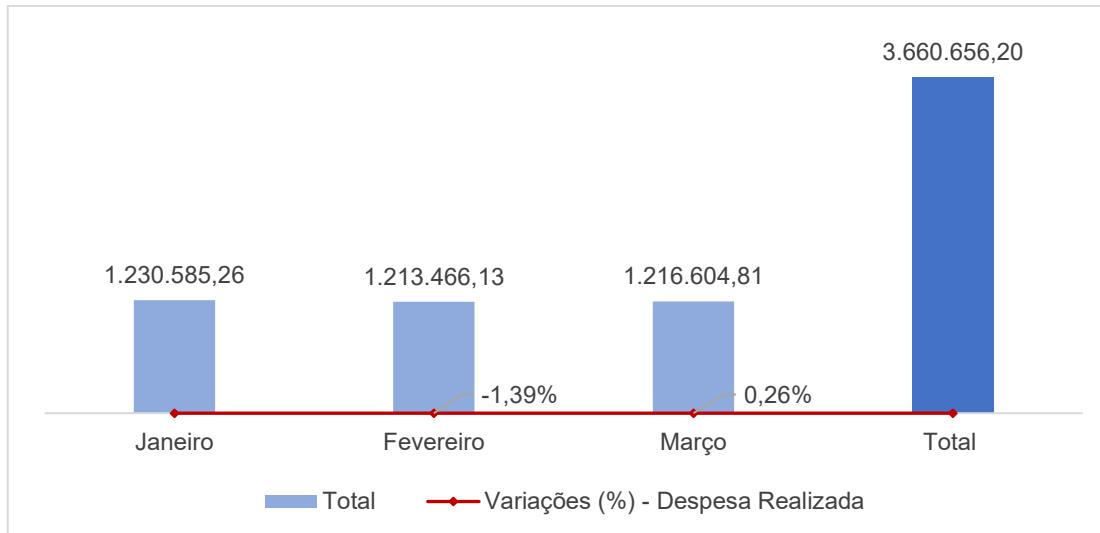
Tabela 89: Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/IGEPPS (R\$) – 1º trimestre de 2025.

(conclusão)

Consignatária	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
SEPUB	13.292,51	13.281,70	13.038,64	39.612,85
INDESPCMEPA	7.546,00	7.908,60	8.604,40	24.059,00
SINDSAUDE	8.097,45	7.835,36	7.651,34	23.584,15
UNIBRAS	6.249,03	5.979,53	6.239,23	18.467,79
ASPA	4.490,19	4.630,27	5.489,14	14.609,60
ALIANÇA/FAP	4.726,15	4.643,34	4.678,91	14.048,40
PROASP	3.706,36	3.524,08	3.676,96	10.907,40
ASSOC. SERV. PUB..ADM DIR.	2.131,55	2.131,54	2.131,54	6.394,63
APEPA	1.803,20	1.803,20	1.803,20	5.409,60
SINDSFEPA	1.350,52	1.315,78	1.350,51	4.016,81
ASPBRAS	1.273,51	1.273,51	1.230,39	3.777,41
SINDTRAN	668,21	1.130,24	1.283,81	3.082,26
ASEMIPPA	777,14	777,14	777,14	2.331,42
ASDAP	712,66	712,66	712,66	2.137,98
ASSUBSAR	577,83	577,83	577,83	1.733,49
ADECIMPA	147,00	147,00	147,00	441,00
ASMEOP	95,08	95,08	95,08	285,24
ACSPMBMPA	95,08	95,08	95,08	285,24
APPOMIBOMNP	92,71	92,71	92,71	278,13
ASCM/PA	56,85	56,85	56,84	170,54
FASPM	40,21	40,21	40,21	120,63
FUNSAU	38,93	38,93	38,93	116,79
Total	1.230.585,26	1.213.466,13	1.216.604,81	3.660.656,20
Variações (%)	-	-1,39%	0,26%	-

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPSS.

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Consignações deste IGEPPS e entre o montante realizado no 1º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 0,26%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 30: Despesas - Consignações Nas Folhas De Pagamentos/IGEPPS (R\$) – 1º trimestre de 2025.

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.2.3 Consignações – Inativos SPSM

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas em Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos ao 1º trimestre de 2025, descrito na Tabela 93.

Tabela 90: Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Inativos SPSM (R\$) – 1º trimestre de 2025.

(continua)

Consignatária	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
SICOOB	430.977,14	421.325,74	435.188,61	1.287.491,49
FUNSAU	410.282,47	399.173,51	415.492,38	1.224.948,36
FASPM	401.059,15	389.627,98	397.192,16	1.187.879,29
INDESPCMEPA	201.625,20	198.032,72	204.598,72	604.256,64
ACSPMBMPA	182.267,59	174.280,91	179.795,52	536.344,02
FEMPA	131.252,38	127.785,34	130.658,03	389.695,75
ASSUBSAR	81.481,47	77.683,94	79.747,81	238.913,22
APPOMIBOMNP	45.055,09	43.479,12	44.869,66	133.403,87
ASPOMIRE	33.778,91	31.500,57	33.382,68	98.662,16
COPM	21.403,20	21.266,00	21.403,20	64.072,40
UPASP	16.768,13	15.474,30	16.211,49	48.453,92
CAPEMI	10.925,68	10.421,17	10.830,88	32.177,73
ASMEOP	9.698,12	9.888,28	10.078,45	29.664,85
ADECIMPA	7.412,72	7.344,12	7.412,72	22.169,56
ASEMIPPA	5.095,90	4.934,20	5.095,90	15.126,00
ASCM/PA	3.178,14	3.064,46	3.178,15	9.420,75
ASPA	2.968,40	3.017,18	3.095,58	9.081,16
UNIBRAS	2.012,45	1.776,27	1.987,95	5.776,67
BANCLUB	1.937,31	1.683,49	1.840,29	5.461,09

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

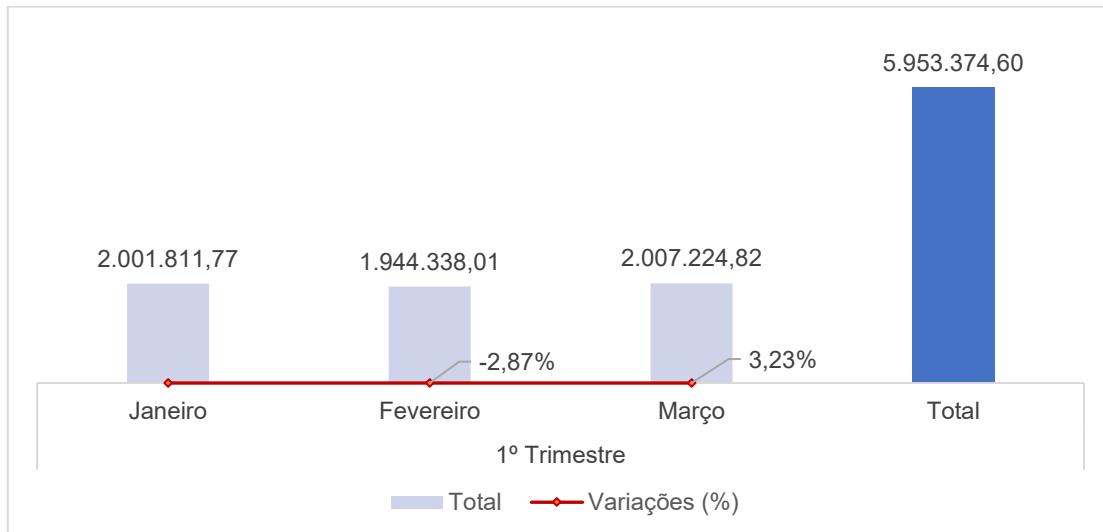
Tabela 90: Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Inativos SPSM (R\$) – 1º trimestre de 2025.

(conclusão)

Consignatária	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
PROASP	935,90	935,90	935,90	2.807,70
ALIANÇA/FAP	898,76	864,75	898,76	2.662,27
ASMIL	0,00	0,00	2.532,32	2.532,32
ADMSPEP	388,08	388,08	388,08	1.164,24
ASPBRAS	290,57	270,97	290,57	852,11
IDC	119,01	119,01	119,01	357,03
Total	2.001.811,77	1.944.338,01	2.007.224,82	5.953.374,60
Variações (%)	-	-2,87%	3,23%	-

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

Gráfico 31: Despesas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Inativos SPSM (R\$) – 1º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Consignações deste IGEPPS e entre o montante realizado no 1º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 3,26%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

7.2.2.4 Consignações – Convênios BANPARÁ/IASEP

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas vinculadas ao BANPARA e ao Plano de Saúde IASEP - Governo do Estado do Pará em Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 1º trimestre de 2025, descrito na Tabela 94.

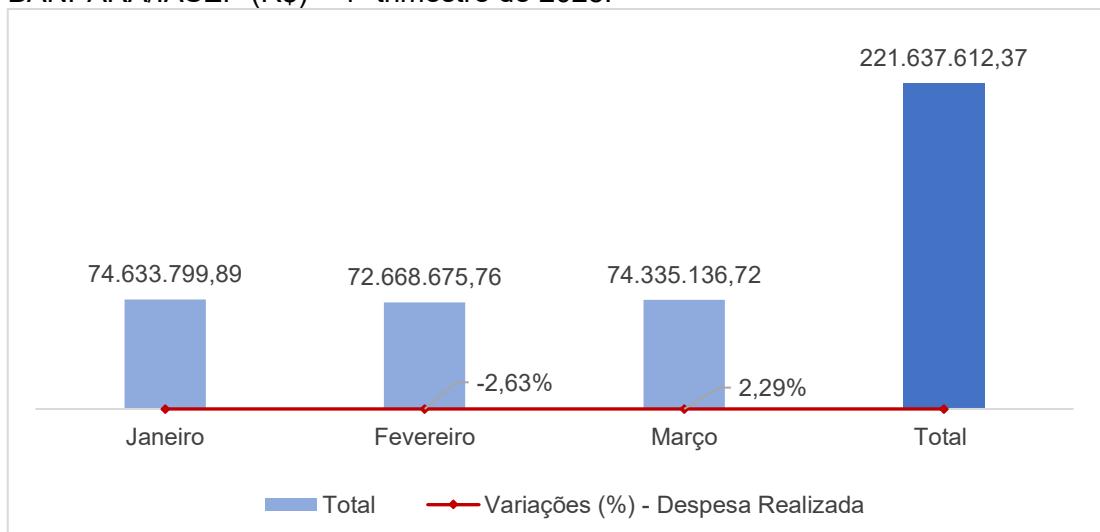
Tabela 91: Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASEP (R\$) – 1º trimestre de 2025.

Consignatárias	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
BANPARÁ	51.462.032,60	50.087.005,67	51.317.263,22	152.866.301,49
IASEP/PAS	23.171.767,29	22.581.670,09	23.017.873,50	68.771.310,88
Total	74.633.799,89	72.668.675,76	74.335.136,72	221.637.612,37
Variações (%)	-	-2,63%	2,29%	-

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPSS.

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Consignações/Convênios deste IGEPPS e entre o montante realizado no 1º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 2,29%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 32: Despesas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASEP (R\$) – 1º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPSS.

7.2.2.4 Retenções - Contribuições Previdenciária/IRRF/Pensões Alimentícias

No que tange à execução de valores referentes às Retenções Obrigatórias em Folhas de Pagamentos no IGEPPS, bem como, o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 1º trimestre de 2025, descrito na Tabela 95.

Tabela 92: Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Retenções (R\$) – 1º trimestre de 2025.

UG	Descrição	Contribuições Previdenciárias	IRRF	Pensão Alimentícia
840240	Inativo militar	41.049.006,57	58.305.643,54	11.424.840,30
840202	Inativo civil educação	26.291.994,72	76.199.984,44	673.148,59
840202	Inativo civil outros	16.417.713,48	28.217.887,46	1.956.534,75
840202	Pensão civil Finanprev	6.882.538,36	15.460.722,10	120.887,95
840240	Pensão militar	8.472.437,19	9.953.310,74	19.292,21
840220	Inativo Defensoria	1.455.002,48	1.854.673,92	100.497,42
840224	Pensão TJ-Pa Finanprev	882.462,40	1.794.311,50	25.639,14
840202	Inativo civil saúde	138.083,78	940.283,73	26.682,74
840240	Pensão Especial militar	-	823.760,97	-
840221	Pensão Alepa	249.242,56	568.818,12	-
840220	Pensão Defensoria	229.722,92	379.565,39	-
840203	Pensão civil Funprev	-	2.145,47	-
840234	Pensão TJ-Pa Funprev	-	627,30	-
Total		102.068.204,46	194.501.734,68	14.347.523,10

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

As Pensões Alimentícias têm os Valores Retidos por Decisões Administrativas/Judiciais, mensalmente. Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Retenções em Folhas de Pagamentos deste IGEPPS e entre o montante realizado no 1º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 1,42%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

7.2.7 SUPRIMENTOS DE FUNDOS

No que tange à execução de valores referentes à Suprimentos de Fundos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 1º trimestre de 2025, está abaixo descrito.

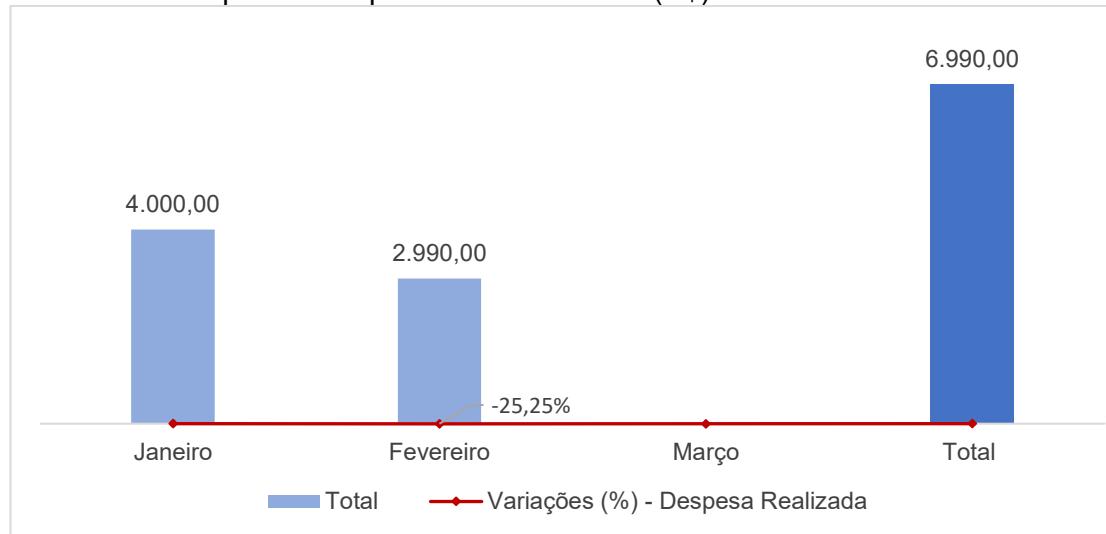
Tabela 93: Comparativo Despesas Realizadas – Suprimentos de Fundos (R\$) – 1º trimestre de 2025.

UG - 840240 - Projeto Atividade					
Código	Nome	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
9028	Encargos - SPSM	4.000,00	2.990,00	-	6.990,00
	Total	4.000,00	2.990,00	-	6.990,00
	Variações (%)		-25,25%	-100,00%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com Suprimento de Fundos deste IGEPPS e entre o montante realizado no 1º Trimestre. Assim, tivemos um decréscimo na execução da despesa; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 33: Despesas – Suprimentos de Fundos (R\$) – 1º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.8 AUXÍLIO MORTE/AUXÍLIO ACIDENTE

No que tange à execução de valores referentes ao Auxílio Morte/Auxílio Acidente no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 1º trimestre de 2025, está abaixo descrito.

Tabela 94: Despesas Realizadas – Auxílio Morte/Auxílio Acidente (R\$) – 1º trimestre de 2025.

Auxílio Morte/Accidente-UG - 840240					
Sub-Elemento da Despesa		9028 - Projeto Atividade - Encargos - SPSM			
Código	Nome	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
33909208	DEA/Outros. Benefícios Assist./Previdenciários	-	-	244.999,99	244.999,99
33909399	Outras Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Total		-	-	244.999,99	244.999,99
Variações (%)		-	-	100%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

No ano de 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, tivemos um acréscimo de 100% em relação ao 1º Trimestre do ano; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

7.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS

O IGEPPS, por meio da Coordenadoria de Administração e Serviços (Coas), promoveu ações que buscaram otimizar a forma de administrar, controlar, fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos que são vinculados ao instituto.

Nesse sentido, considerando a Lei nº 14.133/2021 foram realizadas novas contratações, bem como análise e revisão de todos os instrumentos em execução, com objetivo de proporcionar maior celeridade e transparência dos contratos, convênios, apostilamentos e aditivos em geral.

A tabela abaixo demonstra o desempenho da Coas no 1º trimestre de 2025 em relação aos contratos realizados pelo IGEPPS.

Tabela 95: Quantitativo dos Contratos Mantidos pelo IGEPPS – 1º trimestre de 2025.

Mês	Novos Contratos	Contratos Finalizados	Contratos Mantidos
Janeiro	3	6	103
Fevereiro	5	-	108
Março	2	3	105

Fonte: COAS/IGEPPS.

Na tabela a seguir tem-se os contratos realizados por modalidade no período de janeiro até março de 2025.

Tabela 96: Modalidades dos Contratos Realizados pelo IGEPPS – 1º trimestre de 2025.

Modalidade	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Dispensa de Licitação	2	-	-	2
Inexigibilidade	-	1	1	2
Apostilamento	1	2	-	3
Ata de Registro de Preços	-	-	1	1
Termos Aditivos	17	7	6	30
Cooperação Técnica	-	-	-	-
Rescisão	3	5	2	10
Pregão Eletrônico	-	1	1	2
Dispensa Eletrônica	1	-	-	1

Fonte: COAS/IGEPPS.

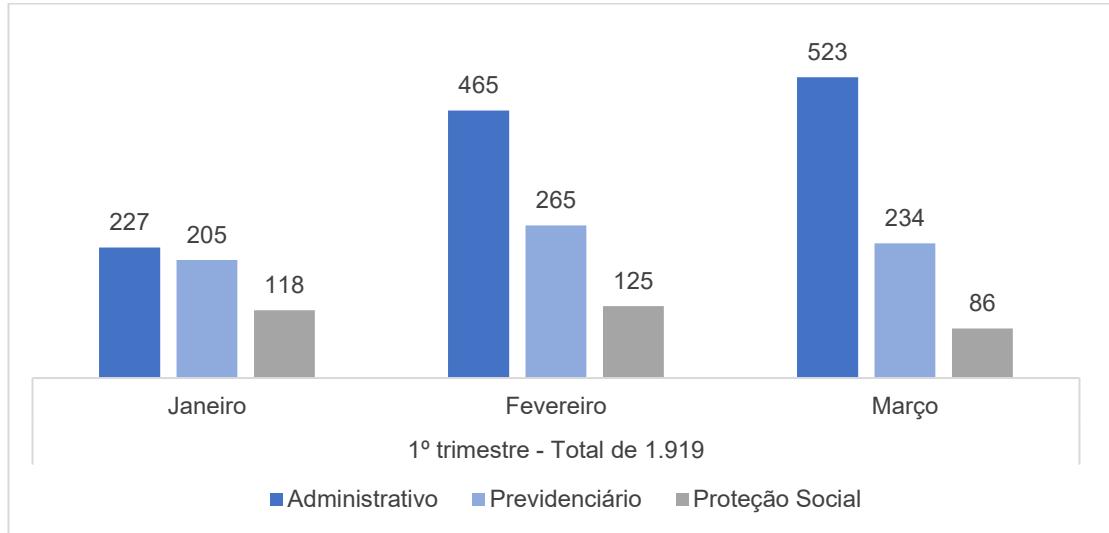
7.4 CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE

O Núcleo de Controle Interno está dividido em duas áreas de atuação, dada a especificidade das matérias analisadas, cabendo à área previdenciária analisar as concessões de aposentadoria - atividade finalística do IGEPPS, enquanto à área administrativa compete efetuar análise dos demais processos encaminhados, tais quais, contratos, liberação de créditos, taxa de administração, suprimento de fundos, RPV, quitação definitiva, judicial, honorários de processos administrativos, folha suplementar, folha de pagamento, diária, conformidade de fundos, capacitação de pessoal, auxílio morte e funeral.

Considerando o 1º trimestre de 2025, é possível observar uma variação no

quantitativo geral de análises dos processos por este NCI, as quais decorrem da demanda do IGEPPS, tanto no âmbito administrativo quanto previdenciário.

Gráfico 34: Quantitativo dos processos administrativos e previdenciários analisados - 1º trimestre de 2025.



Fonte: NCI/IGEPPS.

O gráfico mostra os processos do NCI em quatro categorias ("total", "administrativo", "previdenciário" e proteção social) de janeiro a março de 2025. Em janeiro, 550 processos foram analisados, 41% administrativos, 37% previdenciários e 21% proteção social. Em fevereiro, o total aumentou para 855, com 54% administrativos, 31% previdenciários e 15% proteção social. Em março foram 843 processos, sendo 62% administrativos, 28% previdenciários e 10% proteção social.

A análise dos dados ao longo dos três meses observados revela uma tendência geral de crescimento no total de processos encaminhados ao NCI. No 1º trimestre de 2025, foram enviados 2248 processos, dos quais 54% ($n = 1215$) eram de natureza administrativa, 31% ($n = 704$) eram previdenciários e 15% ($n = 329$) eram da proteção social.

Tabela 97: Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 1º trimestre de 2025.

Mês	Total		Administrativo		Previdenciário	
	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)
Janeiro	550	0%	227	-11%	205	-8%
Fevereiro	855	36%	465	51%	265	23%
Março	843	-1%	523	11%	234	-13%
Total	2.248	-17%	1.215	-31%	704	-9%

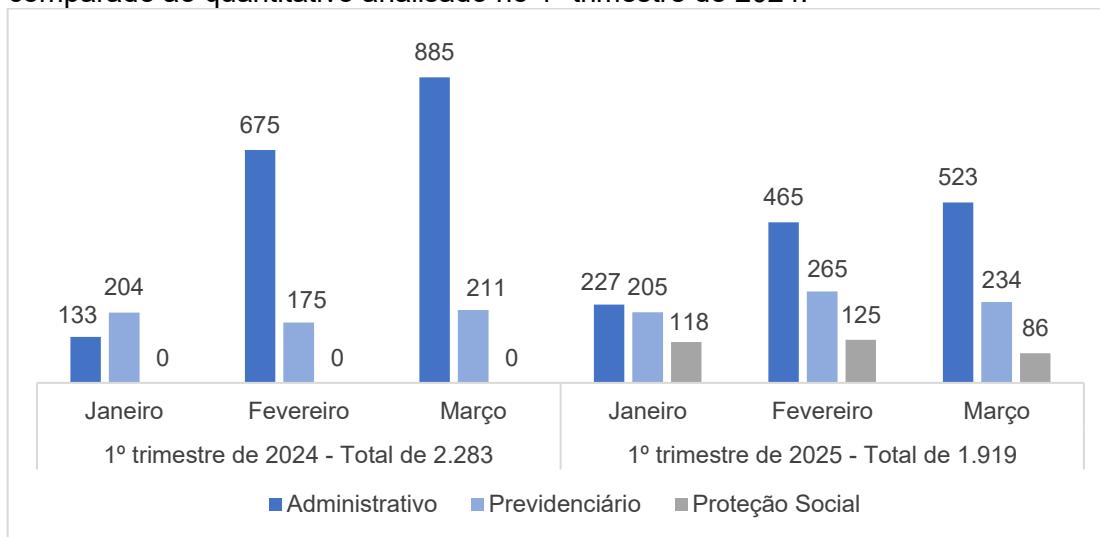
Fonte: NCI/IGEPPS.

Na tabela acima, observa-se que em janeiro de 2025 não houve variação nos processos enviados a este NCI. No mês de fevereiro de 2025, os processos encaminhados a este NCI aumentaram 36% em comparação ao mês anterior. Notavelmente, os processos de previdência social cresceram em 51%.

Em março de 2025, foram analisados 843 processos por este NCI, o que representa uma leve redução de 1% em relação ao mês anterior, devido a variação no quantitativo de processos referentes a concessão de benefícios previdenciários e de proteção social. Nesse mês somente as análises do administrativo subiram 11%, enquanto as análises previdenciárias e de proteção social caíram 13% e 31%, respectivamente.

O gráfico compara o quantitativo de processos analisados pelo NCI no primeiro trimestre de 2025 com o mesmo período de 2024. Observa-se uma redução de 2% no total de processos analisados em 2025, em relação ao primeiro trimestre de 2024. Essa diminuição se deve, principalmente, à queda no número de processos administrativos analisados.

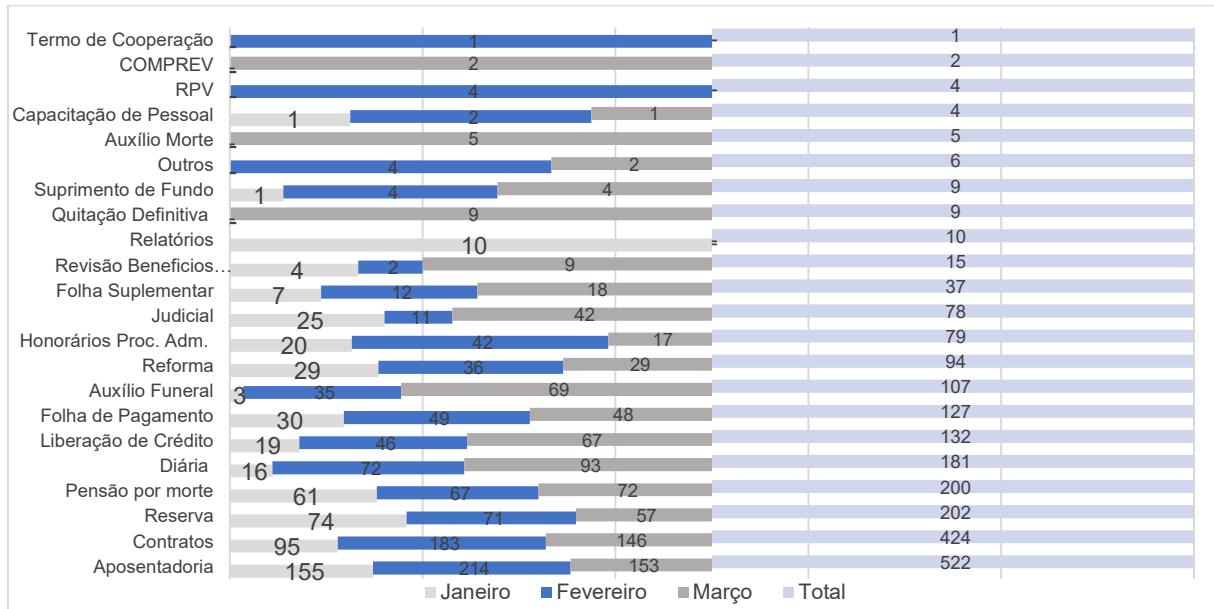
Gráfico 35: Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 1º trimestre de 2025 comparado ao quantitativo analisado no 1º trimestre de 2024.



Fonte: NCI/IGEPPS.

No gráfico a seguir, observa-se que ao longo do 1º trimestre de 2025, os três principais procedimentos enviados a este NCI foram os de concessão de aposentadoria, contratos e reserva. Esses três procedimentos corresponderam a 51% do total de trâmites enviados ao NCI. Ademais, destaca-se que houve aumentos significativos em março nos trâmites dos processos de pensão por morte, diárias, liberação de crédito e processos judiciais, devido ao aumento da demanda dessas operações nesse mês.

Gráfico 36: Quantitativo dos processos administrativos, previdenciários e de proteção social analisados – 1º trimestre de 2025.



Fonte: NCI/IGEPPS.

No campo previdenciário, destaca-se que desde 2020, os processos de concessão de aposentadorias passaram a ser encaminhados à apreciação do NCI. Essa iniciativa evidencia o compromisso do Instituto com as orientações dos Órgãos de Controle Externo, notadamente o Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA. Esse alinhamento estratégico atribuiu ao NCI a responsabilidade pela análise prévia das concessões de aposentadoria, antes de serem submetidas à avaliação pelo Tribunal de Contas.

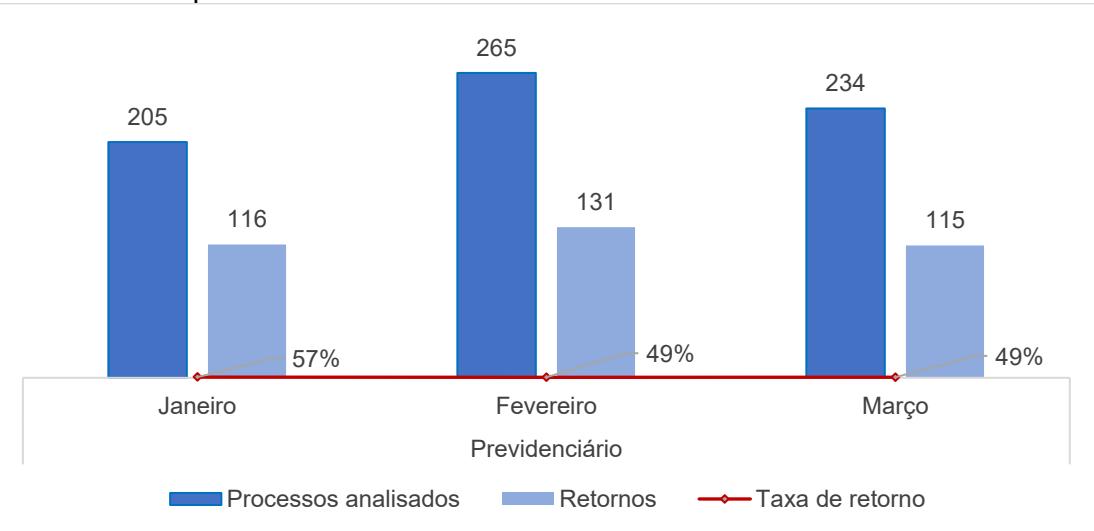
Os processos de pensão por morte dos civis passaram a vim para este NCI a partir da Ordem de Serviço Nº 001/2024¹ (PAE nº 2024/664654), que estabeleceu que a partir de junho de 2024 todos os processos de concessão e revisão de benefícios previdenciários ou similares deviam ser enviados ao NCI para análise de conformidade.

Esse processo assegura uma dupla verificação de conformidade dos atos, com o objetivo de mitigar erros e inconsistências que possam ser identificadas em auditorias externas. Essa dupla verificação proporciona um notável ganho institucional frente aos Órgãos de Controle Externo, pois demonstra uma atuação pautada na prevenção e detecção de problemas compreendidas como inerentes a uma sistemática de controle interno baseado no COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations*).

No 1º trimestre de 2025, foram examinados um total de 704 processos de aposentadorias e pensões no âmbito previdenciário.

¹ A Ordem de Serviço nº 01/2024 - Memorando Circular nº 14/2024 (PAE nº 2024/664654), determinou que todos os processos de concessão e revisão, seja de benefícios previdenciários ou congêneres, seja encaminhado ao NCI para análise de conformidade. Sendo os processos de Reserva e Reforma da DPSM, só serão encaminhados a partir de julho de 2024.

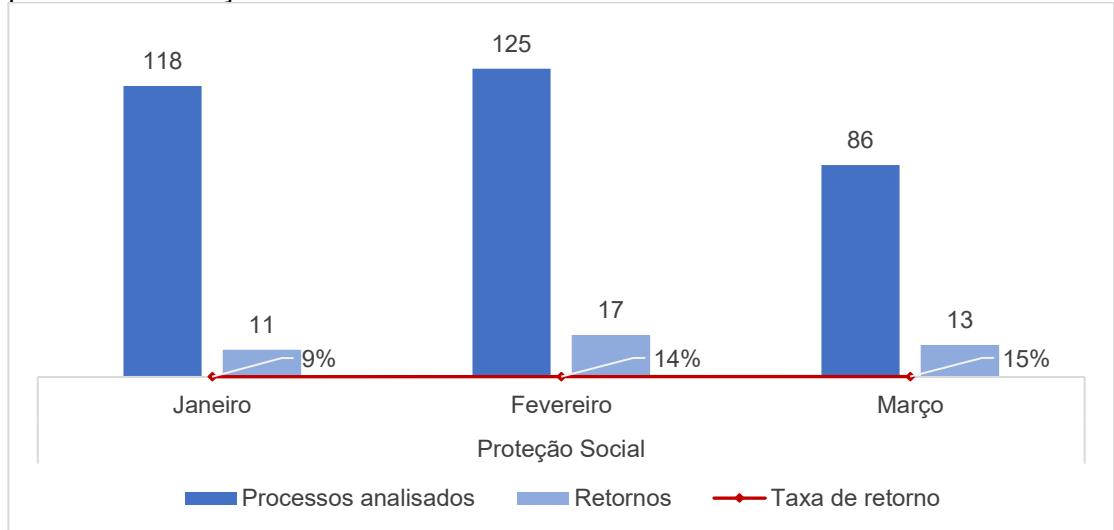
Gráfico 37: Quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos de aposentadorias – 1º trimestre de 2025.



Fonte: NCI/IGGEPS.

Quanto à esfera previdenciária, nota-se que dentre os processos encaminhados à apreciação, a média de retornos à Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CCAH) é de 52%. Esses retornos ocorrem, em sua maioria, devido a diversas razões, incluindo discrepâncias na fundamentação legal e no valor do benefício, erros nos cálculos apresentados, divergências na interpretação da norma por parte dos técnicos previdenciários, ou ainda, para esclarecimentos adicionais, visando sempre a conformidade do processo para assinatura da Portaria de concessão pelo Presidente do Instituto e, posterior, registro pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Gráfico 38: Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos Proteção Social – 1º trimestre de 2025.



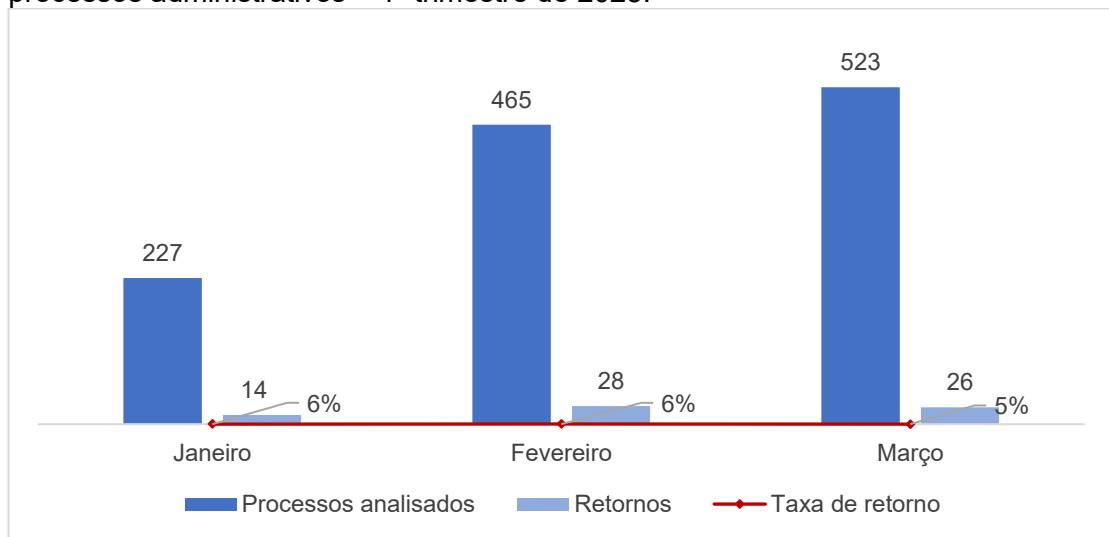
Fonte: NCI/IGGEPS.

No 1º trimestre de 2025, foram examinados um total de 329 processos de reservas e reformas no âmbito da proteção social. A variação nas análises e o quantitativo de retornos nos processos de reserva e reforma é menor do que nos processos previdenciários. A

variação no quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos de reserva e reforma dos militares mostra uma demanda mais estável, com um leve aumento de janeiro a fevereiro, seguida de uma queda mais acentuada de fevereiro a março.

A atuação do Núcleo de Controle Interno é permanente e diligente não apenas nos processos que versam sobre benefícios concedidos a civis e a militares, mas diante de toda e qualquer demanda encaminhada para apreciação pelos Agentes Públicos de Controle, conforme pode ser visto no Gráfico 25. Esse comprometimento visa garantir uma gestão mais confiável e dentro dos parâmetros legais, com o objetivo de assegurar a correta utilização dos recursos públicos de maneira eficaz e transparente, propiciando a colaboração com o controle externo e viabilizando o controle social.

Gráfico 39: Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos administrativos – 1º trimestre de 2025.



Fonte: NCI/IGEPS.

Quanto à esfera administrativa, impede destacar que os retornos ocorreram normalmente devido à instrução processual precária com inconsistências nos documentos; necessidade de ajustes nos documentos orçamentários/ financeiros; falha na elaboração de relatório de viagem em processos de concessão de diárias a servidor; e inconsistência de dados nas conciliações bancárias das unidades gestoras.

7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL

A imagem institucional do IGEPPS diz respeito à forma como os segurados, beneficiários e a sociedade em geral percebem a instituição.

7.5.1 Premiação e certificações

O Instituto de Certificação Qualidade Brasil - ICQ recertificou o Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS no Nível II por meio de auditoria, tendo atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS 3.5, aprovado pela Portaria SRPC/MPS nº 79, de 15/01/2024, publicada no DOU do dia 17/01/2024, Seção 1, com

vigência a partir do dia 17 de janeiro de 2024.

Figura 6: O Pró-Gestão RPPS



Fonte: IGEPPS.

7.5.2 Pesquisa de satisfação

No primeiro trimestre de 2025, o *Call Center* IGEPPS recebeu 14.524 demandas por meio do chat e telefone. A pesquisa de satisfação foi aplicada a 7.121 pessoas atendidas pelos dois canais de atendimento (chat e telefone), alcançando 82% no índice global de satisfação positiva do usuário em relação ao serviço.

7.5.3 Recuperação de crédito

Considerando os 167 processos aptos à recuperação via folha de pagamento no 1º trimestre de 2025, foi devolvido aos cofres públicos o valor de R\$ 4.806.799,52 (quatro milhões, oitocentos e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos). Em comparação com o valor recuperado no ano de 2024, que totalizou R\$ 1.424.479,63, observou-se um aumento expressivo de aproximadamente 237,8% no valor restituído aos cofres públicos.

7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS

O cumprimento de decisões judiciais possui atuação estratégica intimamente relacionada ao aperfeiçoamento do modelo de gestão praticado pelo Instituto, haja vista preconizar ações de suma relevância que visam identificar as demandas judiciais com alto grau de ameaça ao equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios e, buscar antecipar medidas junto à gestão e perante o próprio Judiciário no intuito de evitar e/ou minimizar dano ao Fundo Estadual de Previdência Social.

O setor contencioso do IGEPPS, responsável por gerir prazos processuais judiciais no Pará, usa o sistema informatizado SISJURI desde 2018 para supervisão e acompanhamento.

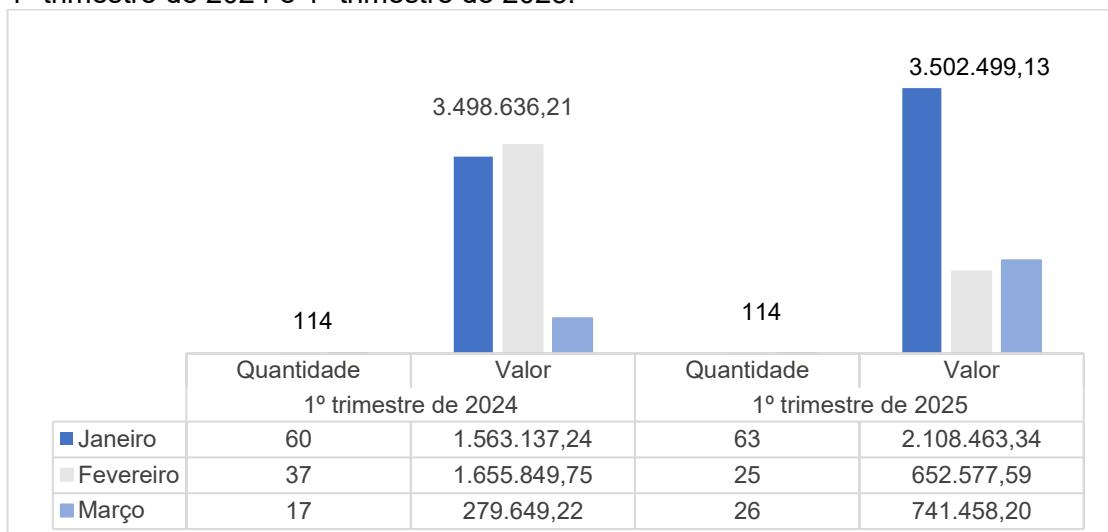
7.6.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV)

A Requisição de Pequeno Valor (RPV) é um pedido de pagamento devido por entidades públicas após condenação judicial. O valor da RPV é estabelecido pelo ente devedor, não podendo ser inferior ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social. Valores maiores são pagos por meio de precatório.

No estado do Pará, o pagamento da RPV ocorre quando os valores compreendem até 40 salários-mínimos. No setor de RPV da Coordenadoria de Execução (CEXEC) da Procuradoria Jurídica do IGEPPS, são realizadas às análises dos processos, bem como o encaminhamento para a execução.

No 1º trimestre de 2025, foram analisados 114 processos, totalizando aproximadamente R\$ 3.502.499,13 (três milhões, quinhentos e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e treze centavos), um aumento de 1% em relação ao mesmo período de 2024, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 40: Quantitativo de Requisição de Pequeno Valor (RPV) analisados (R\$) – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



Fonte: CEXEC/PROJUR/IGEPPS.

No 1º trimestre de 2025, os RPVs pagos ou em andamento totalizaram R\$ 435.079,71 (quatrocentos e trinta e cinco mil, setenta e nove reais e setenta e um centavos), representando uma redução de 84% em comparação ao mesmo período de 2024. Por outro lado, os RPVs no montante de R\$ 3.067.418,42 (três milhões, sessenta e sete mil, quatrocentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos) permanecem pendentes de pagamento, indicando um aumento de 266% em relação ao mesmo período de 2024, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 41: Montantes de valores do RPV pagos, não pagos ou em andamento (R\$) – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



Fonte: CEXEC/PROJUR/IGEPPS.

7.6.2 Requisições de Impugnações

Na tabela abaixo, os processos do setor de Impugnação são agrupados segundo as seguintes modalidades: piso salarial, pensão por morte, Lei nº 7.807 e Lei nº 8.229, Cálculo do contador e “Outros”.

Tabela 98: Quantidade de processos por modalidade do setor de Impugnação – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.

Modalidade	1º trimestre 2024				1º trimestre 2025			
	Janeiro	Fevereiro	Março	Total	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Lei nº 7.807	2	-	1	3	1	3	4	8
Lei nº 8.229	1	-	2	3	1	1	1	3
Cálculo contador	11	23	18	52	10	30	10	50
Outros	35	7	37	79	6	23	36	65
Pensão por morte	6	4	12	22	17	12	12	41
Piso salarial	15	-	14	29	2	-	2	4
Progressão Salarial	-	-	-	-	1	1	3	5
RPV	-	-	-	-	1		1	2
Sem Classificação	-	-	-	-	-	3	2	5
Danos Morais	-	-	-	-	-	2	2	4
Exe. Honorários	-	-	-	-	-	1	-	1
Aposentadoria	-	-	-	-	-	3	5	8
Total	70	34	84	188	39	79	78	196

Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

No 1º trimestre de 2025, foram realizados os cálculos de 196 processos, um aumento de 4% em relação ao mesmo período de 2024, a maior parte referente ao tema outros que representou 33% da demanda do setor. A despeito do grande volume de processos, é importante ressaltar que não existem pendências para os cálculos de Impugnação do referido período, o que representa uma grande efetividade no fluxo processual.

Após análise, o IGGEPS reconheceu que deve pagar R\$ 24.163.998,08 (vinte e quatro milhões, cento e sessenta e três mil, novecentos e noventa e oito reais e oito centavos) aos segurados envolvidos no processo. Esse valor será usado para análise. O valor executado é o que está no cumprimento da sentença judicial. O setor de Impugnação do IGEPPS faz os cálculos para saber o valor correto e identificar se houve pagamento a mais. O excesso ocorre quando o juiz determinou um valor maior que o calculado pelo setor.

Tabela 99: Valor Executado, Valor Calculado e Excesso – 1º trimestre de 2025.

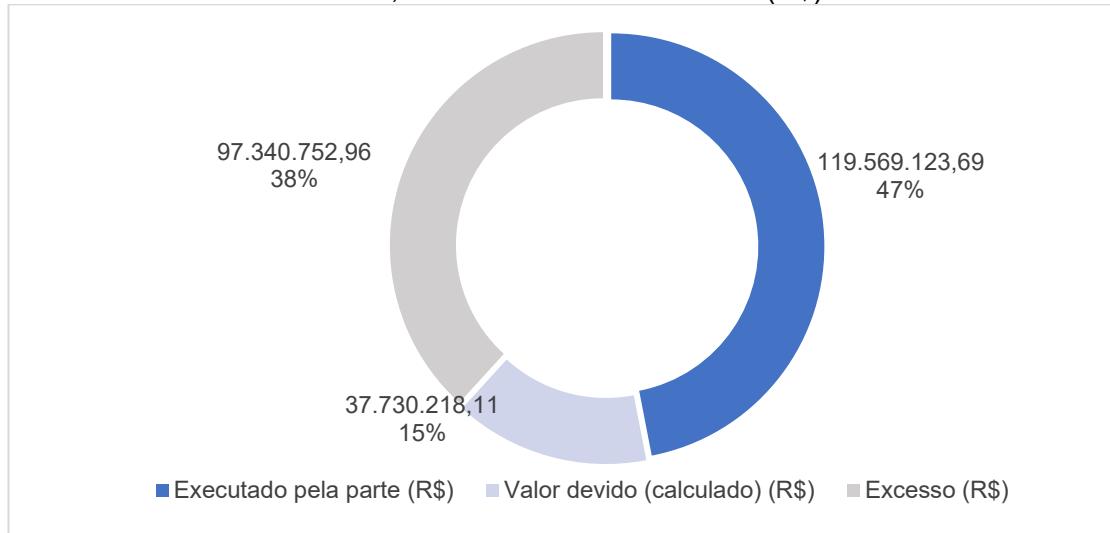
Mês	Tema	Executado pela parte (R\$)	Valor devido (calculado) (R\$)	Excesso (R\$)
Janeiro	Lei nº 7.807	129.288,52	64.952,00	64.336,52
	Lei nº 8.229	25.975,04	893,47	25.081,57
	Cálculo contador	2.805.209,66	2.710.278,20	94.955,30
	Outros	160.243,36	395.401,66	17.570,81
	Pensão por morte	81.626.080,04	13.873.604,03	81.448.118,27
	Piso salarial	119.202,33	236.724,66	4.982,07
	Progresão Funcional	1.493.078,79	-	1.493.078,79
	RPV	78.616,40	70.477,81	8.138,59
	Total	86.437.694,14	17.352.331,83	83.156.261,92
Fevereiro	Lei nº 7.807	102.694,12	540.811,75	-
	Lei nº 8.229	772,53	1.245,26	-
	Aposentadoria	56.138,25	51.282,80	4.855,45
	Cálculo contador	1.431.102,08	992.960,85	452.939,03
	Danos Morais	13.967,00	13.650,27	316,73
	Outros	1.986.973,77	1.418.206,21	705.780,18
	Pensão por morte	18.291.930,93	9.781.400,10	8.586.232,83
	Progre .Funcional	75.021,68	-	75.021,68
	Execução dos Honorários	-	7.751,40	-
Março	Total	21.958.600,36	12.807.308,64	9.825.145,90
	Lei nº 7.807	321.424,96	355.944,08	48.783,13
	Lei nº 8.229	31.338,84	17.931,24	13.407,60
	Aposentadoria	119.466,58	44.479,08	74.987,50
	Cálculo contador	2.486.872,61	1.844.625,15	661.466,53
	Danos Morais	6.906,06	7.119,60	-
	Outros	2.938.647,29	1.620.488,19	1.381.779,27
	Pensão por morte	5.066.414,41	3.413.843,76	2.071.029,22
	Piso salarial	95.758,06	150.176,37	-
	Progre .Funcional	106.000,38	115.970,17	107.891,89
	Total	11.172.829,19	7.570.577,64	4.359.345,14
	Total Geral	119.569.123,69	37.730.218,11	97.340.752,96

Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

Para o 1º trimestre de 2025, em termos aproximados, registraram-se os seguintes valores: R\$ 119.569.123,69 (cento e dezenove milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, cento e vinte e três reais e sessenta e nove centavos) de valor executado; R\$ 37.730.218,11 (trinta e sete milhões, setecentos e trinta mil, duzentos e dezoito reais e onze centavos) de valor calculado e R\$ 97.340.752,96 (noventa e sete milhões, trezentos e quarenta mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos) de excesso. Na tabela abaixo, estão apresentados, em suma, esses valores, que foram apurados com base em métodos rigorosos de cálculo, fundamentados na legislação vigente. É importante destacar que o setor de Impugnação do IGEPPS tornou-se referência para diversos órgãos estaduais que lidam com cálculos de processos judiciais.

Por meio do setor de impugnação, foi possível identificar uma diferença de R\$97.340.752,96 (noventa e sete milhões, trezentos e quarenta mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos), 38% a menor do valor executado, encontrada por meio da comparação entre os valores apresentados pelo exequente e os valores calculados pelo IGEPPS. Esse montante será convertido em economia para o instituto, pois não precisará ser pago ao requerente devido à contestação do cálculo apresentado.

Gráfico 25: Valor Executado, Valor Calculado e Excesso (R\$) – 1º trimestre de 2025



Fonte: CEXEC/PROJUR/IGEPPS.

Entretanto, a economia possibilitada pelo subsetor de impugnação, não se refere apenas aos valores advindos da impugnação do cálculo citado; é possível que tal economia seja realizada por meio da concordância do instituto com o cálculo apresentado pela parte, quando ela apresenta valor menor do que o cálculo feito pelo setor de execução. Portanto, temos valores de economia advindas das duas formas citadas.

Tabela 100: Valor Executado, Valor Calculado e Economia - 1º trimestre de 2025.

Mês	Executado pela parte (R\$)	Valor Devido (calculado)	Economia (R\$)
Janeiro	86.437.694,14	17.352.331,83	97.227.161,53
Fevereiro	21.958.600,36	12.807.308,64	10.499.000,07
Março	11.172.829,20	7.570.577,63	5.116.438,71
Total	119.569.123,70	37.730.218,10	112.842.600,31

Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

Portanto, no 1º trimestre de 2025 houve economia ao instituto no valor de R\$ 112.842.600,31 (cento e doze milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, seiscentos reais e trinta e um centavos) valor a maior quando comparado apenas com o excesso apresentado na tabela acima, pois conforme destacado anteriormente, é proveniente tanto da impugnação quanto da concordância do cálculo do exequente, subsidiada pelo cálculo feito pelos técnicos da coordenadoria de execução.

7.6.3 Precatório

O precatório é a espécie de requisição de pagamento de quantia certa feita ao ente público, em virtude de decisão judicial definitiva e condenatória, que possibilita ao requerente receber o crédito da condenação. Os precatórios são emitidos pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) e encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE) para pagamento; no entanto, a partir de janeiro de 2024, o pagamento de precatórios passou a ser responsabilidade do IGEPPS, por meio da CEXEC.

Os precatórios inscritos até 2 de abril do ano corrente deverão ser pagos até o final do exercício do ano seguinte; os inscritos após essa data deverão ser pagos até o final de dois exercícios seguintes, em conformidade com a resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Portanto, o novo subsetor está lidando com as diligências de processos judiciais que já se encontram na fase de cumprimento de sentença e que foram encaminhados ao instituto. Devido à mudança de competência de pagamento ocorrida, os precatórios com prazo de pagamento até o final do exercício de 2024 ainda serão pagos pela PGE, em virtude da disponibilidade orçamentária. O novo subsetor está tratando apenas dos precatórios cujo pagamento deve ocorrer a partir do final de 2025.

O setor vem se estruturando e está em fase de formação de fluxo para o melhor atendimento da nova demanda, que trouxe consigo novas responsabilidades, tais como o cálculo de correção monetária e juros da dívida para prosseguimento do pagamento, bem como fornecimento de informações que subsidiem a previsão orçamentária para os respectivos pagamentos.

Até o 1º trimestre de 2025, houve o cadastramento de mais 141 processos até 2 de abril de 2024, com o objetivo de serem pagos até o final do exercício de 2025. Os processos

já registrados totalizaram uma estimativa de pagamento em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 30.141.594,90 (trinta milhões, cento e quarenta e um mil, quinhentos e noventa e quatro reais e noventa centavos), como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 101: Detalhamento precatórios cadastrados - 1º trimestre de 2025.

Precatórios	Quantidade	Valor da dívida (R\$)	Honorários (R\$)
Alimentar	135	20.945.851,51	28.483.240,86
Comum	2	181.131,95	290.394,25
Super preferência	4	1.326.840,13	1.367.959,79
Total	141	22.453.823,59	30.141.594,90

Fonte: CEXEC/PROJUR/IGEPPS.

7.6.4 Análises Jurídicas – Atuação da Coordenadoria do Consultivo

O Consultivo do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (CCON/PROJUR-IGEPPS) é responsável por assessorar as diversas áreas do IGEPPS, consolidar entendimentos jurídicos e orientar a alta gestão, demais gestores e equipes técnicas, com o objetivo de zelar pelo controle da legalidade e regularidade dos atos administrativos institucionais, além de colaborar na elaboração de políticas e outras normativas institucionais, conforme disposto no art. 9º do Decreto estadual nº 3.138, de 3 de julho de 2023.

A maior parte das demandas submetidas ao consultivo é previdenciária, com expressiva quantidade relativa a contribuições, aposentadorias e pensões previdenciárias e militares, incorporação de parcelas nos proventos de aposentadoria e pensão, abono de permanência, acumulação de cargos públicos e averbação de tempo de serviço.

Importante registrar que, mediante a edição da lei nº 9.880/2023, que dispõe sobre as atribuições dos cargos de Consultor Jurídico do Estado e de Procurador Autárquico e Fundacional do Estado do Pará, houve a migração do quadro desses procuradores para a Procuradoria Geral do Estado do Pará, vinculando-os técnica e administrativamente à PGE. Assim, toda atuação da procuradoria jurídica prevista na referida lei foi regulamentada pelo Decreto estadual nº 3.138, de 3 de julho de 2023.

Os processos administrativos que contêm dúvidas jurídicas são encaminhados à Coordenadoria do Consultivo para elaboração de parecer ou manifestação, com o assessoramento dos técnicos previdenciários. Ao final, o processo é encaminhado à procuradora-chefe para aprovação.

No 1º trimestre de 2025, a CCON emitiu entendimentos de alta relevância para a gestão do regime de proteção social dos militares e para a gestão previdenciária estadual, destacando-se os seguintes pareceres:

a) **Parecer nº 001/2025- PROJUR/IGEPPS**, em que aborda a interpretação do marco temporal para fins de enquadramento nas regras de transição da Emenda Constitucional nº 103/2019. A análise concluiu que a data de posse — e não a de exercício — deve ser

considerada como referência para a continuidade do vínculo com o serviço público. Nesse sentido, essa compreensão amplia o rol de servidores abrangidos pelas regras de transição mais benéficas, resguardando os direitos à integralidade e à paridade em casos de migração de cargos.

Além de atender ao princípio da legalidade, a conclusão fortalece a previsibilidade nas concessões de aposentadoria e evita questionamentos futuros que poderiam comprometer a segurança jurídica dos atos administrativos. Ao reconhecer a posse como marco determinante, o parecer harmoniza a interpretação normativa com os princípios constitucionais de proteção ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito.

b) **Parecer nº 002/2025- PROJUR/IGEPPS** orientou acerca do Superior Tribunal de Justiça prevalecer a corrente segundo a qual, de fato, é possível à Administração Pública efetuar o desconto no contracheque dos servidores de valores pagos indevidamente. Sendo assim, tal procedimento está condicionado à ciência do interessado, oportunizando-lhe a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório, em prévio procedimento administrativo ou precedido de autorização do servidor público.

Entretanto, a orientação sobre o resarcimento de valores, conforme o parecer nº 094/2021-PGE-PA, é, como já sinalizado acima, de se expedir notificação concedendo prazo para que o aposentado ou pensionista autorize o desconto parcelado ou apresente defesa escrita. Assim, havendo autorização expressa do interessado, o desconto poderá ser implementado imediatamente. Por outro lado, na ausência de autorização, será necessário que o processo administrativo prossiga.

Logo, com o intuito de diminuir a ocorrência de casos como este, foi sugerido estabelecer um fluxo entre o IGEPPS e os demais órgãos da Administração direta e indireta do Estado para a comunicação de todos os pedidos de pensão por morte, hipótese em que os requerentes já podem ser notificados para a restituição de eventuais valores pagos indevidamente após o óbito.

c) **Parecer nº005/2025-PROJUR/IGEPPS**, onde foi analisada a ausência da Declaração de Tempo Utilizado (DTU) e a possibilidade de substituí-la por outros meios de prova. A manifestação reafirma a prevalência do princípio da razoabilidade e reconhece o direito do servidor de comprovar o tempo de serviço por meio de documentos alternativos, especialmente em casos de extravio por culpa do órgão público.

Esse entendimento viabiliza o reconhecimento de direitos previdenciários mesmo diante da falta de documentação formal, desde que existem provas suficientes do efetivo exercício da atividade. A medida evita prejuízos indevidos aos servidores e reforça o papel protetor da administração pública na relação com seus segurados.

d) **Parecer nº006/2025-PROJUR/IGEPPS**, tratando da incorporação irregular de gratificações (GNS e GTI) aos proventos de aposentadoria, reforça-se a impossibilidade de

considerar vantagens transitórias como base para cálculo dos proventos. A análise reforça a legalidade e coíbe a criação de expectativas indevidas por parte dos servidores.

Além disso, a manifestação orienta a administração a adotar práticas uniformes na avaliação de incorporações, evitando distorções que comprometam o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Dessa forma, assegura-se maior controle na concessão de benefícios e preservação do interesse público.

e) **Manifestação nº 07/2025-PROJUR/IGEPPS** (Proc. 2014.350709), com base no Tema 965 do STF, reafirmou-se a possibilidade de aplicação cumulativa das regras das ECs 41/2003 e 47/2005 com o art. 40, § 5º, da CF, desde que preenchidos os requisitos legais. Esse entendimento oferece segurança jurídica às concessões de aposentadoria de professores, em consonância com os precedentes da Corte Suprema.

A orientação permite que o servidor utilize critérios mais favoráveis ao seu caso concreto, desde que respeitados os marcos legais e constitucionais. A medida contribui para a redução de litígios judiciais relacionados ao tempo de contribuição e à regra de transição aplicável.

f) **Manifestação nº 11/2025-PROJUR/IGEPPS** destacou-se pela validade da orientação anteriormente fixada no Parecer Referencial nº 046/2018-PROJUR/IGEPPS, que tratava da reforma administrativa disciplinar e seus reflexos previdenciários. Com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 142/2021, surgiram dúvidas sobre a aplicabilidade do entendimento anterior, especialmente diante das mudanças relevantes nas normas que regem o regime próprio de previdência dos servidores estaduais.

Diante disso, a manifestação orientou pela desconsideração do referido parecer referencial, por reconhecer que ele não refletia mais o ordenamento jurídico vigente. Essa atualização reforça o compromisso do IGEPPS com a legalidade e a atuação técnica baseada em normas atualizadas. Ao abandonar entendimentos ultrapassados, o instituto promove maior confiança no sistema e evita a adoção de decisões administrativas desconectadas do novo ordenamento jurídico.

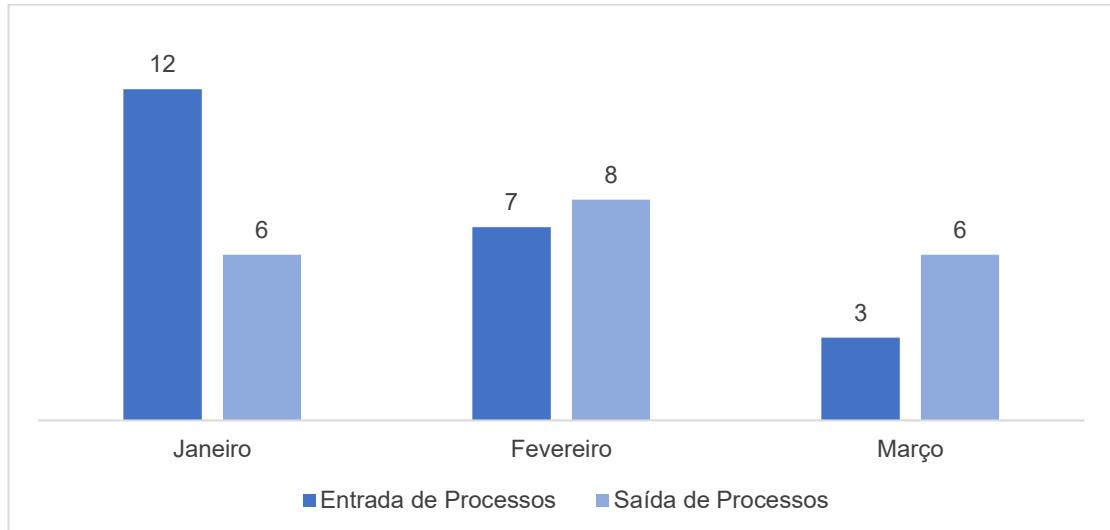
Destaca-se que o Consultivo não economiza esforços para garantir a manutenção do equilíbrio econômico e atuarial dos fundos previdenciário e de proteção social, buscando compatibilizar esse objetivo com as necessidades dos segurados, além de auxiliar a gestão em seus procedimentos administrativos conforme a legislação aplicável.

Reiteramos a necessidade de se avaliar a atuação deste Setor Consultivo quanto à apresentação dos principais resultados obtidos por cada área, bem como à economia gerada ao Fundo e aos benefícios trazidos aos segurados e/ou servidores, sob o aspecto qualitativo relevante e não apenas quantitativo, pois a forma de atuação na geração de resultados para o IGEPPS, especialmente no que tange ao efeito concreto da meta atingida, depende da

análise de questões jurídicas complexas, o que exige cada vez mais tempo e rigor cada vez maiores da equipe de trabalho.

Com relação ao quantitativo das demandas, apresentamos a seguir, em planilha, os processos que deram entrada no consultivo, bem como a saída dos finalizados e tramitados para os setores correspondentes, no período de janeiro a março de 2025.

Gráfico 42: Quantitativo Mensal de Demandas do Consultivo – 1º trimestre de 2025.



Fonte: CCOS/IGEPS.

7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

No Estado do Pará, a Lei Complementar n.º 142/2021, posteriormente alterada pela Lei Complementar n.º 149/2022, instituiu o Sistema de Proteção Social dos Militares, estabelecendo que a gestão dos benefícios referentes à inatividade, auxílio acidente e auxílio morte, pensão por morte e pensão especial de militares é de competência do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPS).

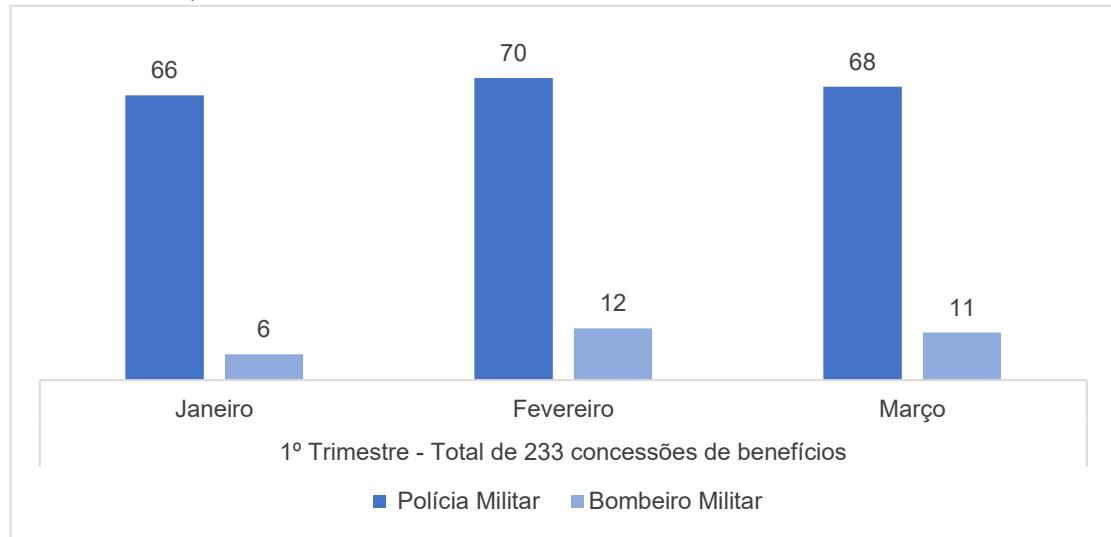
Assim, todas as demandas acima referidas do Sistema de Proteção Social dos Militares são geridas pela Diretoria de Proteção Social dos Militares - DPSM e as Coordenadorias de Proteção Social dos Militares divididas em: Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Reserva e Reforma (COPSM/RESREF) responsável pela análise dos processos de vantagens (reserva e reforma), auxílio-acidente, declaração de tempo utilizado, revisões de vantagens, dentre outros e Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Pensão (COPSM/PENSÃO) responsável pela análise dos processos de direitos (pensão por morte/pensão especial) e os de auxílio morte, continuidade de pensão, revisões de direitos, dentre outros.

O IGEPPS é responsável pela gestão de benefícios como reserva remunerada, reforma, auxílio-acidente (Lei Complementar n.º 149/2022), pensões militares por morte, extravio e especial, além do auxílio morte (Lei Complementar n.º 149/2022).

7.8.1 Benefícios de proteção social - reserva e reforma

No 1º trimestre de 2025, foram analisadas 233 (duzentos e trinta e três) concessões de inatividade pela COPSM-Reserva e Reforma, desse total 204 (duzentos e quatro) são referentes aos processos de Reserva e Reforma da Polícia Militar e 29 (vinte e nove) aos processos de Reserva e Reforma da Bombeiro Militar, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 43: Quantitativo de Benefícios de Reserva e Reforma – 1º trimestre de 2025.

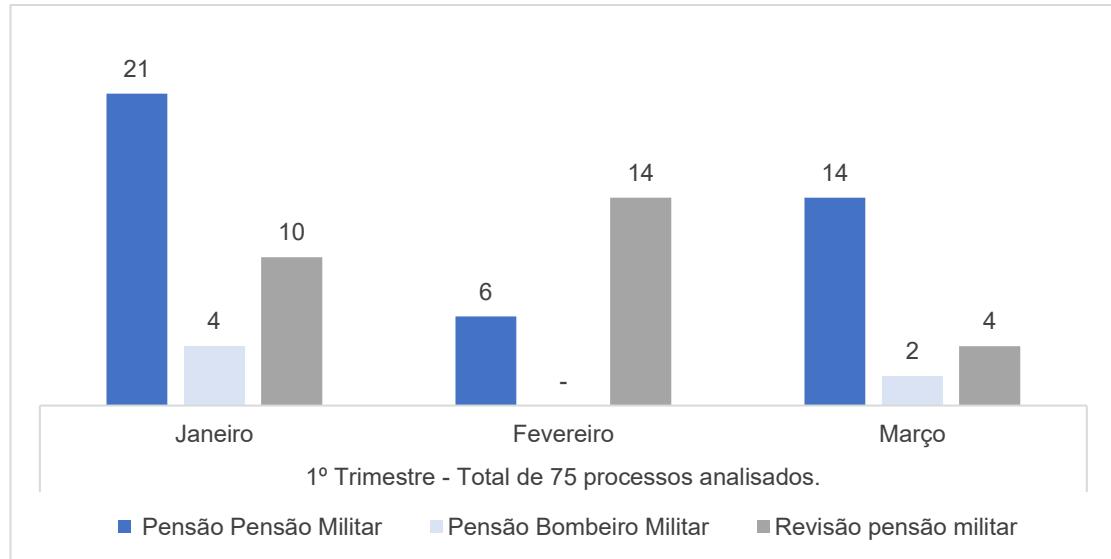


Fonte: EPREV/SISPREVWEB/IGEPPS.

7.8.2 Benefícios de proteção social- pensão por morte

No 1º trimestre de 2025, verificou-se o total de 47 (quarenta e sete) processos de concessões de pensões por morte e 28 (vinte e oito) processos de revisão de pensão por morte militar, totalizando 75 (setenta e cinco) processos analisados pela COPSM-Pensão, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 44: Quantitativo de concessão de Pensão e Revisão de pensão por Morte – 1º trimestre de 2025.



Fonte: EPREV/SISPREVWEB.

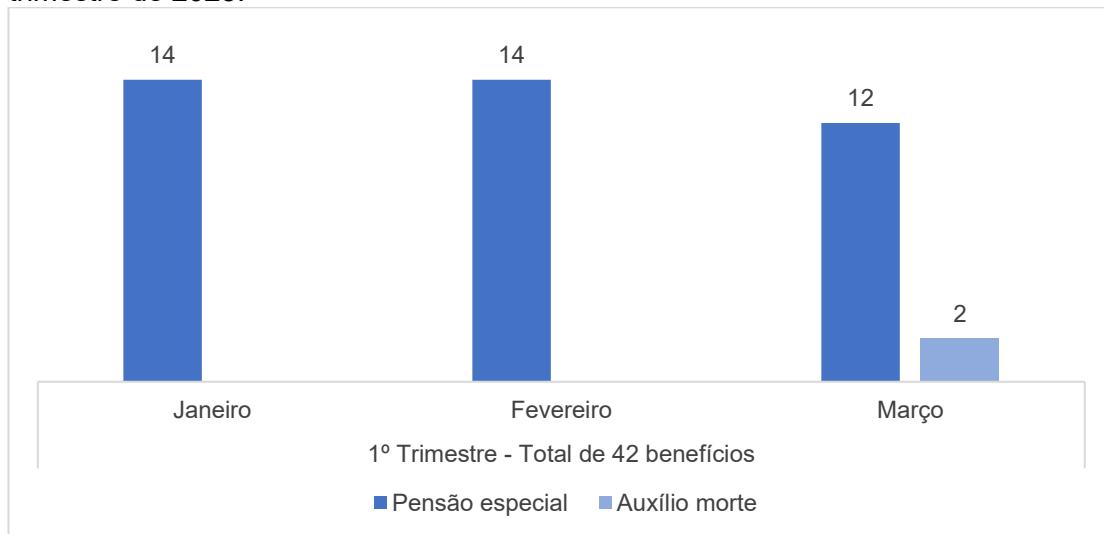
7.8.3 Benefícios de proteção social- pensão especial e auxílio morte

Compete ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), a gestão, a concessão e o pagamento de auxílio-morte aos beneficiários de pensão militar especial, conforme determina a LC nº149/2022. Ademais, farão jus ao pagamento de auxílio morte os beneficiários de pensão militar especial, após o registro da referida pensão pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará, previsto no art. 17 – B da LC nº 149/2022, motivo pela qual se encontra em estoque no setor COPSM/PENSÃO, o total de 137 processos.

Nesse sentido, a Diretoria analisa documentalmente os autos, e encaminha a Procuradoria Jurídica desta autarquia para análise e emissão de parecer jurídico, para que posteriormente seja encaminhado para análise da Procuradoria Geral do Estado. Após o mérito, os autos são encaminhados a Casa Civil para minutar o Decreto concessório e na sequência para registro do Tribunal de Contas. E somente após o registro, retorna os autos a Casa Civil para confecção definitiva do Decreto, bem como publicação no diário oficial e implantação em folha de pagamento por este Instituto.

Assim, considerando o fluxo de pensão especial estabelecido, no mês de janeiro até março foram concedidos 40 (trinta e cinco) processos de pensão militar especial e 2 (dois) processos de auxílio morte, conforme descrito no gráfico abaixo.

Gráfico 45: Quantitativo de Benefícios de Pensão Especial e Auxílio Morte – 1º trimestre de 2025.



Fonte: EPREV/SISPREVWEB/IGEPPS.

7.8.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado-TCE/PA

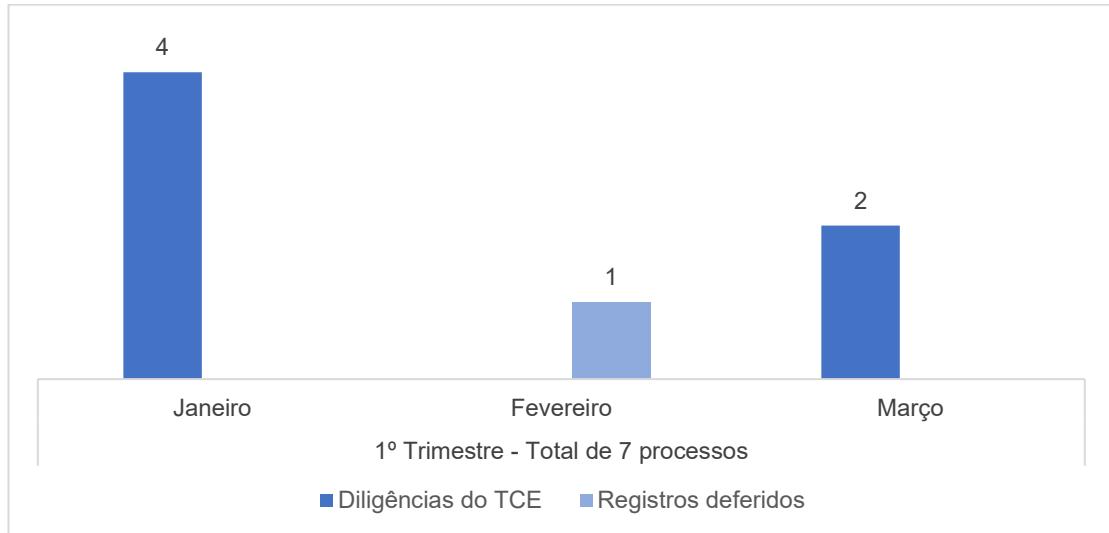
No primeiro trimestre de 2025, a Diretoria de Proteção Social dos Militares assumiu a responsabilidade pelas demandas do Tribunal de Contas do Estado do Pará, referentes aos benefícios de pensão por morte militar e reforma "ex officio".

O setor analisa pedidos processuais do TCE/PA, em que especialistas

previdenciários usam conhecimento jurídico e opiniões do Instituto para aceitar ou rejeitar as decisões da Corte de Contas.

O TCE/PA envia demandas ao setor através do sistema e-Jurisdicionado, não usando o sistema do Poder Executivo Estadual, o PAE. O gráfico a seguir mostra os processos analisados no 1º trimestre de 2025.

Gráfico 46: Quantitativo de Processos analisados – 1º trimestre de 2025.



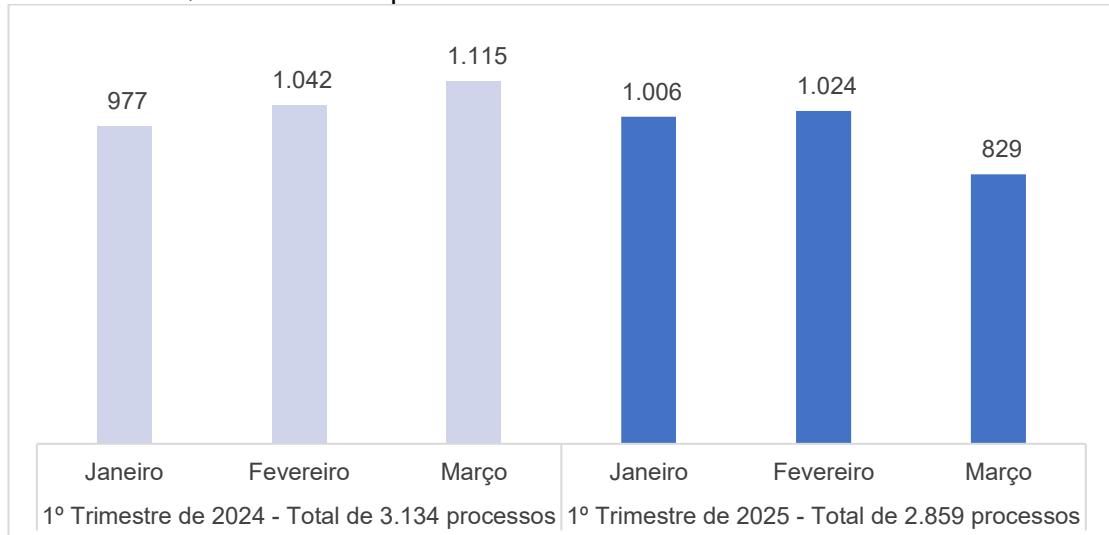
Fonte: EPREV/SISPREVWEB/IGEPPS.

7.9 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

7.9.1 Análise de benefícios previdenciários

A Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CCAH), subordinada à Diretoria de Previdência, supervisiona a análise e revisão de benefícios previdenciários e auxílios, além de fornecer dados para ações judiciais. No primeiro trimestre de 2025, foram analisados 2.859 (dois mil e oitocentos e cinquenta e nove) processos, uma redução de 9% em relação ao mesmo período de 2024, conforme o gráfico abaixo.

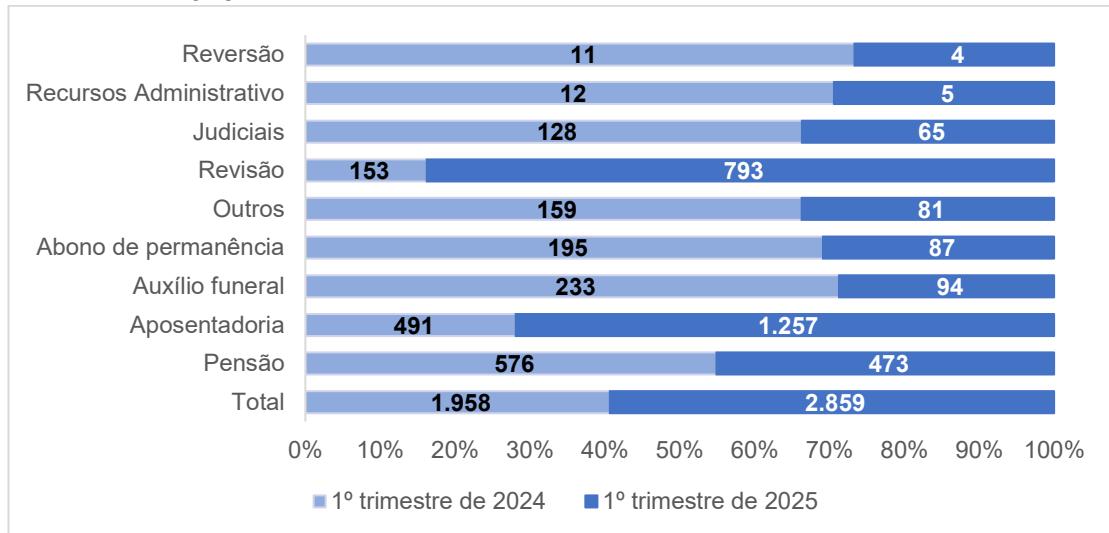
Gráfico 47: Quantitativo dos processos analisados – 1º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS/IGEPPS.

O gráfico abaixo apresenta uma comparação detalhada do quantitativo por tipo de processos analisados entre o primeiro trimestre de 2024 e 2025. Observa-se uma variação em diferentes tipos de processos, refletindo mudanças nas demandas e prioridades ao longo do período.

Gráfico 48: Quantitativo por tipo de processos analisados – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



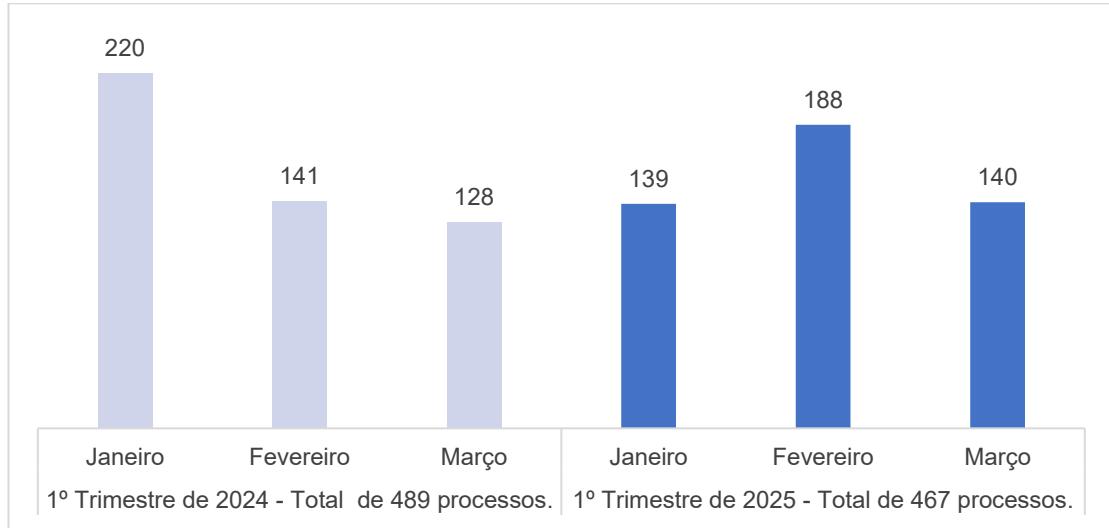
Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

O processo "Judiciais" inclui demandas de aposentadorias e pensões, semelhante ao "Revisão". O "Outros" abrange demandas secundárias, como Declaração de Tempo Utilizado, informações em processos de Pecúnia, "Fale com o Presidente" e composição de benefício.

7.9.2 Concessão de benefícios previdenciários: aposentadoria e pensão por morte

No 1º trimestre de 2025, a CCAH concedeu 467 (quatrocentos e sessenta e sete) aposentadorias dentre as 1.257 (um mil, duzentos e cinquenta e sete) análises empreendidas, sendo que dessas análises também foram concedidas mais 252 (duzentos e cinquenta e duas) aposentadorias que foram publicadas na folha de janeiro. O gráfico a seguir demonstra o número de concessões de aposentadorias por folha de pagamento. Destaca-se que no mês de dezembro não temos folha aberta para concessão de benefícios.

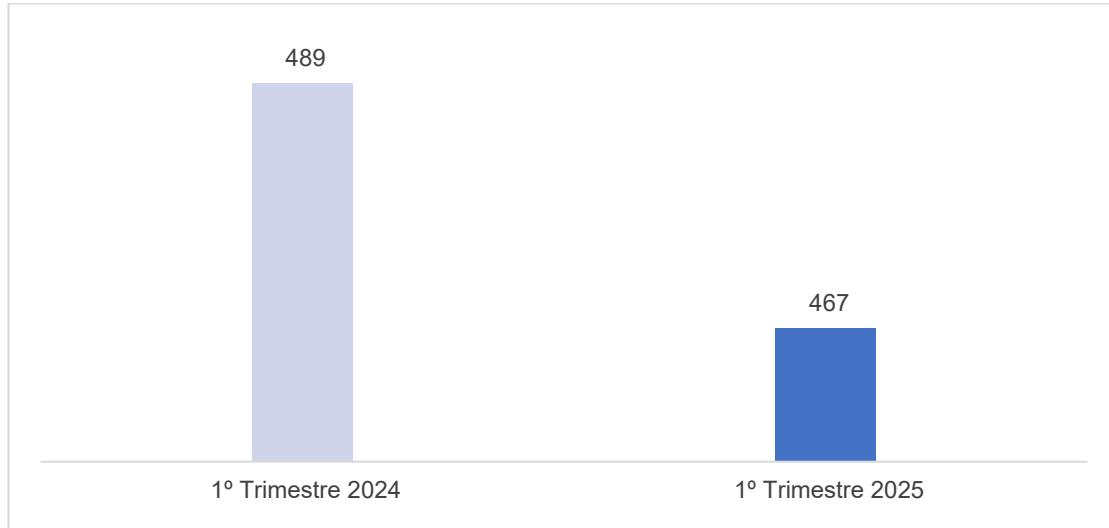
Gráfico 49: Quantitativo das aposentadorias concedidas – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Comparado ao período de 2023 com 174 (cento e setenta e quatro) aposentadorias civis, este ano registra um aumento de cerca de 181% no número de aposentadorias concedidas, devido ao crescimento do número de servidores e ao uso de um sistema unificado para concessões.

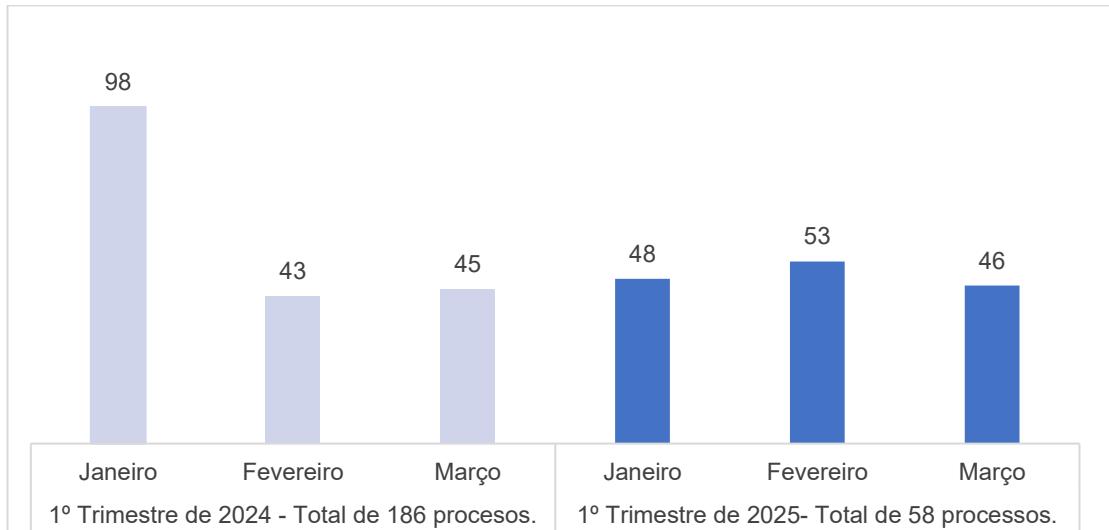
Gráfico 50: Comparativo do quantitativo das aposentadorias concedidas – concedidas – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Nos primeiros três meses de 2025 foram concedidas 147 (cento e quarenta e sete) pensões por morte.

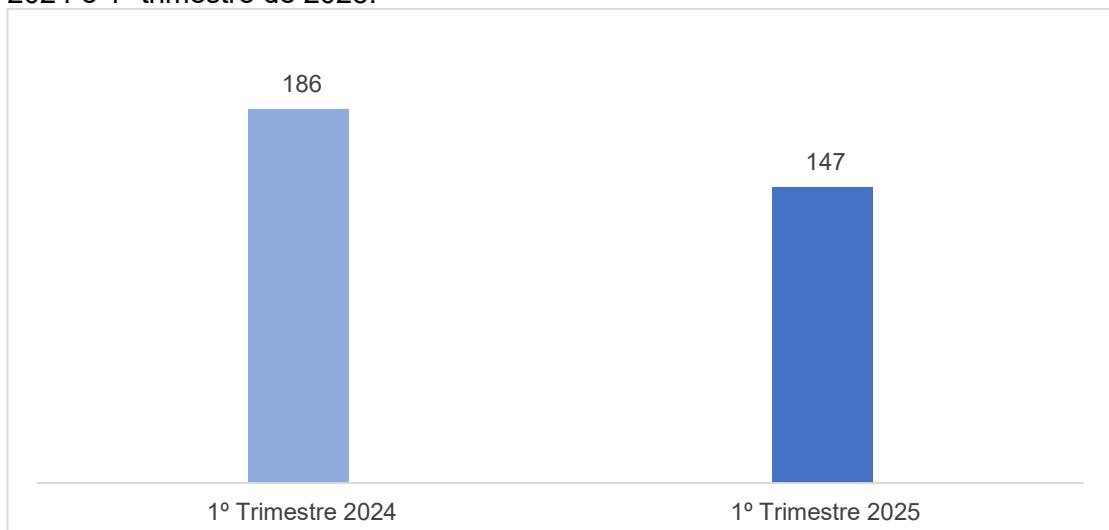
Gráfico 51: Quantitativo das pensões por morte concedidas por folha de pagamento – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Registra-se que se manteve o número de concessões em comparação ao primeiro trimestre de 2024, no qual foram deferidas 147 (cento quarenta e sete) pensões de competência da CCAH.

Gráfico 52: Comparativo do quantitativo das pensões concedidas – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



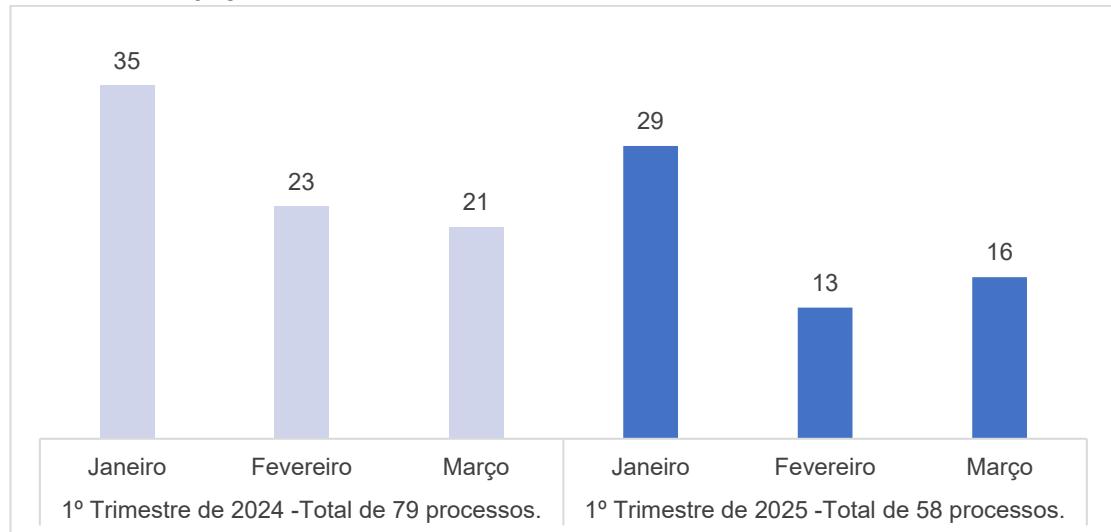
Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Salientamos que o passivo tem sido controlado, restando pendentes apenas os processos (tanto de concessão inicial quanto de revisão) que se encontram, em linhas gerais, aguardando parametrizações do sistema, cujos chamados encontram-se em andamento. O tempo médio de análise também se manteve estável em 4 (quatro) dias desde a chegada do processo nesse setor.

7.9.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral

No primeiro trimestre de 2025, foram 94 (noventa e quatro) processos de auxílios funerais analisados e 58 (cinquenta e oito) foram deferidos, com média de 26 (vinte e seis) deferimentos mensais, como demonstrado no gráfico abaixo.

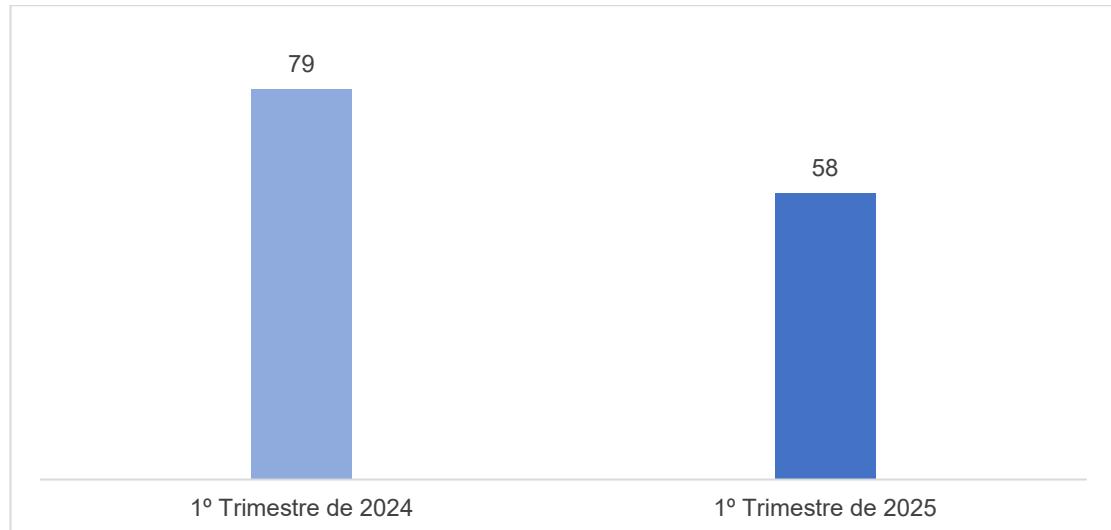
Gráfico 53: Quantitativo de auxílios funerais analisados – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPSS.

Número bastante expressivo que contribuiu para o controle do estoque deste tipo de demanda, que hoje conta com apenas 09 (nove) processos nesse setor. Comparado ao primeiro semestre de 2024, houve uma redução 26% nos deferimentos.

Gráfico 54: Comparativo do quantitativo dos auxílios funerais concedidas 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.

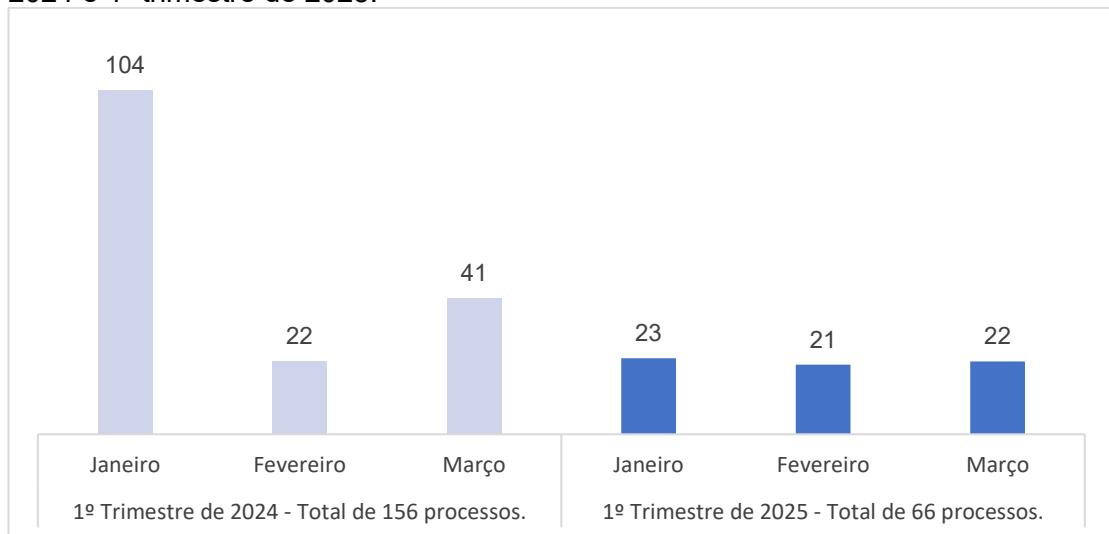


Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPSS.

7.9.4 Abono de Permanência

No primeiro trimestre de 2025, foram analisados 87 (oitenta e sete) pedidos de abonos de permanência, sendo 66 (sessenta e seis) deles deferidos, distribuídos por mês calendário, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 55: Quantitativo dos abonos de permanência concedidos – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.

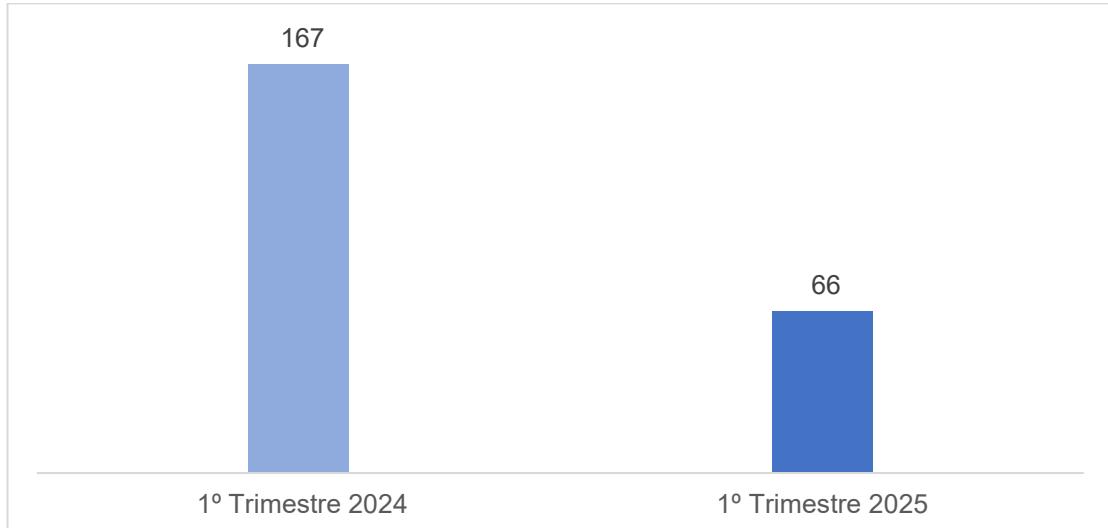


Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Ressaltamos que a quantidade de deferimentos até o momento encontra amparo no Parecer da Procuradoria Geral do Estado do Pará – PGE/PA de nº 626/2023, o qual esclarece que apenas os servidores efetivos fazem jus ao abono de permanência.

No entanto, houve uma redução de 57,7% nas concessões em relação ao mesmo período de 2024, que teve 156 aprovações. Destacamos que o abono de permanência está controlado, com 149 (cento e quarenta e nove) processos para análise (parte desses processos encontram-se aguardando ajustes pelo SISPREV, cujos chamados já se encontram em andamento) e apenas 02 (dois) pedidos de revisão.

Gráfico 56: Comparativo do quantitativo dos abonos de permanência concedidas – – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

7.9.5 Manutenções das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado Do Pará

A folha de pagamento do IGEPPS atua na gestão de quase 55 mil benefícios de inativos e pensionistas, civis e militares, do Estado do Pará. A atividade de gestão abrange a implantação dos benefícios, manutenções e exclusões na folha de pagamento.

Além disso, o setor atua, também, em diversas pastas, as quais serão aqui destacadas algumas delas, quais sejam: I) Vacância, ocorrendo quando há a retirada de um beneficiário da folha; II) Evolução monetária da folha, abrangendo os dados gerais por grupos folha; III) Retroativos, expondo todos os retroativos pagos aos beneficiários, via folha; IV) Decisão Judicial, expondo a quantidade e valores das decisões que foram cumpridas via folha e; V) Recuperação de crédito, atuando na devolução de valores aos cofres públicos.

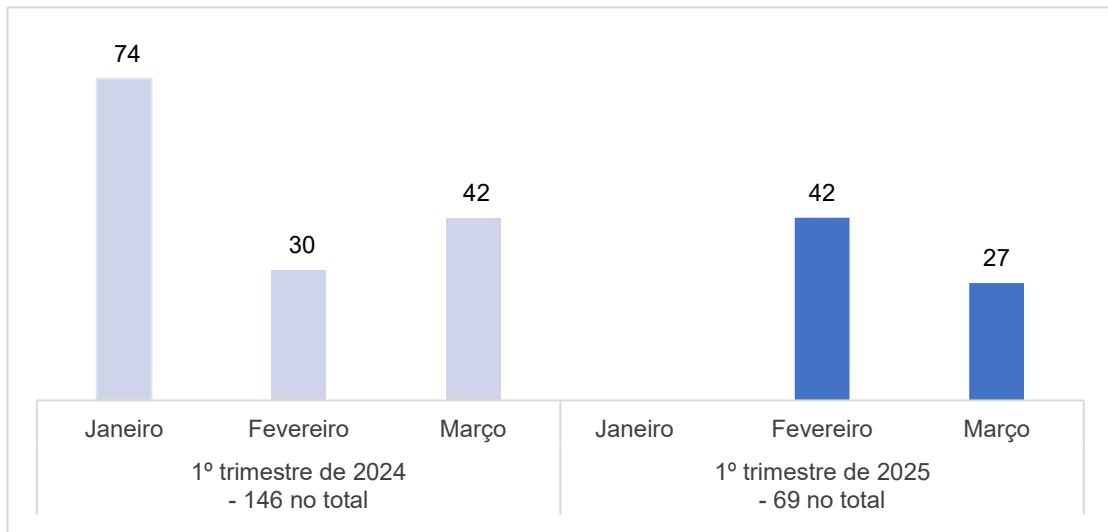
Este relatório apresentará os cinco itens previamente discutidos, cobrindo o período de janeiro a março de 2025, incluindo comparações com o mesmo período em 2024.

7.9.6 Vacâncias

7.9.6.1 Vacâncias de beneficiários – aposentadoria/reserva/reforma

A vacância, a qual trata da retirada de beneficiários da folha de pagamento, no que tange aos inativos, apurou-se 69 (sessenta e nove) vacâncias no primeiro trimestre de 2025. Uma redução de 52,74% em comparação ao primeiro trimestre de 2024, conforme o gráfico abaixo.

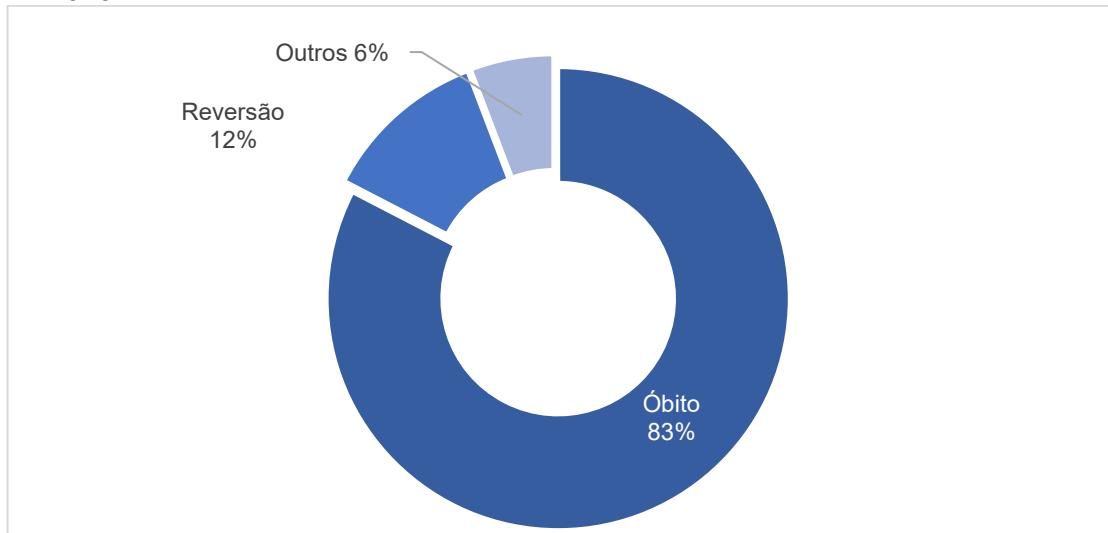
Gráfico 57: Comparativo da Quantidade de Vacância – Inativos – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPPS.

Desses números do primeiro trimestre de 2025, para os inativos, representou-se 83% versam sobre casos de óbito, 12% acerca de reversão ao serviço ativo e 6% não puderam ser classificados pelo sistema SISPREV (outros), conforme o gráfico a seguir.

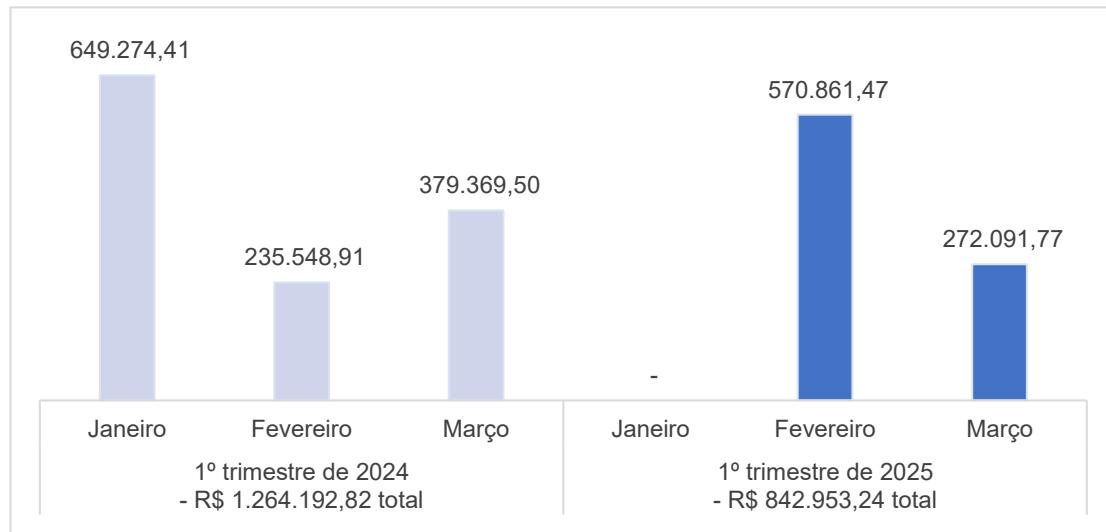
Gráfico 58: Distribuição de Vacâncias - Inativos – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPPS.

No primeiro trimestre de 2024, a economia gerada por vagas não preenchidas de beneficiários inativos somou R\$ 1.264.192,82 (um milhão e duzentos e sessenta e quatro mil e cento e noventa e dois reais e oitenta e dois centavos), com um total de 146 casos. Em contraste, no mesmo período de 2025, o valor economizado foi de R\$ 842.953,24 (oitocentos e quarenta e dois mil e novecentos e cinquenta e três reais e vinte e quatro centavos), com 69 casos registrados, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 59: Comparativo dos valores economizados (R\$) – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



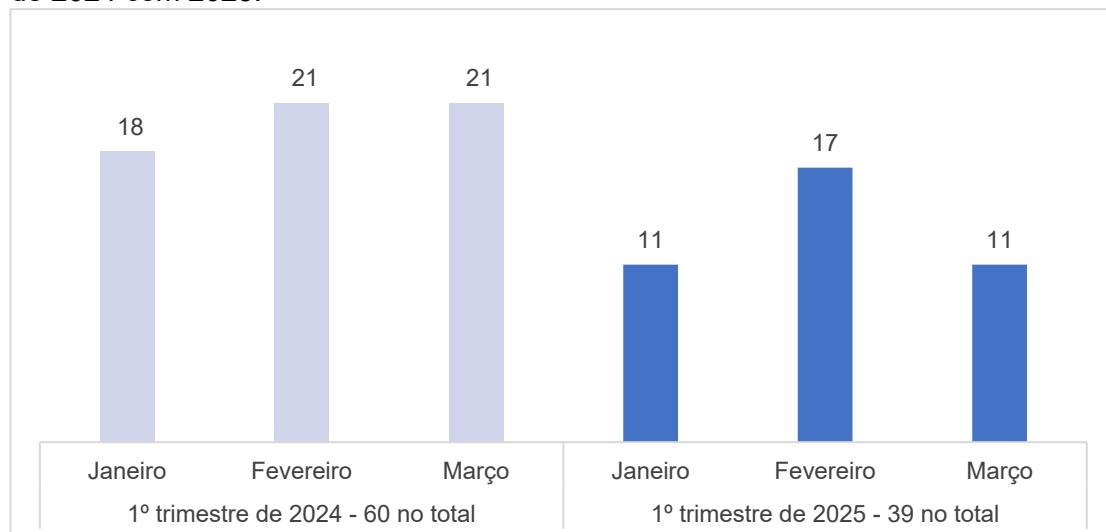
Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPPS.

Esses números referem-se aos óbitos cadastrados no SISPREV, em decorrência de processos de comunicado de óbito, solicitação de pensão por morte, solicitação de auxílio funeral, denúncia, dentre outros.

7.9.6.2 Vacâncias de beneficiários – Pensão por Morte.

No tocante aos benefícios de pensão por morte no 1º trimestre de 2025, totalizaram 39 (trinta e nove) vacâncias. Uma redução de 35% em comparação ao primeiro trimestre de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 60: Comparativo da Quantidade de Vacância - Pensão por Morte - 1º trimestre de 2024 com 2025.

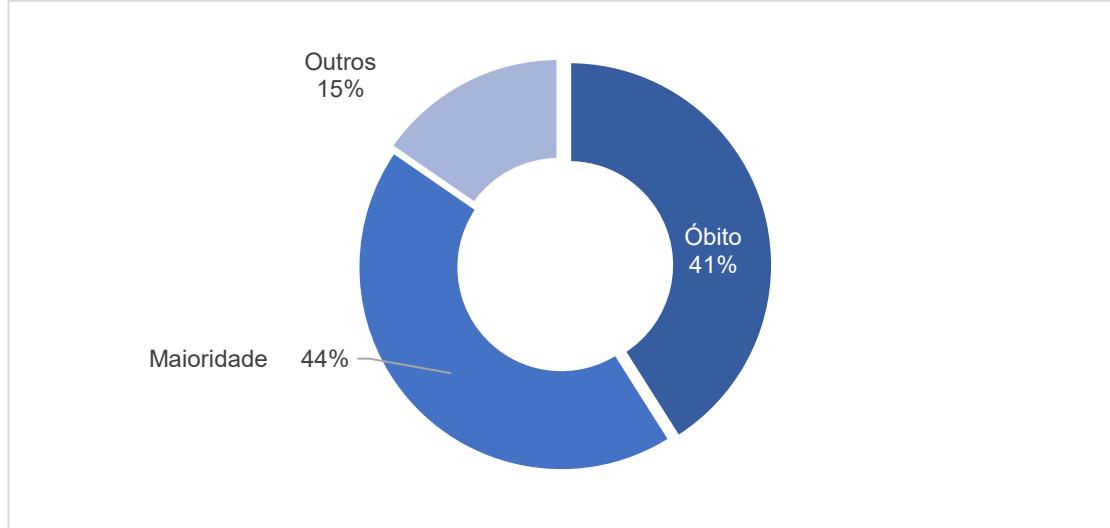


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

No que diz respeito às causas de vacância, com base nos dados do primeiro trimestre de 2025, 41% estão relacionados a casos de falecimento. Além disso, 44% se devem ao

atingimento da maioridade, enquanto os restantes 15% não puderam ser categorizados pelo sistema SISPREV, sendo classificados como 'outros'), conforme o gráfico abaixo.

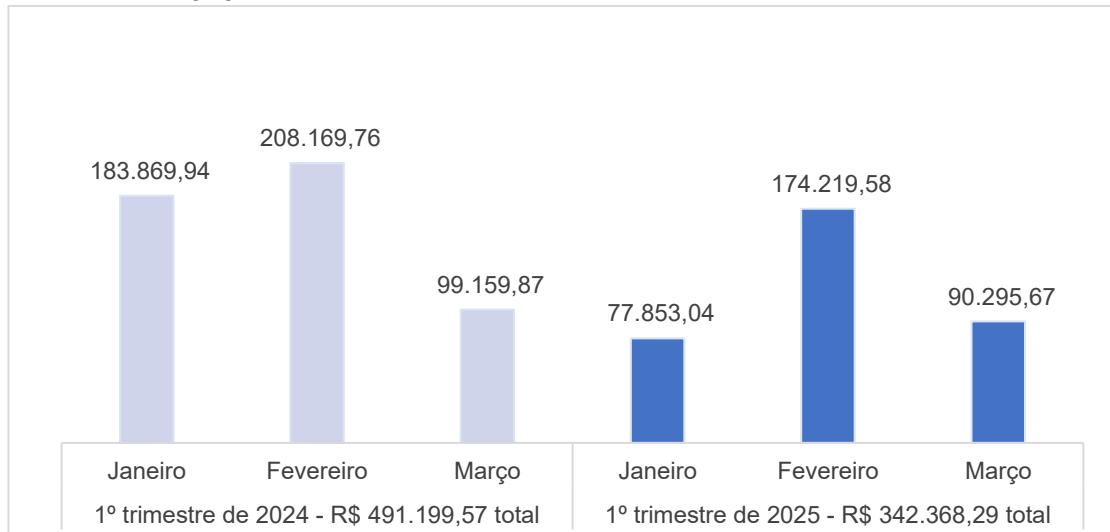
Gráfico 61: Distribuição Vacâncias - Pensão por Morte - 1º trimestre de 2025.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Quanto aos valores economizados, em decorrência das exclusões de beneficiários da folha, apuraram-se os valores demonstrados no gráfico a seguir, por mês, em relação às pensões por morte.

Gráfico 62: Comparativo dos valores economizados (R\$) - 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Ademais, citam-se como medidas adotadas por esta Coordenadoria para aperfeiçoar o controle do número de vacâncias, tanto de inativos como de pensionistas, novamente, a implementação e acompanhamento mensal dos dados do SISOBI, atualmente SIRC, e a realização de auditoria na folha de pagamento.

7.9.7 Evolução Monetária da Folha de Pagamento

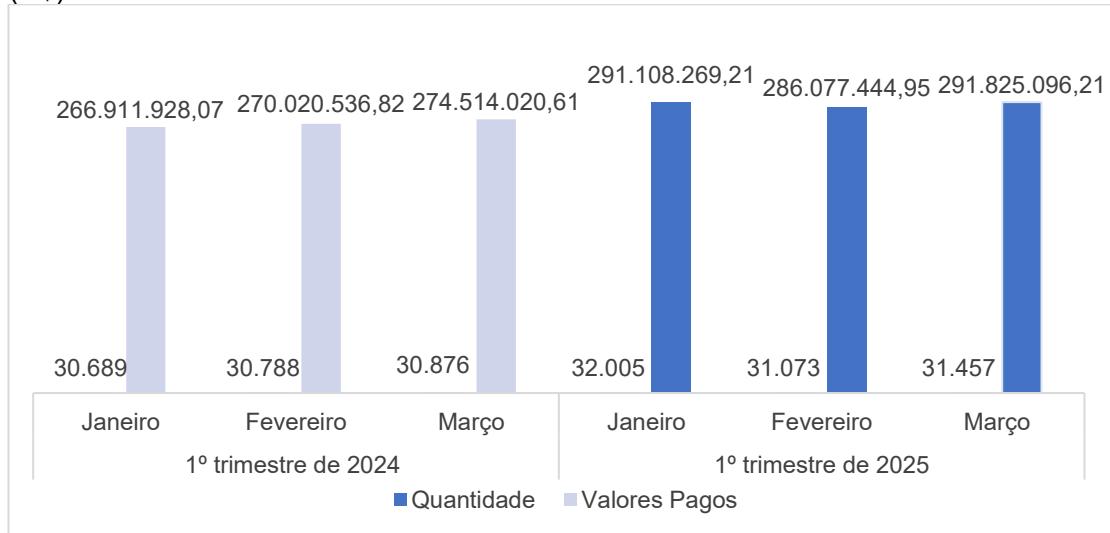
A evolução da folha de pagamento, tanto de segurados inativos quanto de pensionistas, indicamos que a CCOB reformulou os métodos de trabalho das funções de implantação e de pagamentos de valores retroativos, com melhorias significativas e eficientes, como atualização de tabelas salariais, a criação de grupos de trabalho temporários para agilizar a análise e manutenções de processos administrativos e judiciais, propiciando pagamentos devidos e legais aos segurados em tempo hábil.

Para demonstrar os valores efetivados na folha de pagamento de 2025, utilizamos os "valores brutos totais", excluindo as quantias classificadas como "outros descontos". Esses valores não são contabilizados na execução orçamentária e financeira da folha de pagamento, pois se referem a elementos como, por exemplo, os redutores constitucionais.

7.9.7.1 Inativos civis

No primeiro trimestre de 2025, foram realizados 94.535 (noventa e quatro mil e quinhentos e trinta e cinco) pagamentos para inativos civis, representando um aumento de 2,36% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em termos monetários, o valor total pago foi de R\$ 869.010.810,37 (oitocentos e sessenta e nove milhões e dez mil e oitocentos e dez reais e trinta e sete centavos), indicando um aumento de 7,09% em relação ao primeiro trimestre de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 63: Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – quantidade e valor (R\$) - Inativos Civil - 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



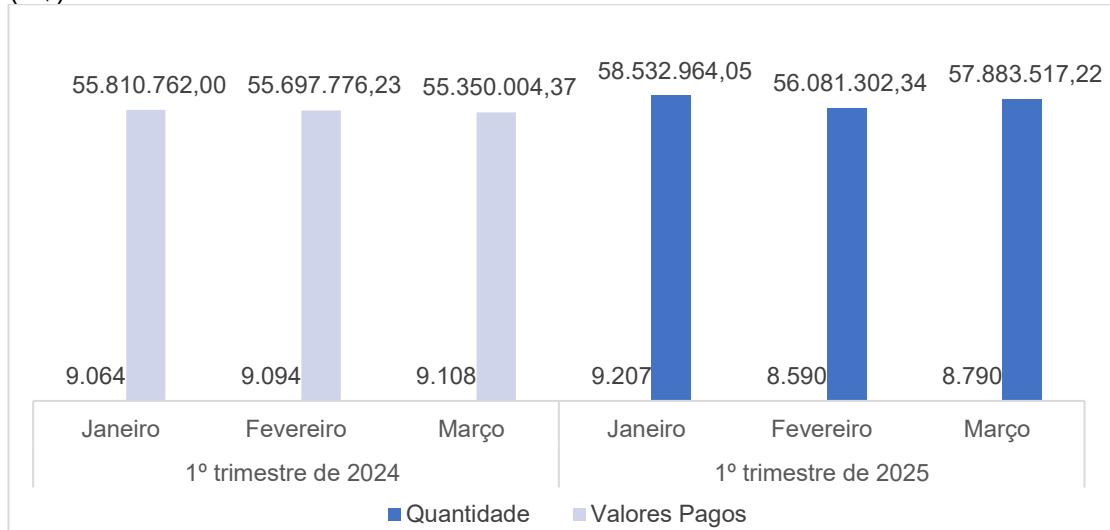
Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.9.7.2 Pensionistas civis

No primeiro trimestre de 2025, foram realizados 26.587 (vinte e seis mil e quinhentos e oitenta e sete) pagamentos para pensionistas civis, representando uma redução de 2,49% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em termos monetários, o valor total

pago foi de R\$ 172.497.783,61 (cento e setenta e dois milhões e quatrocentos e noventa e sete mil e setecentos e oitenta e três reais e sessenta e um centavos), indicando um aumento de 3,38% em relação ao primeiro trimestre de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 64: Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos - quantidade e valores (R\$) – Pensionista Civil - 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.

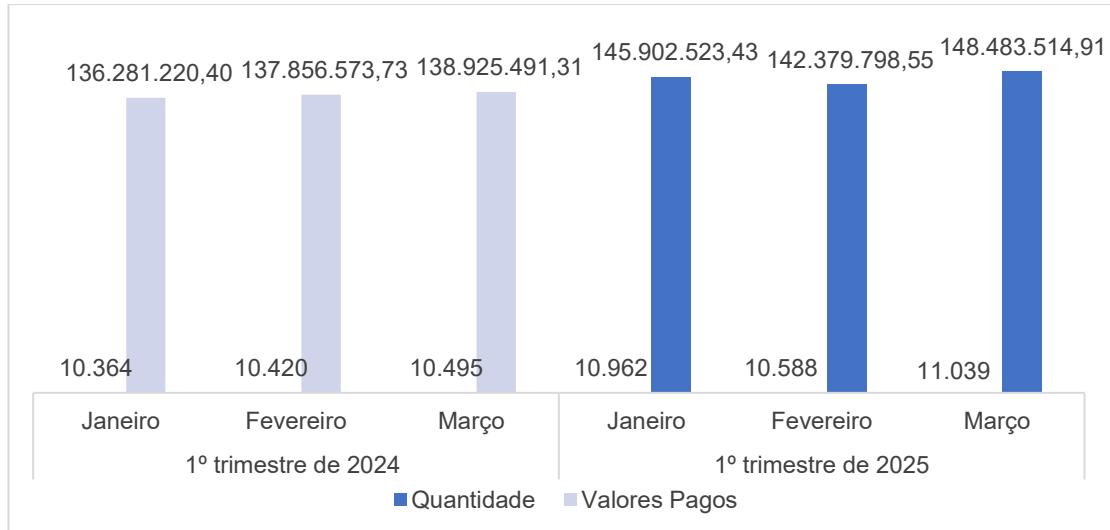


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPS.

7.9.7.3 Inativos Militares

No 1º trimestre de 2025, foram 32.589 (trinta e dois mil e quinhentos e oitenta e nove) pagamentos para inativos militares, aumento de 4,19% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O valor total pago foi de R\$ 436.765.836,89 (quatrocentos e trinta e seis milhões e setecentos e sessenta e cinco mil e oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e nove centavos), aumento de 5,74% em relação ao 1º trimestre de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 65: Comparativo Folha de Pagamentos - quantidade e valores (R\$) – Inativos Militares - 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.

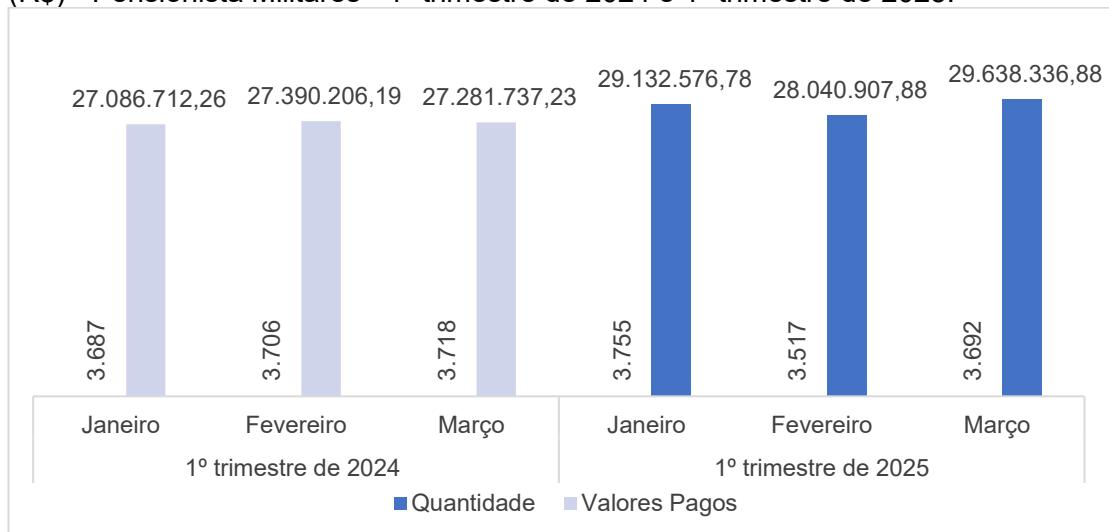


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPS.

7.9.7.4 Pensionistas Militares

No primeiro trimestre de 2025, foram realizados 10.964 (dez mil e novecentos e sessenta e quatro) pagamentos para pensionistas militares, representando uma redução de 1,32% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em termos monetários, o valor total pago foi de R\$ 86.811.821,54 (oitenta e seis milhões e oitocentos e onze mil e oitocentos e vinte e um reais e cinquenta e quatro centavos), indicando um aumento de 6,18% em relação ao primeiro trimestre de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 66: Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos - quantidade e valores (R\$) - Pensionista Militares - 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.

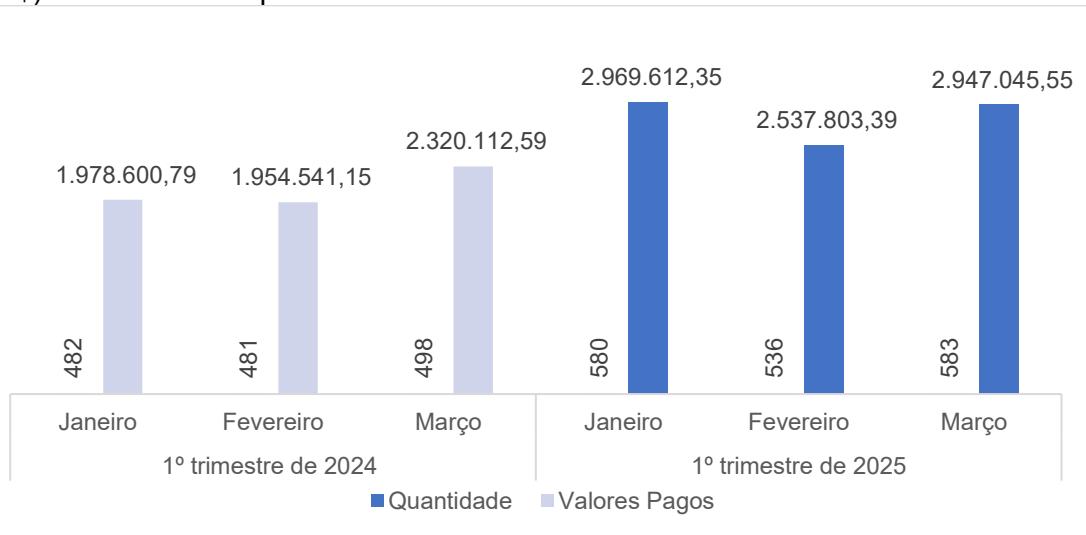


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.9.7.5 Pensionistas Especiais

No primeiro trimestre de 2025, foram realizados 1.699 (mil e seiscentos e noventa e nove) pagamentos para pensionistas militares, representando um aumento de 16,29% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em termos monetários, o valor total pago foi de R\$ 8.454.461,29 (oito milhões e quatrocentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos), indicando um aumento de 35,2% em relação ao primeiro trimestre de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 67: Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – quantidade e valores (R\$) Pensionistas Especiais - 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



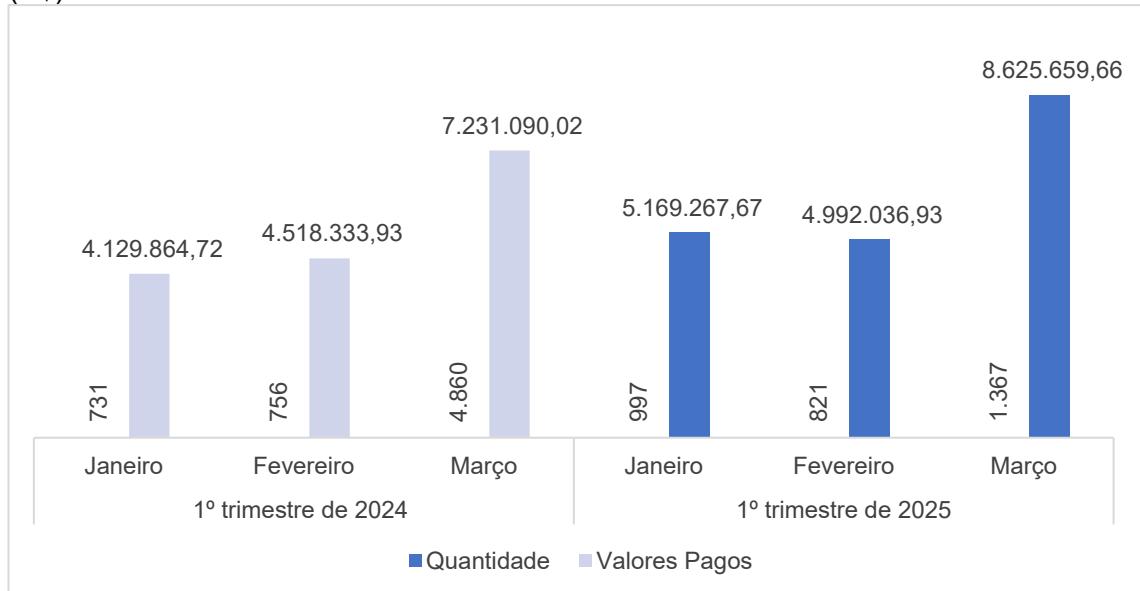
Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPS.

7.9.8 Pagamento de Retroativos

7.9.8.1 Inativos

No primeiro trimestre de 2025, foram realizados 3.185 (três mil e cento e oitenta e cinco) pagamentos de valores retroativos de benefícios previdenciários inativos, representando uma redução de 49,82% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em termos monetários, o valor total pago foi de R\$ 18.786.964,26 (dezoito milhões e setecentos e oitenta e seis mil e novecentos e sessenta e quatro reais e vinte e seis centavos), indicando um aumento de 18,31% em relação ao primeiro trimestre de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 68: Comparativo dos Retroativos de Aposentadorias – quantidade e valores (R\$) - 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.

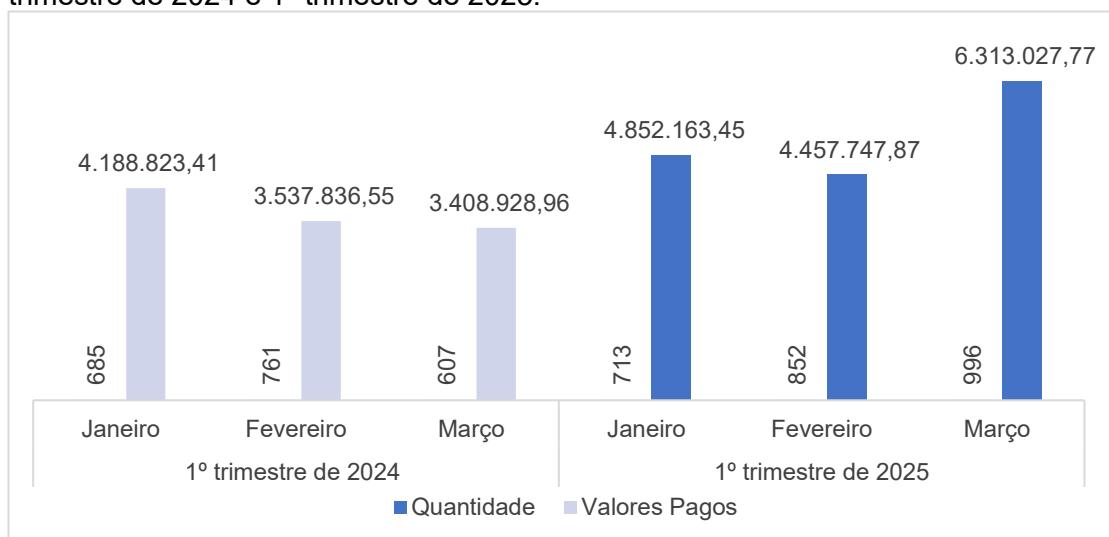


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPS.

7.9.8.2 Pensionistas

No primeiro trimestre de 2025, foram realizados 2.561 (dois mil e quinhentos e sessenta e um) pagamentos de valores retroativos de benefícios previdenciários inativos, representando um aumento de 24,74% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em termos monetários, o valor total pago foi de R\$ 15.622.939,09 (quinze milhões e seiscentos e vinte e dois mil e novecentos e trinta e nove reais e nove centavos), indicando um aumento de 40,30% em relação ao primeiro trimestre de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 69: Comparativo dos Retroativos de Pensão - quantidade e valores (R\$) - 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

É crucial enfatizar que os pagamentos de valores retroativos, tanto para a pensão por morte quanto para os aposentados, foram calculados mediante todas as categorias presentes no sistema que se referiam a valores atrasados no período, tais como: 145 RRA, 110 Retroativo Ano Vigente, 107 Retroativo de Reajuste, 1.101 Retroativo Ano Vigente, 1.451 Retroativo de RRA/RFB.

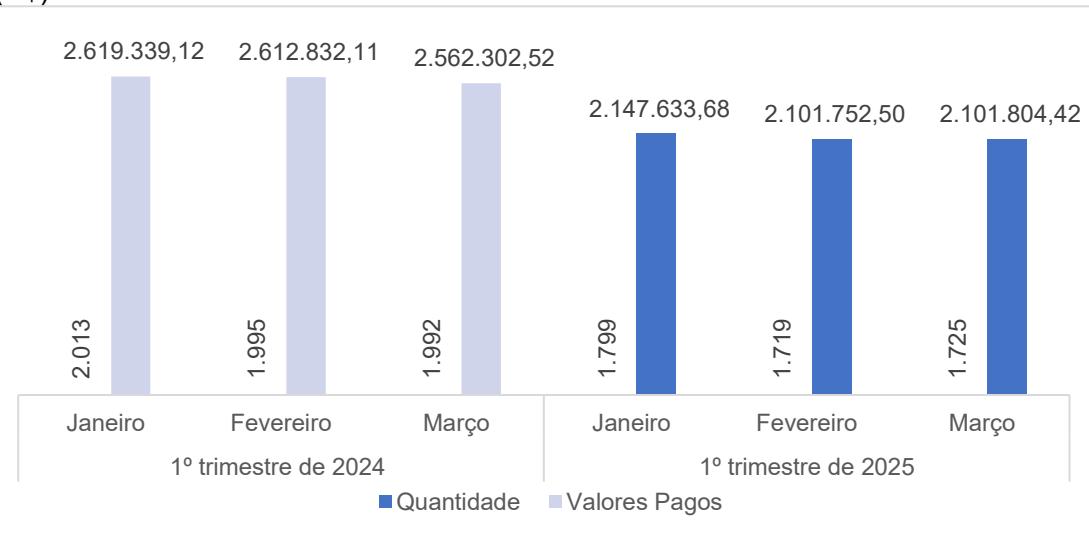
É importante destacar que os pagamentos retroativos, tanto para pensão por morte quanto para inativos, foram calculados. Todas as rubricas no sistema referentes a valores retroativos no período foram usadas para essa apuração.

7.8.9 Cumprimento de Decisões Judiciais

7.8.9.1 Inativos

Os pagamentos realizados entre janeiro e março de 2025, em conformidade com as decisões judiciais para beneficiários inativos, totalizaram R\$ 6.351.190,60 (seis milhões, trezentos e cinquenta e um mil, cento e noventa reais e sessenta centavos). Esse valor representa uma redução de 18,52% em comparação com o mesmo período do ano de 2024, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 70: Comparativo de Decisões Judiciais de Aposentadoria: quantidade e valores (R\$) - 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



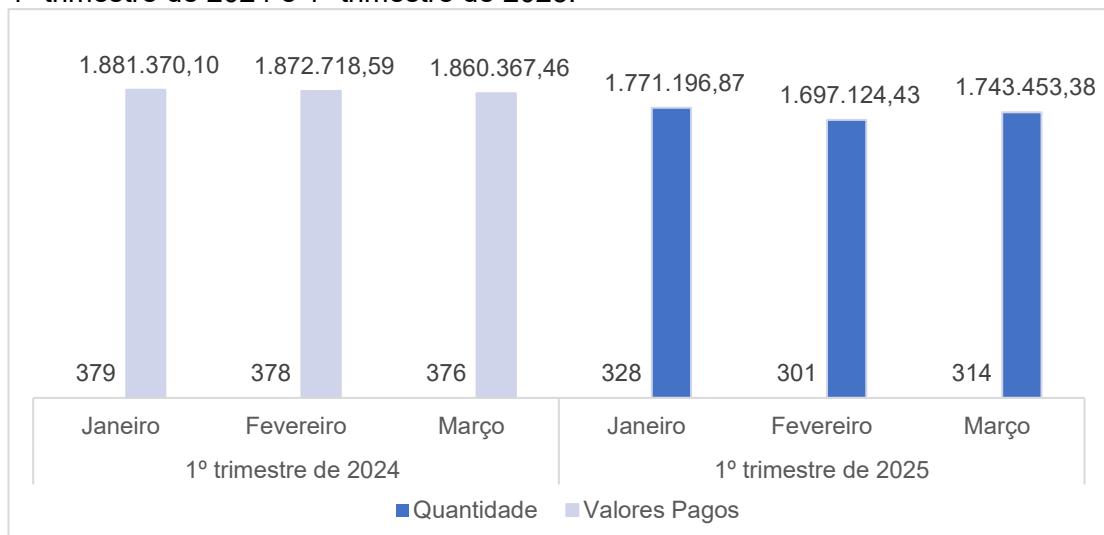
Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Um total de 5.243 beneficiários inativos, tanto civis quanto militares, receberam pagamentos provenientes de decisões judiciais, representando uma redução de 12,62% em comparação com o mesmo período do ano de 2024. Em janeiro, foram realizados 1.799 pagamentos; em fevereiro, o número foi de 1.719; e, em março, foram cumpridas 1.725 decisões judiciais.

7.8.9.2 Pensionistas

Os pagamentos realizados no 1º trimestre de 2025, em conformidade com as decisões judiciais para pensionistas militares e civis, totalizaram R\$ 5.211.774,68 (cinco milhões e duzentos e onze mil e setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), sendo uma redução de 16,77% em comparação com o mesmo período do ano de 2024, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 71: Comparativo de Decisões Judiciais de Pensão: quantidade e valores (R\$) - 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



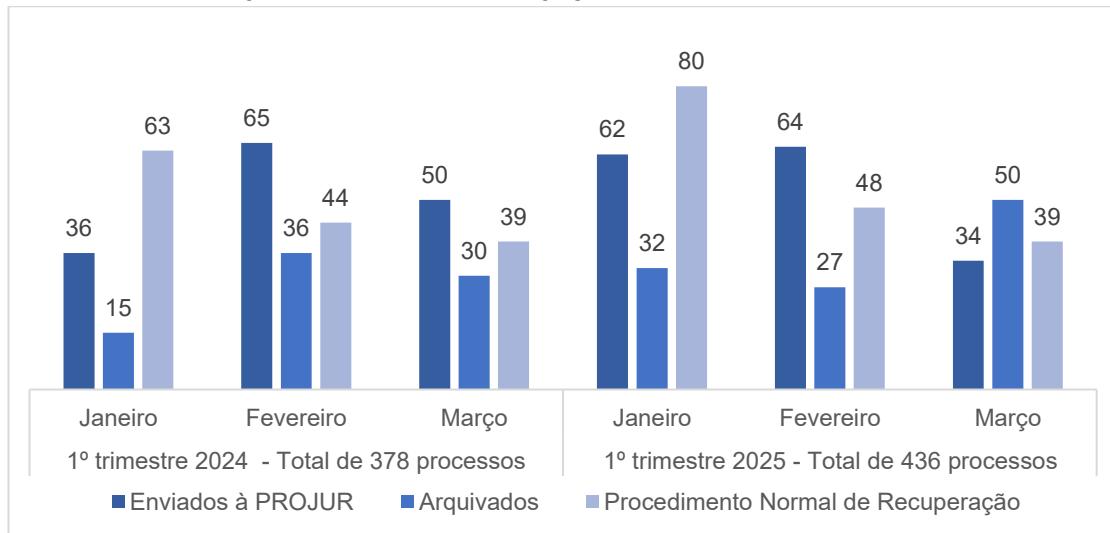
Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Um total de 943 beneficiários pensionistas, tanto civis quanto militares, receberam pagamentos provenientes de decisões judiciais, representando uma redução de 7,17% em comparação com o mesmo período do ano de 2024. Em janeiro, foram realizados 328 pagamentos; em fevereiro, o número foi de 301; e, em março, foram cumpridas 314 decisões judiciais.

7.9.10 Recuperação de Crédito

Entre de janeiro a março de 2025, foram analisados 436 (quatrocentos e trinta e seis) processos administrativos de recuperação de crédito. Dentre os processos, 160 foram instruídos e encaminhados à PROJUR devido a inexistência de herdeiros em folha de pagamento para viabilizar a cobrança; 109 processos foram arquivados por apresentarem valores apurados inferiores a R\$ 1.000,00, por prescrição ou por regularização integral do débito por meio de devolução bancária e 167 seguiram o trâmite regular para recuperação de crédito, conforme gráfico abaixo.

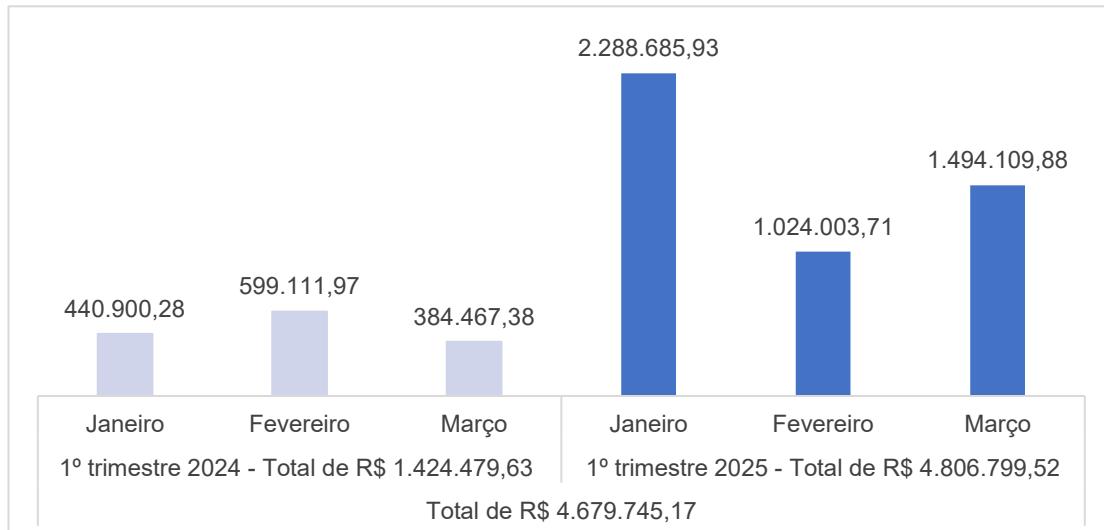
Gráfico 72: Comparativo do Quantitativo de Processos de Recuperação de Crédito — - 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



Fonte: CCOB/Dipre/IGEPPS.

Nesse contexto, considerando os 167 processos aptos à recuperação via folha de pagamento, foi devolvido aos cofres públicos o valor de R\$ 4.806.799,52 (quatro milhões, oitocentos e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos). Em comparação com o valor recuperado no ano de 2024, que totalizou R\$ 1.424.479,63, observou-se um aumento expressivo de aproximadamente 237,8% no valor restituído aos cofres públicos, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 73: Comparação dos Valores recuperados via folha (R\$) - 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



Fonte: CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.10 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

O Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS), ligado à Diretoria de Previdência, atua prioritariamente na promoção de qualidade de vida do público atendido pelo órgão. Entre suas atribuições, realiza estudos psicossociais para concessão de benefícios, verifica cadastros e recebe e apura denúncias, além de atuar em educação previdenciária. Lida com casos complexos, buscando acelerar processos administrativos e facilitar concessões. Suas atividades estratégicas incluem diligências para esclarecer contradições em análises administrativas.

O NAPS ainda realiza atendimento psicossocial presencial e online, mediante agendamento prévio pelo SIAAG, garantindo, assim, que as demais regiões do Estado sejam contempladas em suas necessidades.

7.10.1 Atendimentos Psicossociais

Durante o primeiro trimestre de 2025, foram realizados 13 (treze) atendimentos presenciais de cunho psicossocial para os beneficiários/usuários. No mesmo período, foram efetuados 4 (quatro) atendimentos psicossociais online.

7.10.2. Diligências Psicossociais

As Diligências Psicossociais consistem em visitas domiciliares e demais deslocamentos necessários à realização de Estudo Psicossocial, Verificação Cadastral (antiga Prova de Vida) e Apuração de Denúncias, entre outros, sejam por óbito, nova união ou não convivência marital. Para o período aludido, foram realizadas 39 (trinta e nove) diligências na região metropolitana de Belém.

7.10.3 Denúncias de nova união e de óbito apuradas

O NAPS é encarregado de receber e analisar denúncias relacionadas à formação de nova união, óbito e ausência de convivência marital. A investigação de alegações de nova união verifica possíveis beneficiários de pensão por morte que tenham iniciado um novo relacionamento. As reivindicações de óbito são prioritárias, uma vez que resultam na perda do status de beneficiário da pensão por morte. Por outro lado, a verificação das denúncias de ausência de convivência marital busca objetivo determinar se o beneficiário já não se enquadrava como dependente previdenciário desde o início do recebimento da pensão por morte.

No primeiro trimestre de 2025, foram apuradas 5 (cinco) denúncias de não convivência, e 1 (um) processo de apuração de nova união.

7.10.4 Análise psicossocial em processos de pensão por morte

Os processos de pensão por morte encaminhados ao NAPS necessitam de evidências documentais para comprovar a condição de dependente previdenciário. Isso é especialmente relevante quando se trata de confirmar a existência de uma relação conjugal entre as partes.

Como se trata a conclusão da análise da concessão do benefício diferentemente dos outros processos destinados ao NAPS, os processos de pensão por morte têm caráter prioritário na análise do setor. No referido período foi totalizado um quantitativo de 8 (oito) estudos psicossociais concluídos.

7.10.5 Relatórios Técnicos

No primeiro trimestre de 2025, foram gerados 8 (oito) relatórios técnicos decorrentes de diligências psicossociais. Esse número atende à meta previamente definida pelo nosso setor interno.

7.10.6 Educação Previdenciária

Os projetos abordam diversos temas ligados à qualidade de vida dos segurados. Nessa perspectiva, essas iniciativas contribuem para o avanço da educação previdenciária, favorecendo a melhoria da prestação do serviço previdenciário. Além disso, são avaliadas pelo Pró-Gestão, um programa de certificação que tem como objetivo reconhecer as boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS.

No planejamento de 2025, estão previstas as seguintes ações/projetos/programas: Papo Previdenciário, Curso de Preparação para Aposentadoria, Curso de Orientação Profissional para Jovens Pensionistas, Palestra: Recalculando a Rota – A importância do Projeto de Vida, Atendimento de Educação Financeira aos usuários do IGEPPS, Workshop Planejamento Previdenciário: Garantindo o Futuro dos Servidores Públicos, Sessão de Cinema, Oficina de Inclusão Digital, Roda de Conversa com estudantes da graduação de Psicologia/UFPA, Rodas de Conversa: bem viver a aposentadoria. As demais estão com

previsão no cronograma de Educação Previdenciária do Instituto, divulgado no site.

Quadro 06: Cronograma de Educação Previdenciária – 1º trimestre de 2025.

Evento	Tema	Público-alvo	Data	Modalidade	Local
Sessão de cinema	Exibição de filmes e debate sobre envelhecimento e longevidade	Público aposentado do IGEPPS	24/01/2024	Presencial	Sede do IGEPPS
Seminário	Atualizações Previdenciárias no RPPS - área da saúde	Servidores da área da saúde	13/03/2025	On line	***
Programa de Assistência em Educação Financeira do IGEPPS	Atendimento e orientações sobre educação financeira, em parceria com GEFAM/UFPA	Usuários do IGEPPS que preencherem os requisitos preestabelecidos	Mensal (iniciando em março/2025)	Presencial e online	Sala do NAPS/IGEPPS

Fonte: NAPS/Dipre/IGEPPS.

No primeiro trimestre de 2025, algumas das ações mencionadas foram executadas. Em fevereiro, realizou-se uma sessão de cinema com a presença de 10 (dez) indivíduos. Além disso, o Programa de Assistência em Educação Financeira atendeu a 2 (dois) indivíduos. Inesperadamente, realizou-se também uma discussão em grupo com estudantes de Psicologia, focada no tema "Psicologia e Previdência", onde 14 (quatorze) pessoas foram capacitadas. A seguir, apresentaremos algumas evidências das ações realizadas no âmbito da Educação Previdenciária.

Figura 25: Sessão de Cinema – Cine IGEPPS.



Fonte: NAPS/IGEPPS.

Figura 26: Atendimento do Programa de Assistência em Educação Financeira da Amazônia (PAEF)



Fonte: NAPS/IGEPPS

Figura 27: Roda de Conversa com estudantes de Psicologia.



Fonte: NAPS/IGEPPS.

8 CANAIS DE ATENDIMENTO

Alinhada ao Programa de Governança Pública do PPA 2024-2027, objetivando ampliar a atuação do Regime Próprio de Previdência Social nas principais Regiões de Integração do Estado do Pará e viabilizar o efetivo acesso dos beneficiários e dos cidadãos aos serviços ofertados pelo Instituto, a atual gestão do IGEPPS tem investido ostensivamente na expansão da estrutura física por meio da reforma e ampliação da Central de Atendimento – CATEN (Sede), dos postos de atendimento nas Estações Cidadania, no Terminal Hidroviário de Belém e nos Núcleos Regionais, bem como a construção e inauguração de Agências nas Regiões de Integração do Estado e o atendimento presencial volante viabilizado pelos caminhões baú.

Além disso, também está disponível aos segurados e sociedade os meios de atendimentos virtuais como a Central telefônica, a Ouvidoria, Chat, Requerimento Virtual e Call Center

O IGEPPS por meio de ações voltadas para facilitar o acesso aos usuários disponibiliza canais de atendimentos aos beneficiários, são eles:

1. Atendimento Presencial

O atendimento presencial é realizado na Central de Atendimento (CATEN) e no Núcleo de Apoio Psicossocial – NAPS na sede; como também nos postos sediados nas Estações Cidadania (Shopping Pátio Belém, Shopping Grão Pará e no Shopping Metrópole no município de Ananindeua), no posto do Terminal Hidroviário, nas agências dos Núcleos Regionais - NUREG de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá (agência de Marabá e Paragominas).

Assim, os postos de atendimento acima relacionados são responsáveis pelo acolhimento ao público e ao beneficiário, realizando o protocolo de requerimentos, atualização cadastral, prestando informações e esclarecimentos em geral, orientando quanto aos procedimentos a serem adotados em cada tipo de demanda, expedindo declarações, recebendo e apurando denúncias, registrando críticas e elogios, além de auxiliar no combate a possíveis fraudes contra a Previdência.

2. IGEPPS Itinerante – Unidades Móveis

Em fevereiro de 2021, com o Plano de Expansão Institucional iniciou o atendimento itinerante por todo Estado do Pará, levando acesso aos serviços previdenciários para além da sede e estações cidadanias.

2. Central Telefônica

A Central Telefônica recebe chamados por meio dos números: (91) 3182-3500 e (91) 3217-7037, prestando o atendimento humano e eletrônico, receptivo e ativo, via Chatbot (humanizado), mensagem instantânea e redes sociais, utilizando o sistema de gestão do atendimento da empresa contratada.

Os telefonistas estão aptos a prestar informações, orientar quanto ao acesso na emissão do contracheque no site, realizar/orientar quanto ao agendamento presencial ou requerimento virtual, posicionar quanto ao andamento de processos, pontos de atendimento do Censo Previdenciário e documentos obrigatórios a serem apresentados, itinerário das Unidades Móveis, entre outros assuntos inerentes ao Instituto.

3. Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de relacionamento que conduz as opiniões, informações, críticas, sugestões, reclamações e demais anseios da sociedade, sendo um direito do cidadão que busca pela eficiência, a ética e transparência nas relações do instituto com a sociedade. Trata-se, no mais, de um serviço aberto ao nosso usuário, tendo como missão atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na qualidade de vida e na concretização de seus direitos como cidadão.

Dentre as principais demandas da Ouvidoria do IGEPPS, temos as informações, as reclamações e solicitações. Nos pedidos de informações, destacam-se os questionamentos sobre o andamento e resolução de processos. As reclamações destacam-se por números expressivos que constituem, sem dúvida, o maior quantitativo de manifestações, quanto à demora na análise e conclusão de processos.

4. Carta de Serviço

A Ouvidoria do IGEPPS criou e publicou a sua Carta de Serviços em 23 de junho de 2022, por meio do Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000, passando a fazer parte do Portal Pará Digital, criado pela OGE - Ouvidoria Geral do Estado. Esta lei define padrões para garantir um atendimento de qualidade aos cidadãos pelos órgãos e entidades do governo federal.

Assim, trata-se de um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

6. E-SIC

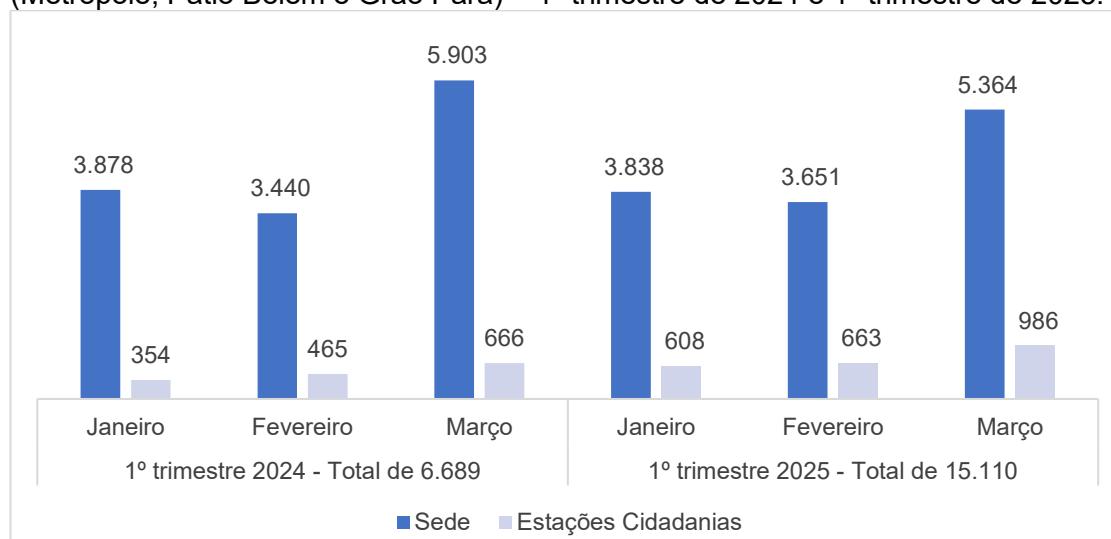
O portal E-Sic (<https://www.sistemas.pa.gov.br/esic/public/main/index.xhtml>) trata-se de um canal que por meio da plataforma SIC, qualquer pessoa física ou jurídica pode encaminhar pedidos de informações sobre assuntos relacionados aos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, conforme determina o Art. 7º do Decreto Estadual Nº 1.359, de 31 de agosto de 2015, que regula o acesso a informações previsto na Lei Nº 12.527 — Lei de Acesso à Informação – LAI. Portanto, O IGEPPS tem melhorado o atendimento ao público, tanto presencialmente quanto online, para facilitar o acesso aos serviços e aproximar a gestão das pessoas.

8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

8.1.1 Central de Atendimento – CATEN

No 1º trimestre de 2025, a sede Caten, as Estações Cidadania e o Terminal Hidroviário realizaram 15.110 (quinze mil e cento e dez) atendimentos presencialmente, aumento de 1% em relação ao mesmo período de 2024, conforme o gráfico abaixo.

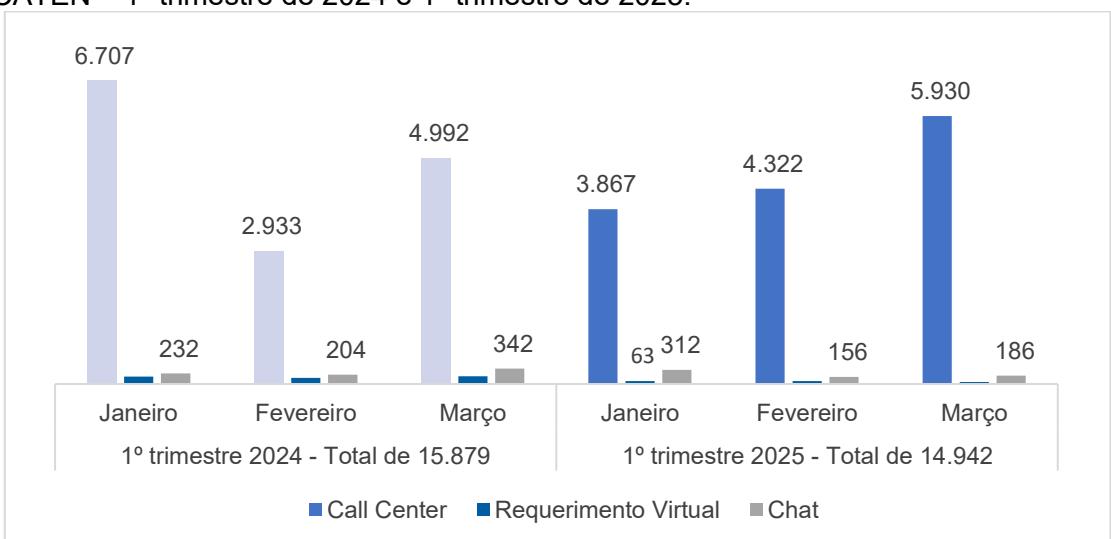
Gráfico 74: Atendimentos realizados pela CATEN– Sede, Estações Cidadanias (Metrópole, Pátio Belém e Grão Pará) – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

Os atendimentos via Call Center, chat e requerimento virtual totalizaram 14.942 (quatorze mil e novecentos e quarenta e dois), redução de 6% em relação ao 1º trimestre de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 75: Atendimentos realizados via Call Center, chat e requerimento virtual pela CATEN – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

8.1.2 Núcleos Regionais

Os Núcleos Regionais foram criados por meio da Lei nº 8.613/2018, art. 4º,inciso XI c/c art. 11-G com finalidade "planejar, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades referentes ao cadastro e habilitação de beneficiários do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Pará, desenvolvidas nos municípios sob sua jurisdição".

Para descentralizar o atendimento da sede em Belém e ampliar a cobertura dos serviços prestados com agilidade, eficiência e qualidade o IGEPPS possui três Núcleos Regionais, são eles:

1. Núcleo Regional de Castanhal composto por três agências: Castanhal (Região Guamá), Capanema (Região Rio Caeté) e Abaetetuba (Região Tocantins).
2. Núcleo Regional de Santarém composto por duas agências: Altamira (Região Xingu) e Santarém (Região Baixo Amazonas).
3. Núcleo Regional de Marabá composto por duas agências: Marabá (Região de Carajás) e Paragominas (Região Capim).

Os Núcleos de Castanhal, Marabá e Santarém, além de prestarem os mesmos serviços previdenciários da sede do IGEPPS, também, realizam análise e concessão de benefícios previdenciários, contribuindo diretamente para atribuir agilidade e humanização do atendimento dos pleitos.

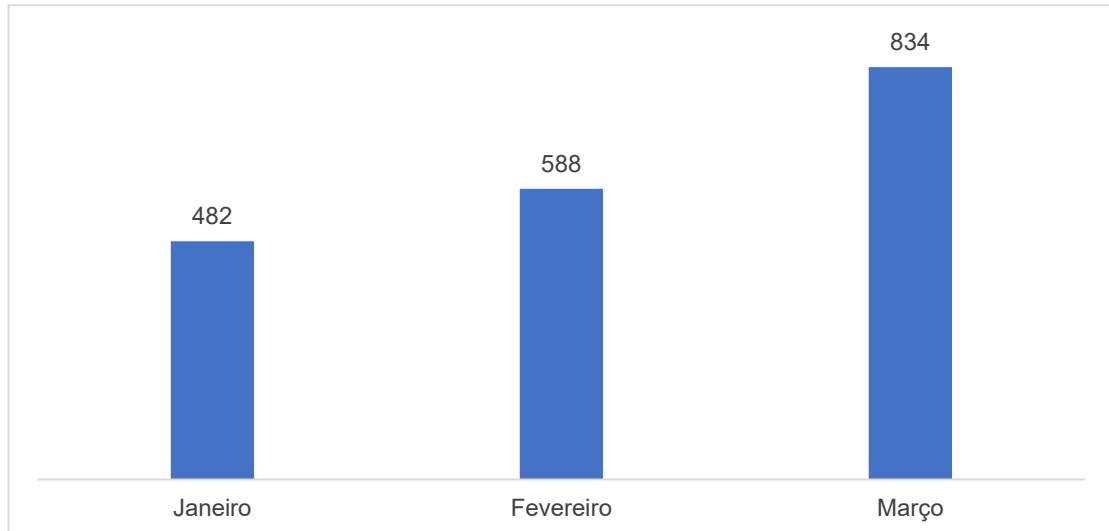
8.1.2.1 Núcleo Regional de Castanhal

- Agência Castanhal

A Agência Regional de Castanhal, na Região Guamá, abrange a um total de 5.004 beneficiários. O grupo é composto por civis, militares aposentados e pensionistas nas cidades: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia.

No primeiro trimestre de 2025, a agência registrou 1.904 atendimentos, conforme o gráfico abaixo. Dentre os atendimentos mais demandados destacam-se: outros serviços, emissão de contracheque, emissão de cédula C, consulta de processo, requerimento inicial, portaria e declaração negativa.

Gráfico 76: Quantitativo de atendimentos realizados na Agência Castanhal – 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.



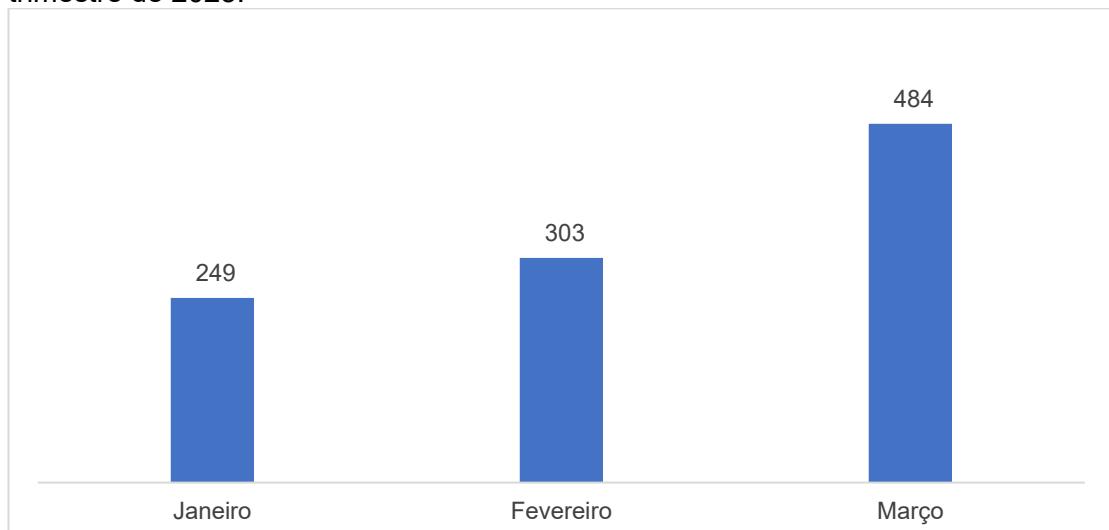
Fonte: SIAAG/IGEPPS.

- Agência Abaetetuba

A agência de Abaetetuba atua como polo na Região Tocantins para o atendimento de cerca de 2.419 beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes nos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia.

No 1º trimestre de 2025, a agência de Abaetetuba realizou 1.036 atendimentos, conforme o gráfico abaixo. O serviço voltado para a emissão de contracheque, outros serviços, emissão de cédula C, consulta de processo e cópia de processo são os atendimentos mais demandados pelos segurados da região.

Gráfico 77: Quantitativo de atendimentos realizados na Agência Abaetetuba – 1º trimestre de 2025.



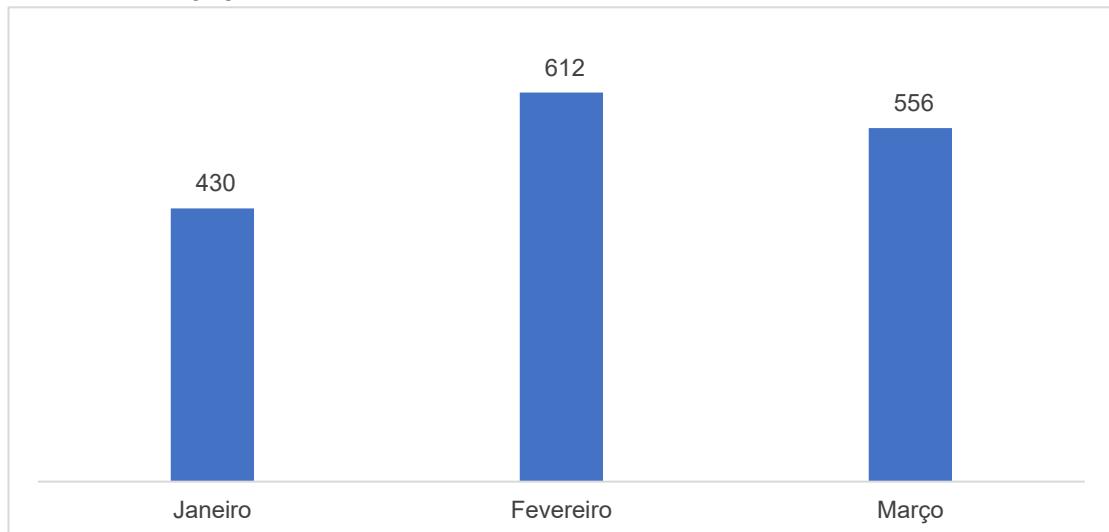
Fonte: SIAAG/IGEPPS.

- Agência Capanema

A agência de Capanema na Região Rio Caeté, abrange cerca de 2.999 beneficiários nos municípios de Capanema, Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu.

No 1º trimestre de 2025, a agência de Capanema realizou 1.598 atendimentos, redução de 46% em comparação com o mesmo período de 2024, conforme ilustrado no gráfico a seguir. Dentre os atendimentos mais demandados destacam-se: outros serviços, emissão de contracheque, consulta de processo, emissão de cédula C e requerimento inicial, foram os mais demandados.

Gráfico 78: Quantitativo de atendimentos realizados na Agência Capanema – – 1º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/IGEPPS.

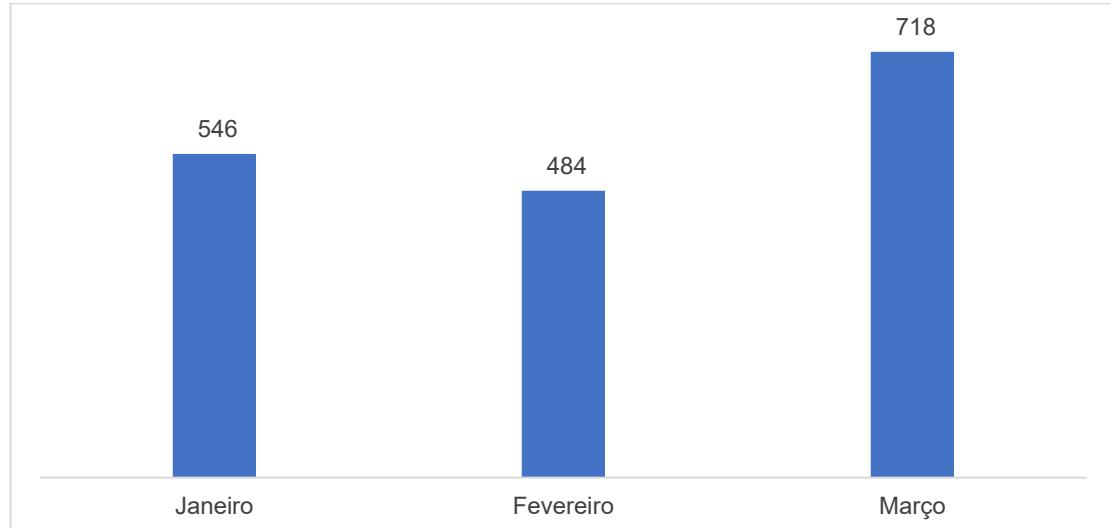
8.1.2.2 Núcleo Regional de Santarém

- Agência Santarém

A agência de Santarém, atua na Região do Baixo Amazonas prestando serviços previdenciários para aproximadamente 2.681 beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes dos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Terra Santa.

No 1º trimestre de 2025, a agência de Santarém realizou 1.748 atendimentos. Os atendimentos mais demandados foram: outros serviços, emissão de contracheque, emissão de cédula C, consulta de processo, requerimento inicial e portaria foram os mais demandados.

Gráfico 79: Quantitativo de atendimentos realizados na Agência Santarém – 1º trimestre de 2025.

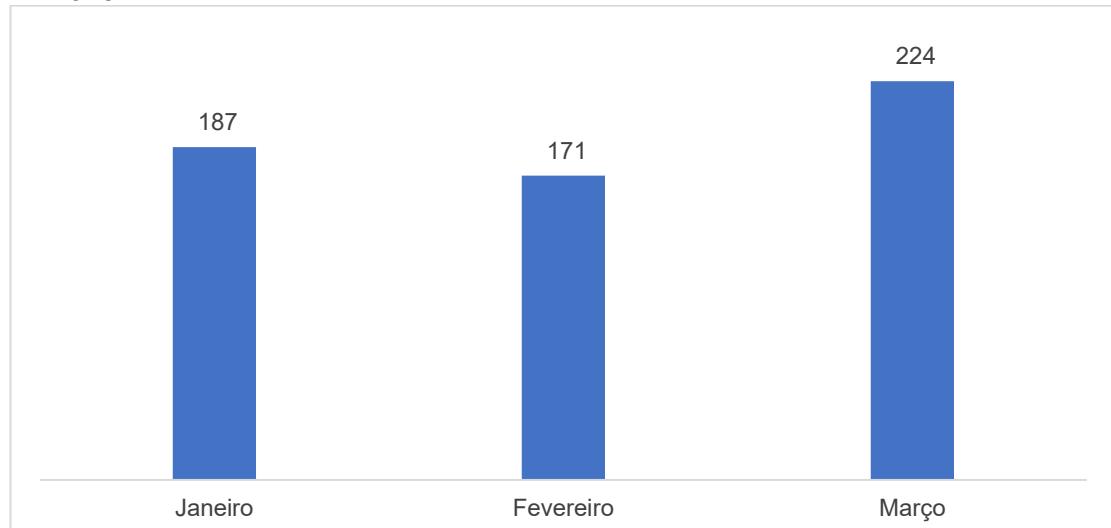


Fonte: SIAAG/IGEPPS.

- Agência Altamira

A agência de Altamira, localizada na região do Rio Xingu, atende a cerca de 778 beneficiários, sendo 90 militares e o restante civis residentes nos municípios de Altamira, Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Urucará e Vitória do Xingu.

Gráfico 80: Quantitativo de atendimentos realizados na Agência Altamira – 1º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

No 1º trimestre de 2025, a agência de Altamira realizou 582 atendimentos, conforme o gráfico a seguir. Os atendimentos mais demandados foram: outros serviços, emissão de contracheque, consulta de processo, emissão de cédula C e requerimento inicial foram os mais demandados.

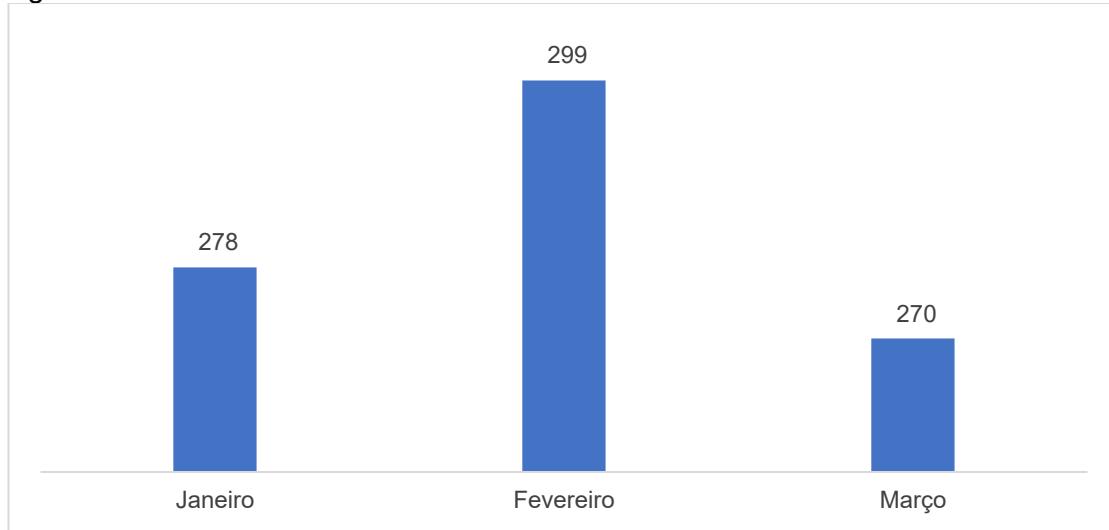
8.1.2.3 Núcleo Regional de Marabá

- Agência Regional de Marabá

A Agência Regional de Marabá no município de Marabá abrange os 2.790 beneficiários dentre civis e militares inativos e pensionistas das cidades da Região Carajás (Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia) e Região Araguaia (Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia).

No 1º trimestre de 2025, foram realizados 847 atendimentos, conforme o gráfico abaixo. Os assuntos mais demandados foram: outros, emissão de contracheque, consulta de processo, emissão de cédula C, requerimento inicial e portaria.

Gráfico 81: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá—Agência Marabá – – 1º trimestre de 2025.

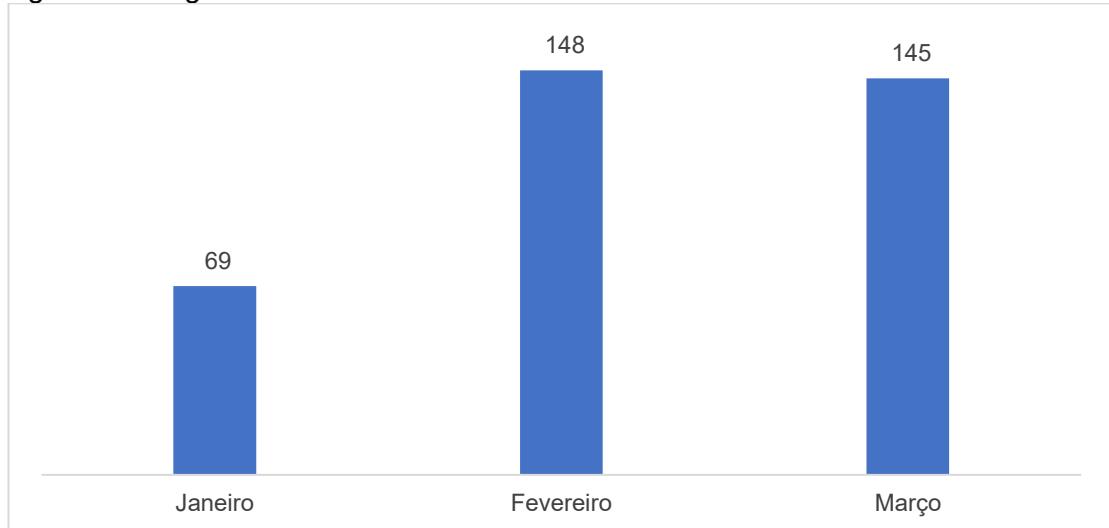


Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

8.1.2.4 Agência de Paragominas

Agência de Paragominas foi inaugurada em 16 de fevereiro de 2024 e abrange os municípios de Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Rondon do Pará, Paragominas, Tomé-Açu e Ulianópolis. No 1º trimestre de 2025, a agência realizou 362 atendimentos, conforme gráfico abaixo. Os atendimentos mais demandados foram: emissão de contracheque, outros, emissão de cédula C e portaria.

Gráfico 82: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá–Agência Paragominas – – 1º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

9 CONSIDERAÇÕES

O primeiro trimestre de 2025 destacou-se pelos avanços na gestão responsável e sustentável da Previdência Pública Estadual, na qual o IGEPPS se aproxima da excelência no cumprimento de sua missão como política pública de Estado. Além disso, é notório que a implementação de uma política fiscal, tributária e salarial equilibrada priorizou a proteção social de nossos segurados e beneficiários, e, em sentido amplo, de toda a sociedade paraense.

Constata-se, pelo exposto, que as ações estratégicas do IGEPPS estão voltadas ao atendimento das exigências contidas no programa de implantação de uma gestão previdenciária eficiente e presente, a qual está intrinsecamente ligada ao PPA 2024-2027 e em consonância com as diretrizes do Governo Estadual, buscando minimizar as desigualdades regionais por meio do fortalecimento e consolidação das ações de aprimoramento da governança pública.

Assim, buscando aprimorar a gestão previdenciária do RPPS/PA, o IGEPPS obteve a recertificação do IGEPPS no Nível II pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil – ICQ, nas dimensões Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

Veja-se, assim, que a atual gestão fomentou ações de relevância para fortalecer a cidadania e cultura previdenciária no âmbito estadual, investindo também em tecnologia da informação de ponta e na segurança de dados, visando à ampliação dos serviços digitais e encurtamento das barreiras com seus segurados, pilar este aliado à celeridade e qualidade dos serviços ofertados. Destaca-se, sobretudo, a atualização cadastral obrigatória por meio do Censo Previdenciário, direcionado aos aposentados e pensionistas civis e militares com benefícios concedidos até outubro de 2023, bem como a atualização cadastral do Censo dos servidores ativos, imprescindível para o cálculo atuarial.

De outra feita,

Esse é o nosso Relatório.

Washington Costa de Albuquerque
Presidente do IGEPPS